

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
DOUTORADO EM PSICOLOGIA

KARINA MUSSO PEREIRA

**TEMPUS FUGIT:
PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADES, USO DO TEMPO E ACELERAÇÃO NO
CONTEMPORÂNEO**

NITERÓI
2014

KARINA MUSSO PEREIRA

TEMPUS FUGIT:

**PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADES, USO DO TEMPO E ACELERAÇÃO NO
CONTEMPORÂNEO**

Trabalho apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia, do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, da Universidade Federal Fluminense, como requisito à obtenção do título de doutor em Psicologia, na Área de Concentração Estudos da Subjetividade, linha de pesquisa: Subjetividade, Política e Exclusão Social

Orientadora - Prof^a Dr^a. Lilia Ferreira Lobo

NITERÓI
2014

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

P436 Pereira, Karina Musso.

Tempus fugit: produção de subjetividades, uso do tempo e aceleração no contemporâneo / Karina Musso Pereira. – 2014.

132 f. ; il.

Orientadora: Lilia Ferreira Lobo.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de Psicologia, 2014.

Bibliografia: f. 129-131.

KARINA MUSSO PEREIRA

**TEMPUS FUGIT:
PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADES, USO DO TEMPO E ACELERAÇÃO NO
CONTEMPORÂNEO**

Trabalho apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia, do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, da Universidade Federal Fluminense, como requisito à obtenção do título de doutor em Psicologia, na área de concentração Estudos da Subjetividade, linha de pesquisa Subjetividade, Política e Exclusão Social.

Aprovada em 21 de março de 2014.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Lília Ferreira Lobo
Universidade Federal Fluminense
Orientadora

Prof.^a Dr.^a Ana Paula Figueiredo Louzada
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof.^a Dr.^a Heliana de Barros Conde Rodrigues
Universidade Estadual do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Luis Antonio dos Santos Baptista
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Marcelo Santana Ferreira
Universidade Federal Fluminense

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos a todos que de alguma forma contribuíram para o desenvolvimento deste projeto. Aos interlocutores, clientes, amigos, alunos e orientandos que ao longo desses quatro anos foram fundamentais às análises aqui apresentadas.

À minha família, em especial, à minha mãe, pelo apoio e incentivo.

À minha orientadora, Lilia Lobo, pela paciência e pelo respeito ao meu tempo de produção.

À Anelise, pelo suporte incondicional em todo o percurso.

Maravilhosa vida marítima moderna,
Toda limpeza, máquinas e saúde!
Tudo tão bem arranjado, tão espontaneamente ajustado,
Todas as peças das máquinas, todos os navios pelos
mares,
Todos os elementos da atividade comercial de exportação
E importação
Tão maravilhosamente combinando-se
Que corre tudo como se fosse por leis naturais,
Nenhuma coisa esbarrando com outra!
Nada perdeu a poesia. E agora há a mais as máquinas
Com a sua poesia também, e todo o novo gênero de vida
Comercial, mundana, intelectual, sentimental,
Que a era das máquinas veio trazer para as almas.
As viagens agora são tão belas como eram dantes
E um navio será sempre belo, só porque é um navio.
Viajar ainda é viajar e o longe está onde sempre estive –
Em parte nenhuma, graças a Deus!

(Fernando Pessoa – Poesia completa de Álvaro de Campos)

RESUMO

A experiência da velocidade e da compressão espaço-temporal vivenciada pelas sociedades urbano-industriais desperta o interesse, na medida em que oferece valioso panorama de análise que embasará a problematização dos efeitos clínicos do processo de aceleração nos modos de vida e o impacto sofrido pelas subjetividades forjadas nesse contexto. Os eixos de análise aqui estudados buscam compreender as relações estabelecidas entre os usos do tempo contemporâneo, a aceleração dos modos de vida ligados aos processos de produção e os possíveis efeitos clínicos engendrados por esses fatores. Observando atentamente a administração do tempo e a criação de dispositivos técnicos nos últimos 150 anos, pode-se afirmar que a humanidade experimentou transformações contundentes nos modos de subjetivação estabelecidos pela aceleração exponencial da vida e da produção, característicos do processo crescente de industrialização e urbanização. Por isso, essa pesquisa busca analisar a relação entre o processo de constituição do homem-velocidade e a emergência de sintomas clínicos relacionados com a experiência de compressão espaço-temporal da existência. Além disso, considera de suma importância analisar os possíveis usos inventivos do tempo por homens e mulheres que criam suas próprias formas de lidar com essa experiência, a despeito das dificuldades aparentemente colocadas pelo processo de aceleração.

Palavras-chave: Produção de subjetividades. Ansiedade. Compressão espaço-temporal.

ABSTRACT

The experience of velocity and time-space comprehension lived by urban-industrial societies awaken the interest whilst it offers a valuable scenario of analysis which will support the study of clinical effects of the acceleration process onto lifestyles and the impact suffered by the subjectivities forged upon this context. The analysis axes studied in this thesis aim to comprehend the relationships established between the application of contemporary time, the acceleration of lifestyles linked to these production processes and the possible clinical effects engendered by these factors. Based upon the thoughtful observation of time administration and the development of technical devices through the past 150 years, it is possible to assert that humanity experienced decisive transformations upon the subjectivities established by the exponential acceleration of life and production, characteristic of this increasing process of urbanization and industrialization. Therefore, it is intended to analyze the relationship between the process of constitution of man-velocity and the emergency of clinical symptoms related to the experience of time-space comprehension of the existence. Furthermore, it is considered of substantial importance the analysis of possible inventive application of time by men and women whom create their own way of coping with this experience, despite the difficulties apparently imposed by the acceleration process.

Keywords: Subjectivities. Anxiet. Time-space comprehension.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
Tempo e aceleração: a constituição da pesquisa e as referências analíticas...	14
CAPÍTULO 1 — <i>TEMPUS FUGIT</i>¹.....	27
1.1 O tempo na era das luzes: a produção de um novo homem, efeito da modernidade.....	27
1.2 O Executivo: <i>Tempus edax rerum</i> ² – Figura 1.....	41
1.3 O tempo na esfera capitalista: governamentalidade e <i>Homo Economicus</i>	45
CAPÍTULO 2 – <i>TEMPUS BREVE EST</i>³.....	60
2.1 A modernidade e o imperativo da aceleração.....	60
2.2 O homem efeito do tempo.....	71
2.3 O estudante: <i>tempori parendum</i> ⁴ – Figura 2.....	86
2.4 A aceleração como modo de vida: os efeitos-corpos provenientes dessa experiência.....	89
CAPÍTULO 3 – <i>FESTINALENTE</i>⁵.....	103
3.1 Velocidade, biopolítica e modulações do capitalismo contemporâneo.....	103
3.2 A professora: <i>Omnia fert aetas</i> ⁶ – Figura 3.....	109
3.3 Possibilidades e usos do tempo.....	112
3.4 O artista: <i>tempora mutantur, nos et mutamur in illis</i> ⁷ - Figura 4.....	125
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	127
REFERÊNCIAS.....	129

¹ Expressão latina que significa “O tempo voa”. Durante o trabalho, algumas expressões em latim serão utilizadas para nomear os capítulos, com o intuito de enfatizar a relação que se estabelece com o tempo.

² Tempo devorador das coisas.

³ Expressão em latim que significa “O tempo é breve”.

⁴ É preciso mover-se com o tempo.

⁵ Acelerar lentamente, apressa-te devagar.

⁶ O tempo tudo leva.

⁷ O tempo muda e nós mudamos com ele.

INTRODUÇÃO

Interpelar os sentidos produzidos pela experiência humana e pelos objetos constituídos a partir dessa experiência em distintos momentos históricos coloca-se como desafio a quem pretende analisar as condições de emergência dos modos de vida que atravessam determinada época. O ato de pesquisar, se encarado como esforço clínico-político, distancia-se do exercício de apaziguamento pretendido por correntes epistemológicas que, imbuídas dos ideais de cientificidade ou objetividade, hierarquizaram problemas, tornando-se ávidas por respostas que dissipem os incômodos, tornando as perguntas preferencialmente redundantes.

A pesquisa, como escolha deliberada de um campo ou objeto de estudo, refere-se necessariamente ao olhar daquele que problematiza – às marcas que a realidade pesquisada opera sobre o pesquisador. Aquele que se dispõe a eleger um tema como problema delimitará os pontos de vista a partir dos quais tentará deslocar o pensamento dos caminhos comumente adotados, provocando rupturas que possam produzir abalos e não apaziguamentos.

Pesquisar, como ação política, torna-se, então, exercício de análise das condições de surgimento e transformação de práticas, de modos de vida em um dado momento histórico, em uma dada sociedade. Tais práticas – uma vez datadas e, portanto, frutos dessas condições históricas, apresentam-se ao olhar do pesquisador como uma intrigante rede de acontecimentos que podem elucidar os sentidos atribuídos aos modos de vida de uma determinada época.

Foucault (1999b) ressalta que perguntar sobre tais sentidos consiste em exercício de abandono da noção naturalizada de progresso histórico de que a época em que vivemos seria necessariamente melhor, ou mais evoluída do que períodos históricos precedentes. Deslocar-se da noção de *fato histórico*, substituindo-a pela ideia de *acontecimento*, abre brechas interessantes ao olhar que se disponha a analisar o cotidiano para além do âmbito limitado colocado pela história oficial, normalmente escrita sob o ponto de vista da continuidade e do progresso.

Tenho essa preocupação de método, esse ceticismo radical mas sem agressividade, que se dá por princípio não tomar o ponto em que nos encontramos por final de um progresso que nos caberia reconstituir com precisão na história. Isto é, ter em relação a nós mesmos, a nosso presente, ao que somos, ao aqui e agora este ceticismo que impede que se suponha que tudo isso é melhor ou que é mais do que o passado. O que não quer dizer que não se tente reconstituir os processos geradores, mas sem atribuir-lhes uma positividade, uma valoração (FOUCAULT, 1999b, p. 140).

Questionar os processos de constituição dos acontecimentos históricos, rompendo com a perspectiva de evolução ou progresso, coloca o pesquisador diante de novas perguntas, que deverão referir-se ao *como* das transformações sociais, à forma como elas se delineiam no tecido da História, gerando, em certas condições, rompimentos com modos de vida anteriormente colocados.

Essa perspectiva, que demarca a história como processo descontínuo, deverá debruçar-se sobre os acontecimentos com o curioso olhar que se abstém de atribuir valor positivo ou negativo aos processos, encarando-os como rica fonte de informações que nos permitem desvelar a realidade. Considerar a História como processual e descontínua torna-se fundamental para que as análises propostas não se resumam à constatação de fatos de um ponto de vista evolutivo ou a comparações com outros momentos históricos. “[...] é preciso desviar os olhos dos objetos naturais para perceber uma certa prática, muito bem datada, que os objetivou sob um aspecto datado como ela” (VEYNE, 1998, p. 243).

Nesse sentido, a análise dos acontecimentos se dá a partir do olhar daquele que se propõe a analisá-los, partindo do pressuposto de que a escolha feita pelo pesquisador esbarra em pontos de vista analíticos, negando totalizações ou explicações últimas aos fatos. Essa escolha remete-se às implicações envolvidas no ato de pesquisar, bem como à certeza de que, metodologicamente, se deseja oferecer mais reflexões que repostas, mais incômodos do que ferramentas para solucionar supostos problemas.

A partir das análises de Paul Veyne, pode-se constatar como são descontínuos e até mesmo caóticos os acontecimentos históricos, configurados a partir de múltiplas linhas que confluem para que o chamado *fato* venha a manifestar-se. De acordo com o autor, os eventos históricos não deveriam ser considerados em dimensões absolutas, uma vez que todo fato é escolhido a partir de determinados pontos de

vista, que lançam na malha da História interpretações e teorias muitas vezes baseadas em evidências fragmentadas da passagem do tempo. “[...] como totalidade, a história escapa-nos e, como entrecruzamento de séries, ela é um caos semelhante a uma grande cidade vista de um avião” (VEYNE, 1998, p.35).

Os acontecimentos históricos analisados a partir desse compromisso metodológico deixam de expressar-se como uma linha contínua de fatos que levam necessariamente a um fim único, e o que pode parecer um desafio ao pesquisador – lidar com a ideia de que não há verdade oculta a ser desvelada sob os véus da História – pode abrir, por outro lado, um grande campo de possibilidades a ser explorado, já que as análises se multiplicam ao infinito.

A admissão de que “tudo é histórico” confronta o processo de pesquisa com a necessidade clara de circunscrever o campo analítico, bem como assumir o compromisso com determinadas verdades ao se percorrer os caminhos delineados pelo ato de pesquisar. Os recortes realizados pelo pesquisador são sempre escolhas provisórias, baseadas nas necessidades interpostas pela pesquisa.

Os historiadores narram tramas, que são tantas quantos forem os itinerários traçados livremente por eles, através do campo factual bem objetivo (o qual é divisível até o infinito e não é composto de partículas factuais); nenhum historiador descreve a totalidade desse campo, pois um caminho deve ser escolhido e não pode passar por toda parte; nenhum desses caminhos é verdadeiro ou é a História [...]. Os acontecimentos não são coisas, objetos consistentes, substâncias; eles são um corte que realizamos livremente na realidade, um aglomerado de procedimentos em que agem e produzem substâncias em interação, homens e coisas. Os acontecimentos não apresentam uma unidade natural” (VEYNE, 1998, p. 45 - 46).

Se os acontecimentos são sempre compostos por multiplicidades, a pesquisa, por sua vez, ao circunscrever um ou vários problemas, realiza um recorte na realidade e essa seleção é invariavelmente uma escolha política, baseada nos critérios adotados por aquele que se debruça sobre um tema com propósitos específicos. As verdades produzidas pela pesquisa são, portanto, sempre parciais, somando-se a essas linhas diversas, produzindo novas apreensões da realidade. Se as análises são capazes de produzir rupturas ou reafirmar verdades anteriormente forjadas, elas são por que assim foram conduzidas pelo olhar daquele que pesquisa.

Portanto, a pesquisa, como análise do presente, deverá, então, comprometer-se metodologicamente com a produção de reflexões que possam lançar luz e contribuir para a desnaturalização do momento histórico atravessado por determinada sociedade, assumindo a premissa de que qualquer período histórico fixa as bases e os limites de sua interpretação de mundo, a partir de *quadros de pensamento* ou *a priori* que sistematizam a produção de conhecimento de uma determinada época.

Esse a priori é aquilo que, numa dada época, recorta na experiência um campo de saber possível, define o modo de ser dos objetos que aí aparecem, arma o olhar cotidiano de poderes teóricos e define as condições em que se pode sustentar sobre as coisas um discurso reconhecido como verdadeiro (VEYNE, 1998, p. 219).

Circunscrever o campo de análise da presente pesquisa tornou-se possível, sem dúvida, a partir dos incômodos gerados pelo questionamento dos modos de vida que caracterizam o momento histórico que atravessamos e os consequentes efeitos engendrados nessas relações. Partindo dessas premissas metodológicas, busca-se a análise dos modos de vida contemporâneos, especialmente no que se refere à constituição das sociedades urbano-industriais modernas, remetidas à rapidez das transformações propagadas pelo modo de produção capitalista.

Tempo e aceleração: a constituição da pesquisa e as referências analíticas

O uso que se faz do tempo em diferentes momentos históricos remete ao estabelecimento de relações que postulam vetores de subjetivação específicos a cada período. Observando atentamente a administração do tempo e a criação de dispositivos técnicos nos últimos 150 anos, pode-se afirmar que a humanidade experimentou transformações contundentes nos modos de subjetivação,⁸ caracterizados pela aceleração exponencial da vida e da produção, característicos do processo crescente de industrialização e urbanização. Os efeitos das transformações sofridas pelas sociedades urbano-industriais nos séculos XIX e XX geram não só novos regimes de trabalho, mas também modos de existência que caracterizam o regime capitalista contemporâneo.

É possível afirmar que as hibridizações culturais propagadas nos últimos cem anos, baseadas nos ideais colocados pela modernidade, que valorizam a produção mercadológica, os avanços tecnológicos e o acoplamento do corpo com dispositivos técnicos, impõem outras experimentações em relação ao uso do espaço e do tempo.

A experiência da velocidade e da compressão espaço-temporal vivenciada pelas sociedades urbano-industriais desperta o interesse, na medida em que oferece valioso panorama de análise que embasará a problematização dos efeitos clínicos do processo de aceleração nos modos de vida e o impacto sofrido pelas subjetividades forjadas nesse contexto. Os eixos de análise aqui estudados buscam compreender as relações estabelecidas entre os usos do tempo contemporâneo, a aceleração dos modos de vida ligados aos processos de produção e os possíveis efeitos clínicos engendrados por esses fatores.

Se o capitalismo possui, desde a sua criação, o objetivo de produzir mais com menos, o que atende obviamente ao aumento da produção de riquezas materiais, torna-se necessário, conseqüentemente, que se produzam maneiras de tornar as máquinas, os corpos, os movimentos e a cognição mais rápidos, para que a

⁸ Foucault (2010) ressalta a importância concedida, em seu trabalho, à história das diversas formas como os seres humanos se tornam sujeitos, em nosso contexto sociocultural. De acordo com o autor, três modos de objetivação transformam os homens em sujeitos: “os modos de investigação”, que transformam os homens em objetos a serem definidos pela ciência; “as práticas divisoras”, que traçam cisões entre homens e entre interioridade e exterioridade; e, por fim, as formas pelas quais os seres humanos entendem a si mesmos como sujeitos.

reprodução e a acumulação possam seguir seu curso, aumentando exponencialmente tais fluxos. Nessa lógica, é fundamental que o lapso temporal entre produção e lucro se torne cada vez menor, possibilitando ganhos maiores e minimizando possíveis perdas oriundas da lentidão ou de interrupções desnecessárias.

Nesse contexto, o tempo mercantilizado torna-se instância rara e valiosa, e os corpos submetidos aos regimes temporais produtivos, elementos a serem explorados e potencializados. De que modo os corpos acoplados ao atual regime de organização do tempo e da produção reagem ao vertiginoso aumento da velocidade de circulação do capital nas últimas décadas?

Ainda que a busca pela compressão espaço-temporal seja uma constante desde a Revolução Industrial, essa experiência parece intensificar-se gradativamente com o descobrimento e o uso de novas tecnologias nas últimas duas décadas, especialmente as referenciadas à comunicação e à informática, que geram imenso incremento dos ganhos capitalistas. O enfoque concedido ao aspecto contemporâneo dessa relação com o tempo não deve subentender que a experiência com a velocidade é fundamentalmente nova ou que surge somente a partir do advento da internet e dos meios de comunicação de massa.

Outras revoluções tecnológicas se processaram, como a revolução dos transportes, das comunicações e das tecnologias de produção – permitindo gradativamente o surgimento de novas formas de vida e a criação da relação naturalizada com a experiência de compressão espaço-temporal. Do transporte feito por animais à tração ao trem-bala, da máquina a vapor à eletricidade, do tear manual à esteira de produção fordista, dos jornais que traziam acontecimentos de semanas atrás à informação em tempo real, assiste-se ao constante desenvolvimento de tecnologias que aceleram a vida.

A informação transmitida instantaneamente, a rede mundial de computadores e o alto investimento em tecnologias cada vez mais acessíveis e portáteis são exemplos da tendência à aceleração por meio da conexão. Encurtam-se as distâncias e o tempo de tomada de decisões em um contexto que tenta tornar a experiência com a temporalidade instância universal, abstrata e neutra. E sob o peso das informações

e da multiplicidade de demandas, com frequência, padecem as análises, a criação e as singularidades.

A discussão aqui proposta – acerca dos efeitos gerados pela experiência contemporânea de aceleração – deverá recorrer, necessariamente, à análise dos processos de constituição de subjetividades alicerçados sobre o paradigma da eficiência e da produção. A velocidade, que se constitui como experiência atrelada à lógica econômica de circulação de bens, pessoas e serviços, não poderia ser desvinculada dos processos que constituem sujeitos que se reconhecem e se significam pelo paradigma produtivo da eficiência. Os protagonistas dessa experiência são homens e mulheres, cada vez mais preocupados em atender às demandas de mercado, comprometidos com o crescimento da economia, obcecados pelo desenvolvimento das próprias carreiras, empenhados em tornarem-se pessoas bem-sucedidas.

A expectativa pelo futuro emprego, a responsabilidade de cuidar da própria carreira, o cansaço depois de um longo dia de trabalho e a dificuldade para concentrar-se em qualquer outra coisa, a necessidade de recorrer a serviços especializados para suprir a falta de tempo para as atividades domésticas, a ilusão de poder construir com o próprio esforço um futuro esplendoroso, o mandamento de levar uma vida equilibrada, de manter-se em forma, de cuidar da saúde e da alimentação, o pavor à rotina e o medo de encontrar-se só quando não se quer estar só, quando a independência que a solidão pressagia se transforma em dependência excessiva de si mesmo. Esses, poderíamos dizer são só alguns traços que caracterizam nossa época, afetando as pessoas mais ou menos da mesma forma em distintas partes do planeta e compondo uma determinada maneira de 'estar no mundo' (LOPES-RUIZ, 2007, p. 38).

Os diferentes aspectos relativos aos usos do tempo e à necessidade de adequação aos modos de vida atuais fazem-se presentes, direta ou indiretamente, nos discursos e queixas de inúmeros sujeitos, que sentem os impactos dessas mutações. Desses encontros clínicos surgem as figuras de análise utilizadas no decorrer da pesquisa, na tentativa de delinear experiências, percursos e histórias, que servirão de base às análises aqui desenvolvidas.

Essas referências buscam ilustrar as relações estabelecidas entre corpos, tecnologias e tempo, transformados em medida de acumulação a ser majorada de modo a superar quaisquer limites. Máquinas mais rápidas, corpos mais eficientes e

raciocínio mais ágil garantem a multiplicação de objetos, a manutenção do modelo de produção, o que sustenta perfeitamente os objetivos colocados pela lógica econômica e política.

Colocam-se aqui paradoxos – mudança/permanência, produção/reprodução, criação/manutenção–que operam uma lógica que gera processos de subjetivação característicos do momento histórico que atravessamos. O acoplamento com tecnologias e a aceleração dos processos biológicos pressionam os corpos a atenderem aos ritmos de produção cada vez mais velozes, baseados em premissas econômicas. É fundamental que se questione, para além dos efeitos, a função e os objetivos dessas transformações e os impactos delas sobre os modos de vida contemporâneos. E não se pode negar que muitos desses efeitos podem ser mapeados na experiência clínica, na qual é possível observar sintomas e processos a serem constituídos como elementos de análise no presente trabalho. Ao fazer referência à prática clínica, parte-se da premissa de que esta é inseparável do político, rompendo com as tradicionais dicotomias sujeito-objeto ou indivíduo-sociedade.

A partir dessa referência, as análises se dão por atravessamentos, pelo entendimento de que os processos de subjetivação se efetivam por múltiplas vias, culturais, políticas, econômicas, sociais, constituindo-se como campo de referência para aquele que lança o olhar curioso sobre os mais distintos processos.

As experiências aqui apresentadas buscam operar um recorte na realidade e não pretendem de forma alguma fazer afirmações totalizantes ou implicar que a experiência de aceleração é homoganeamente vivenciada por toda a população mundial. Ao contrário, considera-se que as figuras de análise criadas se referem à experiência de determinados setores da população, amplamente engajados nos modos de produção/consumo forjados pelo capitalismo contemporâneo e que atravessam os corpos de homens e mulheres que habitam os centros urbanos.

Tais experiências, apesar de atravessarem os modos de vida de uma parcela significativa da população, não podem ser consideradas totalizantes, já que se apresentam sob as mais diversas roupagens e trazem a potência da multiplicidade dos usos do tempo. São muitas as temporalidades possíveis e múltiplas as relações estabelecidas entre homens e produção. Apesar disso, algumas queixas parecem

repetir-se com insistência, principalmente aquelas relacionadas com a ansiedade e a falta de tempo. Pode-se afirmar que corpos mais rápidos, mais fortes, mais competentes e cada vez mais dependentes de próteses tecnológicas conferem sentidos históricos particulares à experiência com o tempo. A mudança, elemento esperado a partir da passagem do tempo e da história, passa a ser entendida como evolução para formas mais eficazes de multiplicação dos lucros e, em consequência, dos corpos, incitados a manifestar a adaptabilidade necessária a tais mudanças.

O tempo é contraído, utilizado e modulado, para que se produzam novas formas de vida, mas essa novidade deverá necessariamente reproduzir a lógica do sistema de produtividade e ganho. Tal assertiva nos coloca diante da constatação de que o processo de mudança deverá atender necessariamente à lógica quantitativa e não qualitativa – perspectiva propagada desde a década de 90 pelos arautos do “fim da história”⁹ e pelas evidências de que as lutas por mudanças estruturais parecem desesperançosas diante da imensidão da maquinaria produtiva.

O desenvolvimento dos meios de produção, que atravessa a realidade experimentada pelas civilizações industriais, tornando o mundo gradativamente mais rápido, pode ser constatado a partir de um breve exame do processo de industrialização ocidental. A análise da constituição histórica dos meios de transporte e comunicação pode facilmente demonstrar como o último século configura a criação de técnicas que viabilizam formas de vida mais rápidas, que objetivam encurtar distâncias, romper barreiras e atender às exigências produtivas. Se, por um lado, a revolução industrial pode ser considerada um marco na produção dessas tecnologias, é a partir do advento da era da informação que essa mudança parece ser ainda mais contundente.

O impacto produzido pela modulação das tecnologias de comunicação no início da década de 90, marcado pelo surgimento da rede mundial de computadores e pela

⁹ Em 1989, após a queda do muro de Berlin e o fim da Guerra Fria, o intelectual Francis Fukuyama publica na revista americana *National Interest* ensaio em que utiliza a expressão “The end of story” para se referir ao triunfo do liberalismo econômico ocidental após as inúmeras turbulências políticas atravessadas pelo século XX e o conseqüente declínio dos regimes totalitários fascistas e do comunismo na Europa oriental. Para o autor, o sistema liberal ocidental tornou-se alternativa política inquestionável aos sistemas políticos “superados”, mostrando-se capaz de reestruturar-se politicamente através das dificuldades atravessadas em períodos de crises (ALMEIDA, P. R. “**O fim da história**” de Fukuyama: 20 anos depois o que ficou? Disponível em: <<http://mundorama.net/2010/01/21/o-fim-da-historia-de-fukuyama-vinte-anos-depois-o-que-ficou-por-paulo-roberto-de-almeida/>> Acesso em: 8 de out. 2013).

informação em tempo real, pode ser medido claramente pela ampliação das possibilidades de comunicação que terão reflexos diretos na produtividade.

Para Dantas (2002), o valor de uso do capital gerado pela circulação da informação atende a uma lógica distinta do valor atribuído à mercadoria no início da revolução industrial. Apesar de a informação também possuir valor mercadológico, o cálculo do valor desse capital dependerá da capacidade dos indivíduos de se tornarem elos na cadeia de informações, ou seja, de buscar, fornecer ou reunir dados em maior ou menor complexidade. O cálculo do valor de uso do capital-informação é diferente daquele conferido à mercadoria que levava um tempo específico para ser manufaturada e vendida.

A informação possui valor inestimável de troca, de acordo com a consequência que ela gera para aquele que a recebe, se poupa tempo de trabalho ou não, tornando-se uma verdadeira “poupança de tempo” regulamentada pelo uso e transmissão adequada e eficiente de informações preciosas. “Quanto mais imediatamente o resultado de um trabalho num departamento da firma é comunicado para outro departamento, mais o seu receptor ‘ganha tempo’ e mais o capital se valoriza nessa poupança de tempo” (DANTAS, 2002, p.144). A eficiência da corporação passa a ser diretamente atrelada à capacidade de comunicar em menor tempo possível resultados, problemas, decisões que permitam aos elos da cadeia produtiva máxima eficiência.

Em suma, cada unidade de capital, com seus subsistemas internos constitutivos, passa a integrar uma grande corporação transnacional que agrega, em torno de blocos de capital financeiro-produtivos, empresas fornecedoras, integradoras, distribuidoras, financiadoras, publicitárias, etc. Estas corporações-redes comandarão a derrocada do velho modelo nas comunicações, substituindo-o por outro cuja formação, ainda em curso, a nossa geração testemunha (DANTAS, 2002, p. 145).

A circulação de conhecimentos dentro das empresas é tão valiosa quanto as informações provenientes do mercado, dos sistemas financeiros e dos padrões de consumo, e os dispositivos tecnológicos e comunicacionais exercem especial impacto nessas configurações, gerando novas relações econômicas, sociais e cognitivas.

Pode-se afirmar que a produção é transformada e reorganizada com o advento desses veículos de comunicação, que facilitam temporal e espacialmente a efetivação das mais diversas tarefas, direcionando ações que gerem maior lucratividade. Diante da complexidade das configurações forjadas por essas mudanças e considerando a experiência produtiva atual no entrecruzamento desses aspectos, podem-se questionar os possíveis usos inventivos do tempo e do espaço, que permitem que os processos de criação não sejam reduzidos à mera reprodução quantitativa do modelo de mercado.

Problematizar essas relações poderá contribuir para a análise da experiência do tempo vivida primordialmente pelas sociedades industriais no último século, a partir da constatação de que a aceleração se coloca como marca nesse período histórico, vinculada a mutações consideráveis no capitalismo, nos sistemas de informação e comunicação e no acoplamento dos corpos com dispositivos tecnológicos. A interface homem-máquina da revolução industrial torna-se interface midiática homem-computador ou homem-rede a partir da *revolução cibercultural* (LEVY, 1999).

Mídias híbridas e mutantes proliferam sob o efeito da virtualização da informação, do progresso das interfaces, do aumento das potências de cálculo e das taxas de transmissão. Cada dispositivo de comunicação diz respeito a uma análise pormenorizada, que por sua vez remete à necessidade de uma teoria da comunicação renovada, ou ao menos a uma cartografia fina dos modos de comunicação. O estabelecimento dessa cartografia torna-se ainda mais urgente, já que as questões políticas, culturais, estéticas, econômicas, sociais, educativas e até mesmo epistemológicas de nosso tempo são, cada vez mais, condicionadas a configurações de comunicação (LÉVY, 2000, p. 82).

Considerando que essas transformações geram mudanças importantes nos modos de subjetivação em um período relativamente curto (especialmente nos últimos 20 anos), podem-se questionar os efeitos vivenciados por esses sujeitos, frutos do acoplamento com as novas tecnologias.

O tempo da máquina, o tempo das redes de comunicação, o tempo da transmissão de informações é imediato. Parece não ter limites e requer novas habilidades biológicas. O fenômeno de compressão espaço-temporal acopla-se à existência

humana como experiência, como modos de lidar com a realidade, produzindo impactos consideráveis nos corpos. Se a velocidade se coloca como fator de constituição da cultura industrial moderna, objetiva-se entender que modos de vida e processos de subjetivação são configurados a partir disso, que efeitos, possibilidades e limites são impostos por essa realidade, pela produção da relação homem-técnica no contemporâneo, considerando o uso do tempo e o fenômeno da aceleração.

Foram traçados caminhos diversos, na tentativa de levantar problemas e delinear reflexões acerca da temática da aceleração, da compressão espaço-temporal e de suas consequências. Entender se a aceleração constitui uma experiência cultural para boa parte da população mundial e analisar os possíveis efeitos da velocidade nos processos de constituição de modos de vida exigem que múltiplos elementos sejam considerados, levando-nos à análise dos processos de constituição das subjetividades contemporâneas.

O enfoque concedido ao período que compreende o desenvolvimento contundente das tecnologias de comunicação (década de 90), especialmente o advento da rede mundial de computadores, parte do pressuposto de que os modos de vida produzidos nesse momento histórico criam, especialmente nos grandes centros urbanos, relações configuradas pela busca da instantaneidade e, conseqüentemente, da eficiência mental e produtiva. A busca por homens capazes de reagir ao fenômeno de aceleração, acoplando-se ao tempo da máquina, produz novas formas de se relacionar com a atualidade, a partir dos corpos movidos pela aceleração, naturalizando esses processos. Como princípio de análise dessas relações, deve-se evitar estabelecer oposições entre seres humanos e máquinas, no intuito de compreender os processos de produção do humano a partir de conexões, hibridizações que mantêm relações com distintos componentes sociais.

[...] há na Techné elementos ontogenéticos, elementos de um plano, de construção, relações sociais que sustentam a tecnologia, um capital de conhecimento, relações econômicas e, pouco a pouco, toda uma série de interfaces no seio das quais se insere o objeto técnico (GUATTARI, 1993, p. 41).

Certamente, o pesquisador que enfoca a temática da velocidade se depara com essa complexidade, com a constituição de sistemas que englobam múltiplos aspectos e que reverberam na produção da ansiedade. Nesse sentido, a tentativa de delinear uma questão de estudo esbarra em alguns pontos e requer a definição de critérios norteadores.

Em primeiro lugar, o presente trabalho não deseja apresentar reflexões que meramente constatem que o processo de aceleração se impõe como realidade, tampouco limitar-se a afirmar que, necessariamente, o advento de novas tecnologias imponha entraves ao pensamento, mas analisar os efeitos desses processos de aceleração, especialmente no que concerne à aparente dificuldade colocada ao pensamento e à reflexão que o tempo acelerado parece impor.

O excesso de atividades e de informações, que atualmente inunda os cérebros hiperexcitados de boa parte da população produtiva, parece, em grande medida, responsável pela crescente dificuldade enfrentada por muitos sujeitos de aprofundar-se nos mais diversos temas e concretizar processos que exijam paradas. Por isso, busca-se, aqui, analisar a relação entre o processo de constituição do homem-velocidade e a emergência de sintomas clínicos relacionados com a experiência de compressão espaço-temporal da existência. Além disso, considera-se de suma importância analisar os possíveis usos inventivos do tempo por homens e mulheres que criam suas próprias formas de lidar com essa experiência, a despeito das dificuldades aparentemente colocadas pelo processo de aceleração.

Os encontros da clínica e as experiências com inúmeros pacientes nos últimos oito anos servem como pano de fundo para pesquisa, embora, certamente, não sejam as únicas fonte de análise. Enfoca-se a violência sofrida por esses corpos na relação com mundo, permeados pela velocidade, ilustrada por queixas que giram sistematicamente em torno dos seguintes eixos: ansiedade, falta de atenção, pensamento acelerado, dificuldade de concentração, cansaço, irritabilidade, imediatismo, dificuldade em dar consistência a processos, sensação de se estar sempre em débito com o tempo e incapacidade de dar consistência a relacionamentos interpessoais.

Impressiona a recorrência do discurso que define o tempo muitas vezes como inimigo, já que parece não ser mais suficiente para as tarefas diárias, seguido da

supervalorização dessa mesma falta de tempo e do excesso de atividades, como medida da eficácia pessoal. Parece ocorrer uma flutuação constante em que é difícil definir um limite entre produção mental frenética e paralisia do pensamento.

É importante ressaltar que a constituição do que se denomina *homem-velocidade* – que se remete por um lado a processos hegemônicos de constituição dos modos de vida contemporâneos – também deve ser considerada sob o ponto de vista das múltiplas formas de constituir-se na relação com o tempo, que geram possibilidades de criação de outras realidades, capazes de diferenciar-se das configurações produtivas hegemônicas.¹⁰

As questões aqui confrontadas referem-se majoritariamente ao estabelecimento do que pode ser denominado como uma *cronopolítica*,¹¹ entendida aqui como efeito da relação entre corpos e tempo que gera consequências para o pensamento e o processo de criação. Busca-se analisar os usos cotidianos que confrontam possibilidades de criação de outras relações com a produção de novas temporalidades, outras formas de lidar com a vida e com o mundo. Partindo da clínica como experiência política de discussão e análise das práticas coletivas, pretende-se focar os usos de si, a experiência cotidiana de produção de diferenças, as resistências críticas e politicamente colocadas na produção de modos de subjetivação atrelados à temporalidade. Como é produzido o *homem-velocidade-ansiedade*? A que circunstâncias está atrelada a busca pela aceleração constante? É possível estabelecer modos de vida e usos inventivos do tempo, ao lidar com a experiência da aceleração?

Durante o percurso analítico, optou-se pelo uso de figuras clínicas e não pela apresentação dos tradicionais casos clínicos. Essa escolha objetivou libertar o percurso analítico da limitação imposta por sistemas fechados, na tentativa de

¹⁰ O termo “configurações produtivas hegemônicas” refere-se aqui a tendências sociais e políticas que produzem realidade e formas de vida experimentadas por uma parcela significativa da população, sem desconsiderar, apesar disso, os múltiplos processos contraditórios que se fazem presentes nos movimentos sociais. Mesmo que se enfoque a enorme capacidade de propagação do capitalismo contemporâneo, são muitas as tendências desviantes e contraculturais.

¹¹ A expressão cronopolítica (política do tempo) é utilizada por pesquisadores como Frédéric Gros e José Antônio Zamora, ao se referirem à política capitalista de organização do tempo e da criação de dispositivos sistematicamente orientados para o aumento da produção de riquezas. (Disponível em: <http://elogioapreguca.com.br/?page_id=45 > <http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3501&secao=343&limitstart=1 > Acesso em: 23 maio de 2012).

relacionar os processos apresentados pelos pacientes em múltiplas combinações clínico-políticas. Por acreditar que os conjuntos de sintomas aqui relatados constituem, de um modo ou de outro, uma delimitação histórica de processos sociais, serão apresentados recortes em experiências, que servirão como categorias a descreverem focos de experiência. Os conjuntos de sintomas foram agrupados em quatro figuras de análise temáticas, que podem retratar algumas composições possíveis: *O Executivo*, *O Estudante*, *A Professora* e *O Artista*.

Nos capítulos que se seguem, pretende-se delimitar essas figuras de análise que ilustram modos clínico-políticos de relacionar-se com a experiência da aceleração, referindo-se às relações estabelecidas entre corpos, próteses e sistemas de informação, no contexto de produção capitalista. Objetiva-se apresentar alguns momentos-velocidade, ou figuras distribuídas ao longo do trabalho, que servirão para elucidar certas relações com a vida e com as conexões com sistemas informacionais, sem referências a personagens ou aos tradicionais estudos de casos clínicos. Essas figuras de análise foram nomeadas de acordo com conjuntos de sintomas e não por sua relação com sujeitos.

O Executivo, *O Estudante*, *A Professora* e *O Artista* que nos acompanharão durante o trabalho referem-se a conjuntos de sintomas e experiências diretamente relacionadas com o paradigma da aceleração cultural no qual a sociedade moderna parece submergir. De uma forma ou de outra, todas essas figuras englobam a experiência contemporânea de conexão com próteses tecnológicas e as informações em tempo real, que produzem conjuntos de experiências com os quais, talvez, todos possam se identificar.

Como mencionado, as categorias escolhidas reportam-se aos discursos e queixas de sujeitos variados, de diferentes faixas etárias e experiências. O critério de união entre todas essas experiências é a inserção dos sujeitos analisados no modelo de produção contemporâneo. Sejam eles trabalhadores, donas de casa ou estudantes, o que têm em comum é a constituição de vidas atravessadas pela lógica do mercado capitalista, que delimita modos específicos de relacionar-se com o tempo e a realidade. Carregam em sua constituição faces diversas, sofrimentos, alegrias e potências, enfim, formas de lidar com a experiência da compressão espaço-

temporal. As figuras de análise aqui problematizadas têm como objetivo discutir alguns eixos principais, a saber:

- conexão entre sujeitos e próteses tecnológicas;
- sensação de contínuo débito pessoal com o tempo;
- dificuldade em organizar o excesso de informações ou tarefas;
- pensamento acelerado e dificuldade de efetuar análises;
- sensação de passagem rápida do tempo e dificuldade em dar consistência aos mais diversos processos;
- esgotamento mental e sensação de improdutividade;
- excesso de atividades e a conseqüente ansiedade por não efetivar tarefas de acordo com as expectativas, sejam elas autodirigidas, sejam externas;
- busca incessante por sensações que nunca parecem satisfatórias;
- ansiedade em escolher entre as mais variadas opções de vida, aliada à dificuldade em dar consistência a processos;
- mudança rápida de uma atividade a outra, sem aprofundamento;
- falta de tempo para atividades não produtivas e sentir-se mal ao organizar essas atividades;
- dificuldade em aprofundar relações pessoais, aliada à sensação de fluidez nas relações;
- valorização extrema do discurso da falta de tempo relacionado com a eficiência.

Apesar dos atravessamentos denominados personificarem-se em diversos campos de experiências, é a prática clínica em Psicologia que será utilizada para ampliar o campo de análise neste trabalho. Defendendo a ideia de que os modos de vida forjados na velocidade atravessam a todos, reitera-se que as experiências descritas não possuem identidades fixas, podendo ser qualquer um de nós. Se os problemas aqui levantados se encarnam em indivíduos, isso ocorre porque esses indivíduos se encontram no entrecruzamento dessas esferas, na interconexão de múltiplas linhas de subjetivação, que produzirão efeitos-pessoas que, porventura, são escolhidas como referência analítica pelo olhar do pesquisador. Não há necessidade de utilizar

nomes fictícios ou de mascarar fatos com medo de identificação. O palpite é que todos poderão eventualmente se identificar com algumas, quiçá com todas as situações aqui descritas.

CAPÍTULO 1 - *TEMPUS FUGIT*¹²

1.1 O tempo na era das luzes: a produção de um novo homem, efeito da modernidade

A experiência da modernidade encontra-se alicerçada sobre distintas promessas oriundas dos ideais positivistas e iluministas, entre elas a busca da verdade e progresso científico. Tais máximas acoplam-se aos ideais revolucionários da burguesia europeia dando passagem a distintos fenômenos sociais, como as democracias modernas e a revolução industrial.

Segundo Foucault (2000), o século XVIII privilegiou um modelo de ciência focado em explicar os acontecimentos a partir da continuidade e do processo evolutivo, e grande esforço foi empreendido na tentativa de comprovar que a natureza se organiza em “[...] uma série cronológica de acontecimentos” (p. 205). A história natural, como representante dessa vertente epistemológica, eclode dentro de determinado contexto de produção de ciência, fundamentada sob a perspectiva de que a história evolutiva se organiza em linearidade, conduzindo as espécies a uma perfeição superior através da história. As ciências exatas, por sua vez, estabelecem o seu campo de estudo a partir da descoberta e definição de postulados que deverão explicar o universo de acordo com leis universais e imutáveis.

As repostas concedidas aos problemas, de acordo com essas perspectivas, seguem um esquema de objetividade que atesta a importância de revelar processos e estabelecer ordenações aos campos estudados, biológicos ou físicos e matemáticos. No modelo clássico de ciência do século XVII, o conhecimento é um exercício de desvelamento a lançar luz sobre os mais diversos objetos, buscando a verdade inerente a cada um deles. No século XIX, a ciência procurou suplantar o conhecimento oriundo do senso comum, fornecendo respostas e eliminando zonas de obscurantismo e indefinição, caracterizando o rompimento definitivo com o pensamento medieval.

¹² Expressão latina que significa “O tempo voa”. Durante o trabalho, algumas expressões em latim serão utilizadas para nomear os capítulos, com o intuito de enfatizar a relação que se estabelece com o tempo.

[...] deve-se representar o domínio da epistémê moderna com um espaço volumoso e aberto segundo três dimensões. Numa delas situam-se as ciências matemáticas e físicas, para as quais a ordem é sempre um encadeamento dedutivo e linear de proposições evidentes ou verificadas; haveria, em outra dimensão, ciências (como as da linguagem, da vida, da produção e da distribuição de riquezas) que procedem ao estabelecimento de relações entre elementos descontínuos mas análogos, de sorte que elas pudessem estabelecer entre eles relações causais e constantes de estrutura [...]. Quanto a terceira dimensão, seria a da reflexão filosófica, que se desenvolve como pensamento do Mesmo; com a dimensão da linguística, da biologia e da economia ela delinea um campo comum [...] enfim, a dimensão filosófica define com as das disciplinas matemáticas um plano comum: o da formalização do pensamento (FOUCAULT, 2000, p. 479-480).

Por outro lado, a passagem do modelo de ciência presente no século XVIII para o século XIX delimita um acontecimento digno de atenção, já que a emergência das ciências humanas, do conhecimento produzido pelo homem e sobre o homem, abre espaço para um campo epistemológico repleto de incertezas e contradições, que se diferencia dos três campos aqui citados.

Devido à sua “impureza” e à dificuldade em situar-se rigidamente entre os distintos campos epistemológicos, as ciências humanas podem ser consideradas como “[...] perigosos intermediários no campo do saber” (FOUCAULT, 2000, p. 481). Ao assumir a nebulosidade da definição de seu domínio, sua vocação fronteira e suas múltiplas relações com os outros campos de saber, as ciências humanas dispõem-se a percorrer caminhos de análise que seriam caracterizados inerentemente pela complexidade e indefinição.

Ao situar o homem e a cultura como campos de produção de saber e uma vez que seus objetos de pesquisa se caracterizam pela polimorfia e provisoriedade, essa vertente epistemológica abre um leque de infinitas possibilidades, assumindo sua vocação para a produção de conhecimentos em permanente mutação.

Desse triedro epistemológico, as ciências humanas são excluídas, no sentido ao menos de que não podem ser encontradas em nenhuma das dimensões, nem à superfície de nenhum dos planos assim delineados [...]. É talvez essa repartição nebulosa num espaço de três dimensões que torna as ciências humanas tão difíceis de situar, que confere sua irredutível precariedade à localização destas no domínio epistemológico, que as faz parecer ao mesmo tempo perigosas e em perigo. Perigosas, pois

representam para todos os outros saberes como que um risco permanente (FOUCAULT, 2000, p. 480).

Ainda seguindo a análise de Foucault (2010), vê-se que, no âmbito das ciências e da produção de conhecimento, o ato de pesquisar coloca-se como problema a partir da consideração do que poderia ser denominado como projeto epistemológico da modernidade, alavancado pelas premissas da liberdade, da razão e da busca pela verdade. Ao analisar o texto de Kant, acerca do fenômeno das luzes, o autor problematiza os diferentes aspectos que constituem a análise filosófica do presente como interrogação do sentido da atualidade e dos sentidos discursivos produzidos pela atitude histórica que se convencionou chamar de modernidade.

Para o autor, Kant atribuirá dois vieses ao fenômeno da *Aufklärung*: o desenvolvimento racional e técnico, estipulado pelo uso da razão, e o processo revolucionário como *ruptura e subversão na história*, potencializando o progresso da humanidade. A delimitação do projeto moderno de ciências nos coloca diante do significado do ato de pesquisar, das premissas e limites da constituição desse homem como duplo empírico-transcendental, sujeito-objeto, reduzido ao conhecimento e ao mesmo tempo origem de todo o conhecimento.

[...] a *Aufklärung* é um acontecimento ou um conjunto de acontecimentos e de processos históricos complexos, que se situaram em um determinado momento do desenvolvimento das sociedades européias. Esse conjunto inclui elementos de transformações sociais, tipos de instituições políticas, formas de saber, projetos de racionalização dos conhecimentos e das práticas, mutações tecnológicas, que são muito difíceis de resumir em uma palavra, embora muitos desses fenômenos sejam ainda importantes no momento atual. Aquele que eu já destaquei, e que me parece ter sido fundador de toda uma forma de reflexão filosófica, concerne somente ao modo de relação de reflexão com o presente (FOUCAULT, 2000b, p. 346).

A questão levantada por Kant parece importante a Foucault, na medida em que coloca a necessidade de interrogar o presente, ou seja, refletir acerca dos acontecimentos históricos que fazem da atualidade objeto de reflexão e daquele que pensa sobre os sentidos do presente—seja ele filósofo, seja pesquisador — como parte desse processo. Nesse sentido, é confrontada a questão do presente como acontecimento filosófico e a filosofia como análise dessa atualidade. “Afinal, parece-

me que uma das grandes funções da filosofia dita moderna – cujo começo e cujo desenvolvimento podemos situar no finzinho do século XVIII, no século XIX -, uma das suas funções é se interrogar sobre sua própria atualidade” (FOUCAULT, 2010, p. 16).

Foucault aponta que a *Aufklärung* é um período que delimita a si mesmo, como divisa histórica e filosófica, como projeto/processo cultural de estabelecimento de uma nova atitude filosófica. Os *modernos* definem-se em oposição aos homens de outros períodos históricos, estabelecendo as bases do que consideram uma evolução e uma revolução do pensamento e do conhecimento científico.

A *aufklärung* é um período que formula sua própria divisa, seu próprio preceito e diz o que tem de fazer, no que concerne à história geral do pensamento tanto quanto ao seu presente e às formas de conhecimento, de saber, de ignorância, de ilusão nas quais ela sabe reconhecer tal situação (FOUCAULT, 2011, p. 262).

Ser moderno a partir desse viés constitui um salto qualitativo, em comparação com outros tempos históricos. Há a necessidade de definir a modernidade, estipular seus parâmetros, diferenciá-la de outras experiências, para, enfim, exaltá-la, como período que demarcará novos limites e promessas ou que talvez venha mesmo a eliminar todos os limites ao progresso da humanidade.

Caracterizar o período histórico que se convencionou chamar de modernidade pode fornecer algumas pistas que elucidem os impactos das transformações vivenciadas por esses homens, por essa sociedade que se define a partir de parâmetros tão específicos, que englobam não só uma relação com o conhecimento, mas, principalmente, uma relação com o tempo.

Vemos aflorar uma nova maneira de formular a questão da modernidade, não mais em uma relação longitudinal com os antigos e sim, no que se poderia chamar de uma relação sagital com sua própria atualidade. O discurso deve reconsiderar sua atualidade para, de um lado, nela encontrar seu lugar próprio e de outro, para dizer seu sentido, enfim, especificar o modo de ação que ele é capaz de exercer no interior dessa atualidade (FOUCAULT, 2011-b, p. 261).

Ao se debruçar sobre as condições históricas sob as quais são formadas certas relações entre sujeito e objeto remetidas ao ato de pesquisar, situa-se diante de dois projetos epistemológicos pontuados por Foucault (2010) – a analítica da verdade e a ontologia do presente. Para o autor, ao analisar a questão da atualidade, Kant inaugura duas tradições que percorrerão a filosofia moderna: a primeira, referente à constituição de determinada racionalidade vinculada ao uso das técnicas, e a segunda, à permanente revolução, à ruptura com sistemas de pensamento.

A analítica da verdade constrói suas bases a partir da preocupação com a constituição do conhecimento verdadeiro, oriundo da razão, capaz de lançar luz sobre os fenômenos naturais estruturalmente já dados, decifrados pelo homem, considerado sujeito de conhecimento intelectual e representativo. Tal perspectiva atende à busca pela evolução e definição da superioridade histórica dos modernos, centrando suas ações na procura constante do conhecimento mais avançado, na descoberta científica capaz de suplantar todas as verdades já criadas.

A ciência, nessa vertente epistemológica, encabeça uma grande corrida pela superação dos limites do conhecimento, produzindo corpos acoplados a essas descobertas, impactados pela rapidez dessas transformações. Essa perspectiva de ciência atende bem aos ideais da burguesia moderna, histórica financiadora de descobertas técnicas e científicas, consideradas fundamentais para o avanço e consolidação dos ideais capitalistas. Uma ciência universal, que se entende como produtora de verdades superiores, que classifica, organiza e define sujeitos, atendendo bem a um modelo econômico que almeja definir-se como a última fronteira da evolução da humanidade, que justifica suas práticas históricas como necessárias, inevitáveis e melhores que quaisquer alternativas.

A ontologia do presente, por sua vez, deseja afastar os universais totalizantes, naturais ou antropológicos, buscando as condições históricas de constituição de objetos e práticas. Assim, a verdade não se estabelece como resultado necessário do ato de conhecimento, mas é verdade-exercício que produz objetos e sujeitos do conhecimento parciais e mutáveis.

E me parece que a opção filosófica com a qual nos vemos confrontados atualmente é a seguinte. É preciso optar ou por uma filosofia crítica que se

apresentará como uma analítica da verdade em geral, ou por um pensamento crítico que tomará a forma de uma ontologia de nós mesmos, de uma ontologia da atualidade (FOUCAULT, 2010, p. 21-22).

Apresentando-se como alternativa à analítica da verdade, à ontologia do presente caberia questionar os sentidos produzidos pela modernidade e as múltiplas possibilidades e conexões constituídas no contexto histórico em que vivemos. A análise das formas de vida, nesse caso, não se dá mediante a apropriação do conhecimento verdadeiro, ou do estabelecimento de um modelo de sociedade, mas da problematização da realidade, a partir dos efeitos dos múltiplos dispositivos¹³ que constituem a realidade política de um processo social. As análises econômicas e sociais, nesse caso, serão consideradas escolhas políticas deliberadas por determinados fins e não resultado de um processo evolutivo irrefreável.

A partir da consideração dos divergentes projetos de constituição do conhecimento interpostos pela modernidade, nota-se que, durante o Iluminismo, a ciência tenta cumprir a promessa de descoberta do corpo e dos limites do humano, produzindo um interessante paradoxo, que parece desdobrar-se ante os projetos da analítica da verdade e da ontologia do presente. Ao mesmo tempo em que avança no conhecimento acerca da natureza biológica do corpo, estabelecendo uma série de definições, a ciência amplia as possibilidades dessa biologia, produzindo a incapacidade de definição dos limites desse mesmo corpo. Esse paradoxo é de suma importância para o percurso analítico aqui desenvolvido, uma vez que a aceleração dos modos de vida no contemporâneo se localiza justamente no

¹³ Indagado sobre o sentido e a função metodológica do termo dispositivo, Foucault nos esclarece: “Através deste termo tento demarcar [...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, morais, filantrópicas [...] O dito e o não dito são elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos” (*Sobre a história da sexualidade*, em *Microfísica do poder*, 2000, p. 244). Foucault ainda acrescenta que há um jogo estratégico entre esses elementos discursivos ou não que “[...] permite justificar e mascarar uma prática que permanece muda; pode ainda funcionar como reinterpretação desta prática, dando-lhe acesso a um novo campo de racionalidade” (idem). E complementa, mais adiante, o ponto que diferencia esse conceito de dispositivo em Deleuze: “O dispositivo, portanto, está sempre [...] ligado em um jogo de poder, estando sempre, no entanto, ligado a uma ou a configurações de saber que dele nascem mas que igualmente o condicionam” (idem, p. 246). Trata-se de diferentes formações históricas de controle, em geral, consideradas mais eficazes, cujos efeitos escapam de seu funcionamento e, portanto, são imprevisíveis.

entrecruzamento das fronteiras do humano, da fragilidade do corpo na relação com o capital e a produção.

Latour (1994) analisa a modernidade sob outro viés, afirmando que um recorte histórico importante é estabelecido a partir do momento em que a evolução científica e as descobertas tecnológicas passam a ser consideradas como parâmetro de definição dos limites do humano e da busca pela superação desses limites. Ser moderno, de acordo com o autor, é, antes de qualquer coisa, ter vocação para as mudanças e transformações, sem temer deixar para trás tudo o que oferece entraves à *evolução da humanidade*, mas, além disso, ser moderno é estabelecer uma nova relação com o tempo.

A modernidade possui tantos sentidos quantos forem os pensadores ou jornalistas. Ainda assim, todas as definições apontam, de uma forma ou de outra, para a passagem do tempo. Através do adjetivo moderno, assinalamos um novo regime, uma aceleração, uma ruptura, uma revolução do tempo. Quando a palavra 'moderno', 'modernização' e modernidade aparecem, definimos, por contraste, um passado arcaico e estável. Além disso, a palavra encontra-se sempre colocada em meio a uma polêmica, em uma briga onde há ganhadores e perdedores, os Antigos e os Modernos. 'Moderno', portanto, é duas vezes assimétrico: assinala uma ruptura na passagem regular do tempo; assinala um combate no qual há vencedores e vencidos (LATOURE, 1994, p.15).

O autor problematiza a ideia comumente aceita pelo senso comum de que, na modernidade, a relação com o tempo passa a ser vinculada à ideia de progresso histórico, de aceleração da marcha humana pela conquista da verdade científica última, que supostamente nos libertará das amarras impostas pelos arcaísmos presentes em outras sociedades. Em oposição às sociedades modernas, tudo parece superado, menos a própria *modernidade*, já que a *modernidade* se garante contra a própria superação, uma vez que se compromete com a mudança, com a evolução.

Evoluir, nesse caso, é integrar-se ao novo, é continuar a marcha em busca da verdade, em busca da totalidade do conhecimento. Até aqui, pode-se estabelecer a inter-relação entre dois fundamentos importantes dos processos de subjetivação contemporâneos: a ideia de evolução da humanidade, acoplada à passagem do tempo e a invenção de técnicas. Esses dois parâmetros estão associados

historicamente à caminhada incessante em direção ao conhecimento considerado verdadeiro ou à premissa epistemológica da analítica da verdade, que considera tais mudanças sob um ponto de vista evolutivo.

Nesse sentido, cabe-nos interrogar acerca dos diferentes significados colocados sobre o ato de pesquisar a partir da visão de homem traçada pela modernidade e das relações estabelecidas pelo homem com o ato de conhecer. A modernidade, como período que considera seriamente as condições de produção do conhecimento *verdadeiro*, estabelece regimes e jogos políticos de produção dessa mesma verdade, a partir de sujeitos e conhecimentos qualificados – de especialistas, capazes de definir o caminho evolutivo a ser trilhado. Nas últimas décadas, o caminho dessa *evolução biológica* é traçado por diferentes campos de especialidades, como a Medicina, a Biologia e a Genética que, por suas descobertas, redefinem as fronteiras entre a Biologia e as máquinas.

As próteses biomecânicas, por exemplo, conquistam no contemporâneo a capacidade de conectar corpo e máquina de forma inédita, uma vez que exploram conexões tecnobiológicas que passam a operar a partir e por meio da cognição. Órgãos biônicos controlados por terminações nervosas, equipamentos que permitem a conexão em tempo real e protótipos tecnológicos que prometem conectar o cérebro humano diretamente a *chips* ou às informações da rede são alguns dos dispositivos que prometem lançar o corpo humano a novas fronteiras, sem os limites impostos pela Biologia. Nesse contexto, questiona-se se essas próteses seriam apenas uma nova etapa da evolução das ferramentas utilizadas por homens há milhares de anos, ou se estaríamos diante de configurações outras, que lançarão nossos corpos a movimentos fundamentalmente novos. “As tecnologias de comunicação e as biotecnologias são ferramentas cruciais no processo de remodelação de nossos corpos” (HARAWAY, 2013, p. 64).

No contexto do presente trabalho, entende-se que, uma vez consideradas as próteses tecnológicas como parte integrante do aparato biológico, uma nova relação é estabelecida entre o corpo humano e as técnicas. Tanto para Latour, quanto para Haraway, a modernidade parece apresentar certa vocação para a exploração de híbridos os mais diversos, que vão desde a exaltação dos pluralismos culturais, quanto às misturas que se estabelecem entre seres e máquinas. A necessidade de

manter-se conectado às tendências tecnológicas, atendendo à exaltação de consumo desenfreado de tecnologias e ao propósito de fazer do próprio corpo uma extensão desses aparatos naturaliza-se e leva a questionar os efeitos cognitivos, sociais e clínicos oriundos desse uso.

Para Latour (1994), ao mesmo tempo em que cria e convive com híbridos¹⁴ das mais diversas naturezas, a modernidade insiste em estabelecer zonas de *purificação*, que deverão, até certo ponto, manter o controle e a previsibilidade dos processos sociais. Seguindo a análise desta relação paradoxal entre *natural* e *híbrido*, a palavra *moderno* convive bem com “[...] dois conjuntos de práticas totalmente diferentes que, para permanecerem eficazes, devem permanecer distintas, mas que recentemente deixaram de sê-lo” (LATOURE, 1994, p.16).

Esses conjuntos de práticas distintos mantêm a ideia de que a modernidade produz necessariamente uma série de hibridismos culturais, sociais, biológicos, de gênero. Apesar disso, insiste-se na noção comum de que determinadas zonas ontológicas permanecem apartadas, principalmente na Biologia dos seres, estabelecendo oposições entre animais e homens ou entre homens e máquinas – nós e eles.

Foucault (2000) mostrará que, durante os séculos XVIII e XIX, as zonas de purificação dos seres são reforçadas pelos estudos taxonômicos, bem como pelas descobertas de Darwin. O século XVIII tratará de definir, através da história natural e da passagem do tempo, a cronologia dos acontecimentos que levam os seres biológicos de um estágio anterior de desenvolvimento a uma perfeição maior. Nesse contexto, os hibridismos, caso existam, seguem a ordem evolutiva, sendo perfeitamente catalogáveis e até mesmo previsíveis, obedecendo ao continuísmo histórico.

No século XVIII, a continuidade da natureza é exigida por toda a história natural, isto é, por todo o esforço para instaurar na natureza uma ordem e nela descobrir categorias gerais, quer sejam elas reais e prescritas por distinções manifestas, quer cômoda e simplesmente demarcadas por nossa imaginação. Só o contínuo pode garantir que a natureza se repita e que a estrutura, por consequência, possa tornar-se caráter (FOUCAULT, 2000, p. 203).

O termo híbrido que, nesse caso, refere-se à produção de múltiplas interfaces entre a Biologia e as tecnologias, será abordado detalhadamente no decorrer do trabalho.

As ciências humanas (século XIX), por sua vez, emergem diante de necessidades epistemológicas distintas, constituindo, de acordo com Foucault “[...] um acontecimento na ordem do saber” (2000a, p. 477) e uma fragmentação na perspectiva clássica das ciências naturais e matemáticas. As ciências humanas constituem hibridismos, uma vez que analisam categorias dificilmente caracterizáveis pela mera explicação linear evolucionista. Ao debruçarem-se sobre fenômenos sociais, as ciências humanas analisam o homem em sua positividade, a interface entre homem, trabalho e vida social, ocupando “[...] essa distância que separa (não sem uni-las) a biologia, a economia, a filologia daquilo que lhes dá possibilidade no ser mesmo do homem” (2000a, p. 489).

É de fundamental importância problematizar a tendência filosófica moderna de enxergar os modos de vida contemporâneos menos como uma produção específica de nosso tempo e mais como um avanço, na linha do tempo, em direção a um processo civilizatório mais completo. O raciocínio político e filosófico inspirado pela análise da verdade acredita que os avanços trazidos pela modernidade nos levam, como humanidade, de um grau de perfeição menor à perfeição maior, a um necessário progresso do gênero humano, alavancado pela modernidade. Essa tendência histórica pode ser facilmente observada na defesa da necessidade de progresso técnico, como premissa para o avanço social, independente muitas vezes da análise dos impactos gerados por essas mudanças. A lógica defendida por essa perspectiva afirmará que quaisquer mudanças que tornem a economia de mercado mais fluida e eficiente em produzir lucros são naturalmente justificáveis.

Se determinadas correntes filosóficas entendem que a modernidade opera pela via da busca da pureza, ao mesmo tempo em que produz novas interfaces e redes híbridas, paradoxalmente, acabam inadvertidamente abalando a ideia de pureza e de linearidade, uma vez que os híbridos se caracterizam pela sua imprevisibilidade. Latour (1994) afirma que só deixaremos de ser realmente modernos quando abandonarmos o *projeto de purificação crítica*, que tenta definir e controlar os hibridismos, na tentativa de impedi-los de proliferar.

Para a presente pesquisa, essa paradoxal relação entre *natureza biológica* e *avanços tecnológicos* é de fundamental importância, uma vez que a indefinição dos

limites dessa relação parece estar estreitamente vinculada à aceleração, às *cronopolíticas* aqui analisadas. Deve-se considerar que a definição dos limites do humano se contrapõe às possibilidades colocadas pelos avanços da Medicina, das ciências e da tecnologia que geram hibridizações até então impensáveis à Biologia humana. Não faltam promessas de superação desses limites, já que próteses técnicas ampliam a memória, as descobertas genéticas produzem novos seres e a Medicina estende a perspectiva de vida, fornecendo aos corpos e à existência humana possibilidades de superar obstáculos impostos pela natureza, constituindo novos modos de vida.

Os híbridos, essas fascinantes e assustadoras criaturas, que se apresentam como resultados de inúmeras conexões, despertam interesse na medida em que subvertem os esquemas classificatórios, tornando fúteis as tentativas de controle. Curiosamente, a modernidade os produz em número cada vez maior, apesar de insistir na manutenção dos dualismos e das classificações.

O século XIX, período histórico que vai consolidar essa relação entre ciência e produção capitalista, testemunha o surgimento de inúmeros hibridismos culturais, biológicos e tecnológicos, fornecendo bases de análise da emergência de corpos mais adaptáveis em uma sociedade que começa a pautar seu desenvolvimento na aceleração exponencial da produção, do transporte, das comunicações e de fluxos monetários e humanos. As sociedades industriais necessitam criar corpos híbridos, mais suscetíveis e mais competentes para suportar o processo de aceleração que acaba obviamente por seguir o tempo das máquinas e da produção industrial. A cidade cresce, as distâncias aumentam e soluções precisam ser criadas para que o fluxo de pessoas e produtos garanta o retorno financeiro mais rápido.

Os avanços tecnológicos que imprimem marcas indeléveis em nossos corpos e modos de vida e que são recebidos com entusiasmo pelas multidões modernas ávidas por novidades, merecem ser problematizados, como quaisquer objetos históricos, não só pelas transformações que operam, mas pelos efeitos gerados por essas mudanças. As questões levantadas pela modernidade servem, então, como pano de fundo para se colocar em análise o período histórico que vivemos, particularmente no que se refere às relações estabelecidas por corpos impactados

pelas descobertas científicas e pela criação de dispositivos tecnológicos. Que hibridismos constituem esses corpos?

Seguindo a tendência filosófica da ontologia do presente, propomo-nos a questionar as múltiplas produções conduzidas pelos processos sociais e históricos presentes na atualidade. Veyne (1998, p. 239) afirma, a partir de Foucault, que “os fatos humanos são raros”, já que são frutos de inúmeros atravessamentos produzidos por múltiplos aspectos sociais e políticos que podem caracterizar quaisquer períodos ou acontecimentos históricos. Baseando-se na premissa de que os fatos históricos se constituem mais por saltos do que por continuísmos, mais por rupturas do que por linearidades, pode-se questionar os efeitos do contexto social na constituição desses híbridos.

O presente, como acontecimento, merece o olhar curioso do pesquisador capaz de desconfiar da obviedade, das naturalizações eventualmente presentes em nossas análises acadêmicas. É necessário exercitar o olhar de maneira a escapar da tendência a análises generalizantes, que frequentemente ignoram as minúcias presentes no exercício cotidiano das práticas humanas.

No que se refere à delimitação do problema de pesquisa, são muitas as questões a serem consideradas. Como já foi colocado, pretende-se discutir de que maneira as experiências com o tempo e com a aceleração são produzidas a partir das mutações no capitalismo contemporâneo, nas formas de produção e na multiplicação de riquezas e tecnologias, que acabam por operar metamorfoses consideráveis nos modos de subjetivação. Considerando o impacto da modernidade sobre as subjetividades contemporâneas, pergunta-se: de que maneira os híbridos de nosso tempo – esses corpos acoplados a terminais, acelerados pelo tempo das máquinas e pelas exigências produtivas – têm experimentado tais mudanças e como têm se adaptado ao tempo cada vez mais comprimido?

Primeiramente, é importante esclarecer que de modo algum se afirma aqui que a experiência da aceleração é universal, ou independente de fenômenos regionais e por isso parece importante definir melhor o recorte estabelecido. Embora seja possível afirmar que o fenômeno de aceleração da experiência se coloca como realidade, em maior ou menor proporção, para todos os sujeitos que estão de alguma forma relacionados com o modo de produção capitalista – seja como

participantes da maquinaria produtiva, seja como aqueles que sofrem seus efeitos de exclusão –a referência estabelecida aqui marca a experiência dos habitantes de sociedades industriais e, em decorrência, produtores/consumidores dos modos de vida forjados nesse contexto histórico-cultural.

As subjetividades que servem de base para a constituição das figuras de análise aqui apresentadas são, ou almejam ser, produtivas, eficientes e competitivas e exatamente por essa razão são vorazes consumidoras de novidades tecnológicas que tornarão sua vida mais fácil e seus corpos mais aptos a acompanharem às rápidas mudanças no mercado.

As descobertas tecnológicas produzem e respondem a tais necessidades, tendo como objetivo geral tornar a vida mais prática e eficiente, poupando tempo que seria gasto com atividades triviais. A definição do que vem a ser considerado como atividades prioritárias a serem diferenciadas das triviais já deveria em si, ser tomada como um problema. Afinal de contas, o tempo só tem importância se mensurado em termos produtivos? E a produção deverá estar vinculada necessariamente às trocas financeiras e ao valor do fruto desse trabalho?

A premissa básica definida segundo esse parâmetro é de que o sujeito visionário, conectado às tendências, poderá colocar-se à frente de seus concorrentes, sendo, portanto, mais valioso ao mercado profissional. A figura do líder, do homem sempre à frente do seu tempo, capaz de oferecer soluções mais rentáveis à empresa da qual é colaborador, deverá ser forjada com empenho e dedicação, preferencialmente desde a mais tenra idade ou o quanto antes, durante a ascensão profissional.

Boltanski e Chiapello (2009) apontam que, a partir da década de 90, a noção de empregabilidade é fundamental na definição das habilidades que deverão ser cultivadas por aqueles que desejem ingressar ou manter-se nos quadros produtivos. A empregabilidade, a capacidade de tornar-se apto a ocupar os melhores cargos ofertados pelo mercado, estará diretamente ligada a certas características e, a despeito da necessidade premente de definição do que vem a ser prioridade na lógica produtiva contemporânea, nota-se a fundamental importância concedida à produção de rotinas e corpos cada vez mais preparados para dedicar-se ao que é *importante* e a tomar as rédeas da própria evolução pessoal ou profissional.

Tudo parece ser uma questão de antecipação, de prevenir e eliminar toda a experiência que tem o potencial de desviar a atenção do que é realmente importante, a saber, produzir de acordo com as necessidades do mercado. O mérito será fundamental nesse processo, sendo, antes de tudo, a bússola que norteará as ações desses sujeitos, que serão mais bem-sucedidos, à medida que conseguirem adaptar-se, navegando nos mares turbulentos da concorrência empresarial.

Por isso mesmo, os sujeitos aqui analisados sentem que devem ser adaptáveis, flexíveis, motivados e proativos, engajando-se de bom grado na ação de produzir em seus próprios corpos as habilidades necessárias ao mercado e, conseqüentemente, ao próprio sucesso. Nesse sentido, é de fundamental importância que se criem, em todos os aspectos da vida dos sujeitos, da infância à idade adulta, referências fundamentais à lógica da competência, da adaptação e da disposição fundamental a romper barreiras e contornar obstáculos.

Os discursos competentes se engajarão em ensinar a todos como buscar as habilidades aqui mencionadas, independente da posição social ocupada por aquele que deseja se tornar mais apto e, portanto, mais competitivo. Se o sujeito mencionado já está inserido no mercado, deverá ser audacioso e persistente, buscando ascender a postos de trabalho mais cotados. Se, por acaso, se trata de um estudante ou de uma criança, deve-se trabalhar desde cedo na constituição de habilidades que serão fundamentais no futuro, que os tornarão concorrentes promissores. Caso esteja desempregado, ou seja, alguém não contemplado por uma boa formação escolar e social, é pela luta constante contra as adversidades e pelo mérito pessoal que deverá superar barreiras, confiando apenas na própria capacidade de mudar seu destino. Em todos esses exemplos, o paradigma da eficiência e da busca por inserir-se no mercado produtivo norteará as atitudes pessoais, em um contexto marcado por referências de caráter empresarial e produtivo. Todos esses aspectos, sem dúvida, guiarão a experiência da primeira figura escolhida para análise: *O Executivo*.

1.2 O executivo: *Tempus edax rerum*¹⁵ – Figura 1

O tempo, grato aliado dos competentes e implacável inimigo dos inaptos, só importa ao Executivo na medida em que é declarado como equivalente exponencial do dinheiro. Para ele, o horizonte é traçado pelo cultivo da capacidade de superar os próprios limites – esforço pessoal que tornará a vitória mérito intransferível e sua luta, exemplo vivo de que sempre é possível estar em primeiro lugar.

O espaço, objeto de conquista para os mais competitivos e, conseqüentemente, dispostos a desprenderem-se das amarras locais, não deverá ser entrave àqueles que se sentirem capazes de quebrar paradigmas e livrar-se das limitações impostas pela fixidez. As oportunidades definem o uso do espaço e o mundo torna-se pequeno para aqueles que pretendem ocupar os postos mais altos da cadeia produtiva.

Ansiosos, competentes e pró-ativos, dedicam-se avidamente a organizar o excesso de tarefas, em uma luta constante para manter em dia as demandas do trabalho e as necessidades de natureza pessoal. A vida deve ser utilitária, mesmo quando não se está trabalhando, afinal, quem tem compromisso com a própria carreira nunca perderá oportunidades de melhorar o próprio currículo.

Se, por acaso, se sente cansado, mentalmente esgotado ou frustrado por não conseguir conciliar o tempo que deveria dedicar aos filhos com as demandas da carreira, é sempre possível encontrar caminhos para administrar melhor a própria vida, já que não faltam livros de autoajuda, recursos da Medicina e especialistas em programas matinais fornecendo caminhos para se alcançar a tão aclamada eficiência.

Troféu dos ocupados, a falta de tempo é medida de eficiência, a prova concreta de que as oportunidades estão sendo bem aproveitadas e que sua dedicação o torna diferente das multidões de medíocres sem nenhuma chance de alcançar a vitória. O tempo que não possui, percebido apenas quando as festas de fim de ano se aproximam, encerrando o ciclo que sequer percebeu, é a prova de que sua dedicação um dia lhe trará recompensas.

¹⁵ Tempo devorador das coisas.

E as recompensas são difíceis de definir: talvez um dia ele tenha tempo para fazer o que gosta, ou para aproveitar a vida; talvez ele possa dedicar-se mais a outros projetos e aos amigos, uma vez que a carreira esteja consolidada. Mas, no fundo, talvez saiba que sempre há um grau ainda mais alto a ser conquistado – uma espécie de utopia corporativa, que todos almejam, mas pouquíssimos escolhidos conseguem alcançar. O tempo só interessa se for bem empregado, se for produtivo, se for rentável.

As dificuldades enfrentadas por ele são, em seu entendimento, apenas *ossos do ofício* – pequeno preço a ser pago por aqueles que desejam sentar nas concorridas cadeiras reservadas aos tais vitoriosos. Se, em algum momento, tudo parece fluido, rápido e inconstante, ele busca, no mar de opções, sensações que possam dar alguma consistência aos seus processos.

O alento é encontrado ora nos objetos de consumo, ora em conexões pessoais, distantes promessas que talvez permitam o pulsar de quaisquer emoções. A falta de tempo talvez o impeça de aprofundar relações, mas isso não é tão ruim assim, pois nunca sabe quando precisará mudar de cidade, ou até mesmo de país. Laços consistentes demais nunca devem limitar o voo de quem deseja realmente se tornar vitorioso.

O pensamento acelera-se diante da lista interminável de tarefas que já deveriam ter sido realizadas, pois é grande a pressão para quem está convicto de que o débito com o tempo é justificativa de quem não é capaz de organizar suas prioridades. Nunca é tarde para comprar um daqueles telefones com aplicativos que organizam toda a sua agenda, garantindo que nem um minuto de seu dia seja desperdiçado com tarefas inúteis.

O tempo de ócio desaparece, o tempo de parada torna-se inviável diante da intensidade das mudanças e adaptações. Os competitivos não devem ficar para trás, ou perder tempo com pausas inúteis. Paradas são perigosas, pois significam perdas, e desde que se criou a esteira de produção, tornou-se senso comum entender que ninguém se beneficia delas.

O pensamento deve fluir rápido e a ansiedade pode até mesmo ser produtiva, desde que empregada em prol do trabalho. Sortudos são os que ficam saciados com

poucas horas de sono ou aqueles que conseguem levar o corpo ao limite máximo de esforço sem sucumbir. E se o corpo acelera a ponto de parar, reclamando como o motor de uma máquina sobrecarregada, basta administrá-lo com a ajuda das últimas descobertas sobre a fisiologia e a indústria de medicamentos. Felizmente já foram criados exercícios e drogas eficientes que permitem o retorno ao movimento, que anestesiavam as dores e organizam a dispersão do pensamento. Os remédios tentam garantir que o corpo não pare e que a mente não se veja atormentada pela perspectiva de que talvez, quem sabe, essa corrida não tenha um objetivo concreto. É difícil saber para onde estamos fluindo, já que tudo muda tão rápido.

Executivos são dedicados, tem espírito de liderança e sempre aprendem diante das adversidades. A expectativa de perfeição, fiel companheira de todas as horas, deverá direcionar seus esforços e a busca por todos os meios que possam aumentar sua eficiência. Sempre conectados às tendências tecnológicas e a aquisição de conhecimentos que os tornem mais valiosos ao mercado, colecionam especializações, acumulam títulos e diversificam seus conhecimentos linguísticos. O movimento é físico e intelectual e raramente há tempo para se perguntarem para onde estão correndo. Nem mesmo quando atropelam relações pessoais, ou a criatividade, permitem-se desacelerar.

Parar, só se por força do incontrolável, e o corpo, essa admirável e imprevisível máquina, mostra-se incrivelmente capaz de adaptar-se e superar limites por meio das mais diversas próteses, acoplando-se a dispositivos técnicos que permitam manter o ritmo.

Mas ainda assim, mesmo esse corpo adaptável e forjado na velocidade, por vezes sucumbirá. O que fazer quando parar é a única alternativa? O corpo, levado em progressão ascendente ao máximo esforço, eventualmente depara-se com o fim da linha, obrigando-se a descer pelo outro lado da montanha, para desespero daquele que nunca se permitiu parar.

Mesmo as próteses, ou os remédios, ou os especialistas não são suficientes e a parada passa a ser questão de sobrevivência. O que parece falha, desistência ou perda, pode abrir espaço de criação de outras relações com o tempo, de produzir outras formas de lidar com os ritmos impostos pelo paradigma da produtividade. O corpo resiliente, ao recusar-se a manter os ritmos não negociados, indica que outros

caminhos são possíveis e, finalmente, abre espaços para a criação de outras formas de lidar com o tempo.

1.3 O tempo na esfera capitalista: governamentalidade e *Homo Economicus*

As estruturas temporais produzidas na modernidade geram efeitos singulares que forjam, no tecido do tempo, relações orientadas a partir da experiência da produção capitalista. O tempo no capitalismo atua como regulador sistemático da produção de bens e riquezas, estabelecendo-se como medida de cálculo do esforço necessário à garantia de retorno do capital de giro e da lucratividade ao capitalista. Conseqüentemente, desde o início do processo de industrialização, assiste-se à reprodução de recursos e tecnologias que, acopladas ao esforço humano, garantem a redução exponencial desse ciclo de produção e retorno.

Foucault (1999a) aponta que o século XVIII assiste ao estabelecimento de novas relações com o uso do corpo, que entra em uma *maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe*. Surge uma *anatomia política* que encerra o corpo em sistemas de fabricação que objetivam aumentar sua eficácia e direcionar suas habilidades, produzindo certa economia de movimentos, vinculada ao controle minucioso das suas ações.

As técnicas disciplinares, que se estabelecem a partir da multiplicação de dispositivos sociais de controle do corpo, dependem necessariamente de novas relações com o ritmo e a duração das ações, ou seja, de corpos movidos por uma nova economia do tempo. Os trabalhadores, acoplados a dispositivos técnicos e submetidos a ritmos cada vez mais intensos, tornam-se corpos-ferramentas desse ciclo de produção, transformados historicamente na mesma medida em que as práticas econômicas se modificam. Se uma das características do capitalismo é sua grande capacidade de adaptação às crises e de renovar-se em frente aos desafios econômicos, pode-se esperar que os corpos acoplados a sua maquinaria devam ser igualmente mutáveis e adaptáveis.

Ainda de acordo com Foucault (2008b), vemos que a inserção do trabalho, no contexto da análise econômica, torna fundamental a apreensão qualitativa das formas pelas quais aquele que trabalha constitui sua atividade. Os recursos produzidos pelo capitalismo não podem ser calculados independentemente da capacidade do trabalhador, e a competência, como parte dessa maquinaria de

produção, não pode ser separada de quem a produz. O trabalho produzido, sob esse ponto de vista, é em si uma competência e, se o trabalhador pode ser considerado uma máquina, não o é pela via da alienação do trabalho, mas pela via da produção de fluxos de renda, passando a ser entendido como *sujeito econômico ativo*.

A consolidação do modelo de trabalho de origem toyotista, que torna a inteligência do trabalhador parte indispensável do valor de mercado e que estabelece relações de compra e venda dessa inteligência, abre discussões importantes no que se refere à experiência da produção e da administração do tempo.

[...] a principal raridade em nossas sociedades, pelo menos nas categorias não confrontadas com a necessidade imediata, como a dos executivos, não diz respeito aos bens materiais, mas ao tempo. Poupar, nesse mundo, é, em primeiro lugar, mostrar-se avaro de tempo e judicioso naquilo a que ele é dedicado [...] (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 189).

O tempo, nesse contexto, exerce um papel ainda mais amplo do que a conhecida necessidade de compra e venda da força de trabalho. Para os sujeitos que devem administrar o próprio tempo – entre as tarefas de caráter produtivo e o lazer – o desperdício pode significar prejuízos não só materiais, mas que se referem, de um modo geral, à regulação da carreira, do futuro e de chances que devem ser aproveitadas vorazmente, sob pena de ser superado na corrida pelas melhores oportunidades.

Os fluxos produzidos pelos recursos mobilizados pelos trabalhadores não se referem simplesmente ao valor pago pela força de trabalho, mas ao movimento contínuo que vai desde a inserção do indivíduo no mercado de trabalho, passando pela constituição de suas competências, até a sua obsolescência, em um processo contínuo de fluxos de capital. Entre os profissionais de Psicologia e Administração, torna-se valiosa a oferta de trabalho vinculado ao *planejamento e desenvolvimento de carreiras*, que objetiva desenvolver certas habilidades em profissionais que desejem se tornar mais atraentes ao mercado e selecionar bem as oportunidades que se apresentam.

Esses fluxos humanos, que vendem não só sua força de trabalho, mas também sua incalculável inteligência e seu tempo, geram uma zona de lucro de valor praticamente inestimável, criando, especialmente a partir do Neoliberalismo, uma margem de negociação em crescente expansão. Baseando-se nessas premissas, o neoliberalismo retoma vários aspectos relativos à definição do *Homo Economicus*, mas, para além de considerá-lo como parceiro de troca nas relações econômicas, ele o tomará como empresário de si, como produtor de si mesmo nessas relações.

Veremos dessa forma como nos meios corporativos é promovida (e começa a se estender) uma concepção do indivíduo como proprietário do seu capital humano, como capitalista e empresário de si próprio, como alguém que quando trabalha, na realidade, 'investe' suas capacidades, habilidades e destrezas, na expectativa de obter (como qualquer investidor) um retorno. Um indivíduo que, então, é responsabilizado pela manutenção de seu "capital" e pelos bons (ou maus) investimentos que com ele fizer. Mas, ao mesmo tempo, um indivíduo que não podendo se separar do seu capital, acaba sendo ele objeto da lógica do mercado, tornando-se, assim, um 'produto' ou 'material' sujeito às mesmas regras de qualquer outro produto ou bem com valor econômico dentro do sistema econômico capitalista (LOPEZ-RUIZ, 2007, p. 37).

A partir dessas análises, é possível traçar os postulados da teoria do Capital Humano, amplamente ligada à forma como o Estado e como esses trabalhadores entenderão a si mesmos como parte integrante do processo produtivo. O trabalhador contemporâneo, essa espécie de *Homo Economicus* atrelado perfeitamente à lógica corporativa, cria para si um campo de exploração da governamentalidade neoliberal, administrando o capital intelectual de que é proprietário, de modo a oferecer ao mercado suas próprias habilidades.

Ao acoplar-se à lógica corporativa, esse capitalista de si mesmo, esse *Homo Economicus* eficientemente conectado às necessidades do mundo moderno, migra da posição de explorado à de coautor, capitalista explorador das possibilidades oferecidas pelo mercado. Convicto de que a própria carreira deverá ser administrada com a mesma destreza exigida dos gestores de corporações, o trabalhador empenhará seus esforços em identificar recursos a serem explorados, obtendo as habilidades que o tornem mais competitivo e capaz de aproveitar as oportunidades oferecidas à sua carreira. A concorrência é seu principal inimigo e o

desenvolvimento de competências, o aliado principal na corrida pelos cargos e empresas mais atraentes.

O tempo, amigo dos astutos e entrave aos incompetentes, deve ser, nesse contexto, minuciosamente calculado, e a relação com o mercado de trabalho, outrora baseada na mera busca por postos de trabalho, passa a ser vista como uma justa permuta, em que ambas as partes deverão ser capazes de contribuir para o crescimento conjunto. A carreira é vista como um empreendimento e o trabalhador, gestor de si mesmo, colocará sua competência à disposição do mercado, ao mesmo tempo em que busca empresas capazes de alavancar sua carreira.

Nesse contexto, torna-se cada vez mais comum, em processos seletivos, que os profissionais de recrutamento façam uma breve explanação das características da empresa e das vantagens que seus *colaboradores* poderão obter a partir do estabelecimento do vínculo empregatício. Tais vantagens não se restringem apenas ao âmbito dos ganhos financeiros, estendendo-se aos ganhos mercadológicos, bem mais complexos e amplos. Ao trabalhador contemporâneo, empresário de si mesmo, é de suma importância vincular-se ao mercado de forma a alavancar a própria carreira, a estabelecer redes profissionais que proporcionem conhecimento e experiência a seu currículo.

Enquanto empresário de si, o indivíduo tem que submeter sua propriedade às normas estabelecidas pelo mercado e deve pensar-se a si mesmo como um empreendimento: é necessário então investir em sua formação, em suas relações – seu *networking* –, cotar no mercado – não só buscar emprego! –, desenvolver suas capacidades e agregar valor a sua carreira (LÓPEZ-RUIZ, 2007, p. 24).

Uma empresa, como o Google, por exemplo, que possui vinculada à sua imagem um valor de mercado quase inestimável, trabalha com um contingente de trabalhadores altamente especializados em todo o mundo, utilizando-se do *marketing* da empresa e do que denominam *privilegiadas condições trabalho* para atrair esse capital humano. O Google utiliza o seu nome para atrair trabalhadores que queiram incrementar seus currículos e suas carreiras, tornando-se, em virtude

de sua vinculação à empresa, mais atraentes, mais caros, portanto, mais competitivos.

É na relação com o mercado de trabalho que esse trabalhador-empresa de si mesmo constituirá parâmetros que definirão não só suas capacidades, mas também os ritmos a serem empregados na relação com a tarefa. Uma vez que a aceleração se modula por meio de corpos conectados a dispositivos técnicos, tais parâmetros de eficiência produtiva constituem-se por aparatos discursivos competentes, pela exigência de habilidades que atestem a competitividade, a flexibilidade e a adaptabilidade fundamentais à reprodução do modelo produtivo capitalista.

Conforme essas exigências, disseminadas nos discursos de especialistas, assiste-se à constituição de um modelo de eficiência entendido como prerrogativa daqueles que se encontram empregados pelas grandes corporações, sem limitar-se, entretanto, à experiência profissional. O modelo de vida baseado nas premissas da rapidez e da eficiência, oriundo da lógica corporativa, encontra amplo campo de disseminação em nossa sociedade, que baseia sua organização na economia de mercado.

Recorrendo mais uma vez a Foucault (2008b), vemos que a governamentalidade neoliberal será responsável pela mutação epistemológica que se refere à análise dos fatores econômicos e do uso do tempo, na forma como a força de trabalho se comporta, em relação à análise econômica clássica. A concepção de *homo economicus* que na análise clássica se refere à utilidade do trabalhador como força de trabalho no processo de troca, sofrerá uma transformação a partir do Neoliberalismo, passando a ser ele próprio seu capital, o modulador de suas competências – homem-empresa.

Uma economia feita de unidades-empresa, uma sociedade feita de unidades-empresa: é isso que é, ao mesmo tempo o princípio de decifração ligado ao liberalismo e sua programação para a racionalização tanto de uma sociedade como de uma economia (FOUCAULT, 2008b, p. 310).

A lógica inerente ao processo de produção do homem-empresa delimita novas relações com o fator tempo no processo de produção e, em consequência, com as

formas de organização da sociedade, de modo a constituir e manter esse capital humano por meio de distintos dispositivos, como a economia, a política, a educação etc.

A relação com o tempo, nesse caso, é fundamentalmente marcada pela necessidade de gerenciamento de suas habilidades e de sua inserção no mercado. Nota-se que os aspectos relativos à capacidade de gerenciar o tempo e sua relação com a noção de competência são fundamentais.

Na experiência clínica, tornam-se comuns as queixas relativas à sensação de contínuo débito pessoal com o tempo e a decorrente dificuldade em organizar o excesso de informações ou tarefas. Essas relações passam a ser forjadas sob crescente pressão por resultados, uma vez que as categorias mencionadas são medidas em termos de competência, ou seja, a partir da capacidade de gerenciar corretamente o tempo, de modo a executar todas as tarefas impostas pelo cotidiano, sejam elas de natureza profissional, sejam pessoal.

Os sujeitos comparam sua *performance* pessoal com a capacidade que outras pessoas possuem de administrar tais habilidades, chegando com frequência à conclusão de que, se o tempo tem se tornado escasso para todos, não haveria espaço para sofrer por isso, já que, em algum lugar, alguém foi capaz de vencer apesar das pressões. As opiniões de especialistas, multiplicadas nas mais diversas publicações, atestam a meritocracia do tempo, pois a experiência de pessoas bem-sucedidas deve nortear as ações daqueles que falham em gerenciar o próprio tempo, com o intuito de atender às demandas de mercado e, em consequência, às necessidades pessoais de sucesso.

A sociedade marcada por essa perspectiva mercadológica constitui uma relação muito específica com o aparato produtivo e, em consequência, produz trabalhadores que respondem às necessidades de mercado. O tempo de produção, pressionado pela compressão espaço-temporal da tarefa, está diretamente relacionado com os avanços tecnológicos que forjam modos de subjetivação e “ritmos cognitivos”, operacionalizados pela relação com as próteses tecnológicas e com as necessidades produtivas.

A relação com o tempo, que se torna vinculada a administração das competências pessoais, na 'imagem de mercado', acaba por traduzir-se frequentemente em ausência de barreiras ou limites do tempo vinculado a atividade produtiva, na medida em que o trabalhador sabe que está prestando um serviço, vendendo a sua força de trabalho, mas, concomitantemente, tornando-se melhor, mais atraente, mais caro para o mercado ao adquirir a experiência que a empresa lhe proporciona (FOUCAULT, 2008b, p. 310).

De acordo com Harvey (2010), a reestruturação produtiva e o regime de flexibilização do trabalho, característicos do período pós-fordista, reconfiguram as relações estabelecidas entre empregadores e trabalhadores, obrigando-os a se adaptarem ao ritmo de trabalho estabelecido pela lógica do capital-consumo. O trabalhador pós-fordista precisará atender às demandas de uma lógica de mercado em franca mutação e adaptação a novos ritmos de acumulação de capital que envolvem não só mudanças estruturais na lógica de produção, mas principalmente o ritmo dos processos de trabalho, o que gera novas pressões e distintos padrões de exigência e de produção.

A Acumulação Flexível, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional (HARVEY, 2010, p. 140).

A *acumulação flexível*,¹⁶ como regime de produção, opera verdadeira transformação nos processos de trabalho e subjetivação, na medida em que engloba em sua lógica

¹⁶ O Toyotismo dá origem ao sistema de produção denominado *acumulação flexível*. Nesse modelo de produção, rompe-se com o padrão fordista, caracterizado pela lentidão e hierarquização dos processos, em benefício de um sistema ágil e baseado nas demandas de consumo, em que a hierarquia é horizontalizada, evitando desperdícios e perdas oriundas da estagnação nas vendas de produtos. Em visita aos EUA na década de 50, o idealizador do Toyotismo, Taiichi Ohno, ficou profundamente decepcionado com o desperdício de recursos materiais e humanos na indústria automobilística americana. Por outro lado, ao visitar supermercados, Ohno ficou impressionado com a economia e eficiência, baseadas na produção voltada para a necessidade do consumidor. Ou seja, no supermercado, obtém-se o produto desejado na hora desejada e na quantidade desejada e os estoques só serão repostos quando a mercadoria acabar. Dessa forma, evitam-se desperdícios e busca-se produzir o estritamente necessário para suprir a demanda de consumo em determinado momento (Disponível em: <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=3&ved=0CEAQFjAC&url=http%3A%2F%2Fwww.aedb.br%2Fseget%2Fartigos04%2F131_OK%2520SEGET%25202004%2520-

a necessidade de adaptação às transformações tecnológicas e compressão espaço-temporal característica de um regime de produção baseado na circulação cada vez mais rápida de bens e serviços. Cargos e postos de trabalho são criados com a mesma rapidez com que são extintos e as novidades tecnológicas colocam aos trabalhadores o desafio de adaptar-se aos novos ritmos, buscando continuamente habilidades que possam aumentar suas chances de permanecer integrados ao mercado de trabalho. A redução dos postos regulares de trabalho, em proveito da crescente demanda por trabalhadores que atuem em posições temporárias ou em subcontratos, gera uma pressão considerável sobre o tempo e a dedicação oferecidos às empresas.

Em certos aspectos, o regime de flexibilização impulsiona os trabalhadores ao processo de formação contínua e à adaptação a ritmos cada vez mais rápidos de produção, que marcam a necessidade de adequar-se para se tornarem competitivos nessa lógica de trabalho permanentemente mutável. Concomitantemente à criação de cargos cada vez mais complexos, torna a mão de obra especializada moeda de troca valiosa, na medida em que o sucesso da produção passa a depender diretamente do conjunto de competências oferecidas por esse novo trabalhador. Se, por um lado, o homem-empresa ainda vende a sua força de trabalho vinculada ao uso do tempo disciplinar e produtivo, a negociação dessa venda está sujeita às variáveis impostas por esse modelo de produção, que depende altamente das capacidades intelectuais desses trabalhadores para prosperar.

O trabalhador contemporâneo, especialmente aquele que ocupa posições altamente especializadas, estabelece uma relação de desenvolvimento contínuo de suas habilidades e competências, de modo a tornar-se intelectualmente competitivo, avaliando, inclusive, como as empresas com as quais estabelece contrato podem contribuir para aprimorar os seus conhecimentos e seu currículo. A relação de exploração de três décadas atrás, que considerava o trabalhador como peça substituível em uma máquina, após o advento do Toyotismo,¹⁷ passa também a

%2520Kanban.doc&ei=TxjuUqfDOTDOKQf0k4Fw&usg=AFQjCNH3ApvdcWTKXNGcmFxiYUDoh-TLg&sig2=WsgUMompcPhhgc0xpwd1mw>).

¹⁷ O Toyotismo, ou modelo japonês de produção, idealizado por Taiichi Ohno, foi implementado nas fábricas da Toyota após a Segunda Guerra Mundial e caracteriza-se pela flexibilização do processo produtivo, pela produção voltada para as necessidades do mercado consumidor e que tem como meta eliminar quaisquer desperdícios de capital material ou humano no processo de produção. As principais ferramentas utilizadas pelo modelo japonês são: a flexibilização, o *Just in Time*, a

dependem de habilidades que não são facilmente substituíveis, diretamente ligadas à inteligência, às capacidades intelectuais desse trabalhador desenvolvidas durante anos de especialização.

O acesso ao conhecimento científico e técnico sempre teve importância na luta competitiva; mas, também aqui, podemos ver uma inovação de interesse e de ênfase, já que, num mundo de rápidas mudanças de gostos e necessidades e de sistemas de produção flexíveis (em oposição ao mundo relativamente estável do fordismo padronizado), o conhecimento da última técnica, do mais novo produto, da mais recente descoberta científica, implica a possibilidade de alcançar uma importante vantagem competitiva. O próprio saber se torna uma mercadoria-chave, a ser produzida e vendida a quem pagar mais, sob condições que são elas mesmas cada vez mais organizadas em bases competitivas (HARVEY, 2010, p. 151).

No início do século XX, a produção nas fábricas americanas sofre um impacto espetacular com o advento da esteira de produção (1913), inventada por Ford e inspirada nos princípios tayloristas da administração científica do trabalho. A esteira de produção, que acopla o operário ao tempo de produção da máquina, baseou-se nas premissas da economia e decomposição de gestos, com o intuito de produzir trabalhadores adaptáveis a ritmos cada vez mais acelerados de produção. Gestos medidos e condicionados por metas temporais a serem sempre superadas por *máquinas humanas* mais rápidas e eficazes. Ainda de acordo com Harvey,

A data inicial simbólica do fordismo deve por certo ser 1914, quando Henry Ford introduziu seu dia de oito horas e cinco dólares como recompensa para os trabalhadores da linha automática de montagem de carros que ele estabelecera no ano anterior em Dearborn, Michigan (HARVEY, 2010, p. 121).

O autor aponta que a inovação apresentada por Ford segue a tendência de aperfeiçoamento dos processos de produção e de circulação de bens e serviços, representada pela formação de grandes corporações de negócios. Ford inova ao estabelecer uma visão de mercado baseada na indistinta relação entre produção de

massa e consumo de massa, que necessitavam de uma nova política de controle da produção por meio da força de trabalho.

É curioso notar que a fábrica responsável por tamanha revolução no ritmo de produção era justamente responsável pela produção de veículos, mercadorias diretamente ligadas à outra revolução: a diminuição do tempo de deslocamento dos corpos, a diminuição de distâncias e a aproximação geográfica entre pessoas e locais de produção e entre mercadorias e consumidores. A evolução do deslocamento dos corpos apenas aprimorou-se e os meios de transporte atuais diversificam formas de diminuir quaisquer paradas desnecessárias.

A metrópole contemporânea, impulsionada pelo processo de transformação mediado pela compressão espaço-temporal, transforma relações e, conseqüentemente, os modos de subjetivação. O movimento da produção nas fábricas, a circulação de veículos, a produção e o consumo em massa impõem novos ritmos à cidade moderna, que passa a operar a partir da premissa geral do movimento constante e da aceleração da existência.

China terá metrô que não para nas estações

Para os chineses, o trem não deve ser apenas bastante rápido; o ideal é que ele siga viagem sem reduzir a velocidade nem parar, nem mesmo para pegar os passageiros. A ideia de um trem que não para ganhou forma pelas mãos do designer chinês Chen Jianjun, segundo reportagem do jornal inglês "Daily Mail".



Um vídeo de apresentação do projeto mostra como o trem que nunca para funcionaria, na visão de seu idealizador. Na animação, passageiros esperam em uma plataforma elevada na estação.

À medida que o trem se aproxima, eles embarcam em uma espécie de cabine que vai se acoplar à parte de cima do trem quando ele passar. Um outro compartimento, que já estava preso ao teto, se separa do trem e é deixado na estação com os passageiros que vão desembarcar.

Para realizar essas duas ações, que ocorrem ao mesmo tempo, o trem não precisa reduzir a velocidade nem parar.

A animação é em chinês, mas de acordo com a sua versão traduzida, informa o jornal, uma viagem de trem entre Pequim e Cantão — cidades separadas por mais de 2.000 quilômetros — pode ter mais de 30 paradas.

Segundo o designer, se cada parada durar cerca de cinco minutos para o embarque e desembarque de passageiros, o tempo de viagem seria 2h30 maior.

Atualmente, trens de alta velocidade levam cerca de 8h para fazer o percurso entre as duas cidades.

Fonte: <http://www.sobrebrasil.com.br/mundo/china-tera-metro-que-nao-para-nas-estacoes/>

As cidades modernas configuram-se, então, como pontos de entroncamento, de circulação de pessoas e riquezas, que não devem jamais estagnar, perder seu poder de movimentação. O século XIX é palco de transformações que conduzirão as grandes cidades a assumir sua irrevogável tendência à urbanização.

Lefebvre (2002) condicionará o termo *sociedade urbana* às sociedades nascidas dos processos de industrialização, com o intuito de delimitar de maneira clara a experiência que constitui “[...] uma prática, a prática urbana, aprendida ou re-aprendida” (LEFEBVRE, 2002, p. 18). O cuidado em conceituar o âmbito dessa *experiência urbana* a partir da industrialização justifica-se na medida em que a cidade moderna costuma apresentar-se aos contemporâneos como experiência privilegiada, como processo de evolução contínua, de superação das antigas estruturas.

A experiência de urbanização e transformação operada com o advento das cidades modernas constitui-se como ponto de emergência de múltiplas necessidades que produzem modos de relacionar-se com o fenômeno urbano. Ao engendrar análises sobre essa realidade, deve-se tomar o cuidado de apresentar esses processos de produção evitando exaltá-los ou desvalorizá-los, buscando entender seus mecanismos de constituição e os possíveis reflexos nos modos de vida e produção de subjetividades. A experiência urbana forja específicos modos de lidar com o uso do tempo, produzindo corpos atrelados às necessidades colocadas pela cidade, pela produção capitalista e pela evolução das técnicas.

Entende-se aqui que a análise dos modos de configuração da cidade moderna e dos usos da técnica torna-se fundamental ao entendimento dos processos de aceleração que invocamos como problema central a ser considerado no presente trabalho. Analisar como o espaço e o tempo se configuram nessa experiência urbana é primordial, na medida em que as sociedades industriais dependem necessariamente da eficácia de sistemas de movimentação e circulação que possam facilitar as trocas mercantis. Lefebvre (2002) argumenta que um dos problemas colocados à urbanização se situa na tentativa de apropriação do espaço e do movimento pelo uso do tempo-mercadoria, colocando como desafio a produção de outras apropriações e usos do espaço.

A repercussão do processo histórico que leva a compressão espaço-temporal, provocada tanto pelo desenvolvimento de tecnologias, quanto pelas transformações nos regimes produtivos, parece resultar em distintos processos clínicos. Dentre as queixas aqui relatadas, talvez a mais comum refira-se ao excesso de atividades e à ansiedade, ligados a dificuldades em organizar o tempo de forma satisfatória para atender a todas as demandas. A referência presente nos discursos dos pacientes, nesse caso, parece sistematicamente atrelada à sensação citada de contínuo débito com o tempo e a conseqüente análise desfavorável da própria capacidade de produzir. Essa queixa inicial atravessa o discurso de sujeitos das mais variadas idades ou ocupações, passando pela experiência de estudantes, profissionais liberais, servidores públicos ou donas de casa.

A princípio, poder-se-ia argumentar que o tempo vem sendo vivenciado como um fator de tensão, gerador de angústias e ansiedade, na medida em que se vê comprimido pela multiplicação de atividades produtivas. Agregado a isso, pode-se observar um claro movimento para que esse modo de vida, ansioso, acelerado e conectado, se torne regra entre as mais diversas realidades. Crianças cada vez mais jovens têm seus horários organizados em agendas carregadas, com o firme propósito de tornar seu tempo produtivo para o futuro. Mesmo trabalhadores que podem administrar o próprio tempo, ou pessoas que não exercem atividades remuneradas se veem compelidas a tornar sua rotina organizada de modo eficiente. O efeito da compressão espaço-temporal parece estender-se sem ser questionado pelos habitantes das cidades modernas.

Boltanski e Chiapello (2009) analisam a construção histórica das sociedades contemporâneas no que se refere ao engajamento ativo das pessoas no modelo capitalista de produção, em que os sujeitos não somente consentem em participar desse modelo, mas também empenham sua energia física e intelectual na manutenção de suas estruturas sociais, culturais e políticas. De acordo com os autores, é importante compreender as particularidades históricas que servem como justificativa para que os elementos sociais e políticos que constituem as crenças das sociedades ocidentais capitalistas prosperem, fazendo sentido para a maioria das pessoas, a despeito dos inúmeros aspectos negativos ou mesmo destrutivos dessa ordem econômica.

Essas justificações devem basear-se em argumentos suficientemente robustos para serem aceitos como pacíficos por um número bastante grande de pessoas, de tal modo que seja possível conter ou superar o desespero ou o nihilismo que a ordem capitalista também não para de inspirar, não só aos que são por ela oprimidos, mas também, às vezes, aos que têm a incumbência de mantê-la e transmitir seus valores por meio da educação (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 42).

As justificativas empregadas para a manutenção do sistema vão desde a defesa das liberdades individuais até a melhoria das condições de vida a partir da produção de riquezas, apoiada na ideia de que o crescimento econômico por si só seria capaz de acabar com as mazelas sociais.

Nesse sentido, é de grande importância que o capitalismo, além de voltar-se para o princípio de acumulação de riquezas, mobilize-se ativamente na produção de modos de vida e subjetivação, com o propósito de superar quaisquer barreiras sociais ou ideológicas que possam minar sua expansão. Para que se alcance o engajamento do maior número de pessoas e a naturalização de suas práticas, é necessária uma ampla oferta de recursos e perspectivas que atendam às exigências sociais, políticas e econômicas colocadas por aqueles que constituem e são constituídos pelo sistema. Para isso, são criados, em distintos momentos históricos, dispositivos governamentais, tecnológicos e jurídicos compatíveis com as exigências sociais e morais, que sustentam a permanência desse modelo produtivo.

O dinamismo e a adaptabilidade do capitalismo se fazem perceber nas *evoluções* nas formas de acumulação de riquezas e de gerenciamento da produção. Analisando as mudanças sofridas nos últimos 50 anos, os autores destacam as diferenças históricas fundamentais entre os anos 60 e 90, no que se refere às formas de engajamento constituídas entre o modelo de produção e os trabalhadores que o constituem. Boltanski e Chiapello (2009) ressaltam que, na literatura empresarial produzida nesses períodos, destaca-se principalmente a consolidação do modelo toyotista, que se opõe drasticamente à separação entre concepção ou criação, controle do processo de trabalho e execução, característica do modelo taylorista, que vigorou na primeira metade do século XX. As premissas toyotistas dão ensejo à constituição desse trabalhador multifacetado, detentor de habilidades diversas e flexibilidade para adaptar-se às rápidas transformações impostas por um

capitalismo cada vez mais dinâmico e voltado às necessidades mercadológicas.¹⁸ A fábrica torna-se empresa e o trabalhador, para tornar-se competitivo e manter-se no mercado, deverá modificar-se para atender às novas demandas e tecnologias.

Outro traço marcante dos anos 90 é que o tema da concorrência e o da mudança permanente e cada vez mais rápida de tecnologias – já presente nos anos 60 – ganham uma amplitude sem precedentes, e em praticamente todos os textos se encontram conselhos para a implantação dessa organização flexível e inventiva que saberá ‘surfear’ sobre todas as ‘ondas’, adaptando-se a todas as transformações, ter sempre um pessoal a par dos conhecimentos mais recentes e estar permanentemente à frente dos concorrentes em termos tecnológicos. (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 99-100).

As tecnologias surgem como elemento fundamental à flexibilidade, à concorrência e à permanência no mercado, por parte das empresas e dos trabalhadores que desejarem permanecer *vitórios* no quadro geral de produção de riquezas. É interessante perceber que, no que se refere à necessidade de adaptabilidade às novas tecnologias, pessoas e empresas precisam demonstrar habilidades, já que, se estiverem desatualizadas, perderão seu lugar no mercado: as empresas, suplantadas por concorrentes mais móveis e adaptáveis, e as pessoas substituídas por profissionais mais flexíveis e atualizados. O tema da mobilidade une-se ao fator flexibilidade, forjando a ideia de que estar em movimento se impõe como regra, já que o mercado eliminará todos aqueles que não conseguirem reproduzir o movimento dos capitais, acompanhar a criação de novas ferramentas e aprender a utilizar os novos desafios como trampolim para o sucesso.

O impacto dos usos das tecnologias nas formas de vida estabelecidas nos últimos 20 anos está diretamente atrelado, a partir da década de 60, à capacidade de

¹⁸ No Taylorismo, visava-se à produção da maior quantidade de mercadoria por unidade de tempo, independente da comercialização das mercadorias. A oferta de produtos em um mercado industrial emergente e ávido por novidades só era reduzida nos períodos de crise, em que as fábricas com frequência se viam obrigadas a demitir funcionários quando seus estoques não eram vendidos. A oferta não estava necessariamente atrelada à procura. No Toyotismo, ao contrário, a produção deve ocorrer na medida em que o produto é demandado pelos consumidores e, portanto, é de suma importância a oferta de produtos variados e permanentemente atualizados, que mantenham o interesse dos consumidores e a rotatividade do capital. Dessa forma, em uma indústria de carros, por exemplo, os modelos serão produzidos de acordo com as vendas. As perdas decorrentes das contratações e demissões, características do período taylorista, poderão ser diminuídas, mantendo-se trabalhadores com múltiplas habilidades e conhecedores de distintos produtos, capazes de ser movidos facilmente de um setor a outro da cadeia produtiva.

manter-se atualizado para prosperar. E manter-se atualizado, atualmente, significa necessariamente mover-se física e cognitivamente com rapidez, já que os fluxos de mercado, a criação de novas tecnologias e a circulação de informações superam em muito os de quaisquer outros períodos históricos. Considerando que a maioria dessas tecnologias é constituída de dispositivos de comunicação, essas habilidades ficam necessariamente atreladas à cognição, à capacidade de obter novos conhecimentos, mantendo os trabalhadores não só atualizados para manejar tais tecnologias, mas conectados ao aparato informacional disponibilizado por essa rede de tecnologias.

De modo mais geral, a nova gestão empresarial está povoada de seres excepcionais: competentes para numerosas tarefas, aperfeiçoando-se continuamente, adaptáveis, capazes de autogerir-se e de trabalhar com pessoas muito diferentes (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 105).

Manter-se informado, conectado, atualizado são prerrogativas exigidas dos trabalhadores contemporâneos, que deverão ansiar por novos conhecimentos e conexões – adaptáveis, flexíveis e ilimitados – sob o risco de serem excluídos do mercado produtivo, caso não o consigam. A informação, que passa a ser considerada imprescindível nesse panorama, tornou-se valiosa moeda de troca, um ativo tão importante na produção de bens e serviços quanto os fluxos de capital.

CAPÍTULO 2 – *TEMPUS BREVE EST*¹⁹

2.1 A modernidade e o imperativo da aceleração

[...] o verdadeiro escândalo da obra de Galileu não foi tanto ter descoberto, ou melhor, ter redescoberto que a Terra girava em torno do Sol, mas ter constituído um espaço infinito, e infinitamente aberto; de tal forma que o lugar da Idade Média se encontrava aí, de uma certa maneira dissolvido, o lugar de uma coisa não era mais do que um ponto em seu movimento, exatamente como o repouso de uma coisa não passava do seu movimento infinitamente ralentado. Dito de outra forma, a partir de Galileu, a partir do século XVII, a extensão toma o lugar da localização (FOUCAULT, 2006, p. 412).

De acordo com Foucault (2006, p.412), “[...] não é possível desconhecer este entrecruzamento fatal do tempo com o espaço”. Se, por um lado, o homem medieval experimenta o espaço de maneira hierarquizada e relativamente fixa, o homem moderno precisa acostumar-se à abertura para o “espaço infinito”, à dessacralização do espaço. O século XX testemunhará transformações tecnológicas até então inimagináveis. O impulso gerado pelos novos modos de vida está relacionado necessariamente com a capacidade de invenção de tecnologias que acompanhem esses ritmos de produção. Os transportes, a comunicação e as guerras do século XX são exemplos dos impactos experimentados pelas relações com essa nova temporalidade.

Benjamin (1985, p. 115) faz alusão aos soldados da Primeira Guerra Mundial, que, constituindo-se parte de “[...] uma geração que ainda fora à escola num bonde puxado por cavalos, viu-se abandonada, sem teto, numa paisagem diferente em tudo, exceto nas nuvens”.

Essa passagem representa a perplexidade de uma geração que vivenciou a rápida transformação operada pela técnica. As trincheiras da Primeira Guerra Mundial foram palco de experimentos modernos, de novas relações constituídas em uma realidade rapidamente mutável, que passará a exigir maior adaptabilidade às transformações. Os soldados, perplexos com as mudanças geradas pelas novas

¹⁹ Expressão em latim que significa “O tempo é breve”.

tecnologias, pela dura realidade imposta pela letalidade das novas máquinas, esgotados pela marcante experiência oferecida pela guerra, sentiam tudo o que era fixo desaparecer diante de seus olhos. Os soldados da Primeira Guerra voltaram silenciosos dos campos de batalha. Haviam presenciado muitos fatos, mas pareciam pobres em experiência. Em analogia, seria possível concluir que a oferta desmedida de possibilidades, que os excessos colocados pela crescente oferta de tarefas podem produzir justamente a sensação de empobrecimento da experiência?

Sennett (2001) ressalta o efeito anestesiante produzido pelo deslocamento em alta velocidade, característico dos meios de transporte modernos. “Navegar pela geografia da cidade moderna requer muito pouco esforço físico e, por isso, quase nenhuma vinculação com o que está ao redor” (SENNETT, 2001, p.18). O deslocamento, seja ele mental, seja físico, quando destituído de paradas que possibilitem o movimento de desterritorialização e reterritorialização de paisagens, parece produzir uma experiência empobrecida de sentido.

Da mesma forma que vias expressas e de alta velocidade requerem pouco esforço físico do condutor, que tem como objetivo primordial deslocar-se rapidamente e não apreciar a paisagem, o excesso de informações e de tarefas, não analisado, produz sensação correlata. “Em alta velocidade é difícil prestar atenção à paisagem” (SENNETT, 2001, p. 18). É de fundamental importância que a atenção seja capaz de saltar de um assunto a outro rapidamente, sem fixar-se por longos períodos nos mesmos temas.

O deslocamento constante e a cidade que não gera grandes impactos sobre aqueles que nela circulam tornam-se fundamentais à manutenção do novo modelo de produção. Analisar a constituição do espaço moderno a partir da temporalidade imposta pelo atual modelo de configuração econômico é fundamental, na medida em que se propõe a avaliar os efeitos desses modos de vida sobre corpos, sobre os processos de subjetivação.

É interessante notar que o sentimento de instabilidade que parece acompanhar a experiência contemporânea é perfeitamente compatível com a necessidade crescente colocada pelo mercado de circulação mais rápida de riquezas e bens de consumo. A lógica da movimentação de valores nas bolsas, por exemplo, é cada vez mais dependente da instantaneidade das comunicações via rede mundial. Em

segundos, é possível produzir somas incalculáveis de riquezas com movimentações financeiras nas bolsas mundiais. O movimento nunca deve cessar e o tempo é fator determinante: enquanto as bolsas no Ocidente descansam, as bolsas do outro lado do mundo operam freneticamente, ditando os ritmos e as possibilidades de ganho para os administradores financeiros ocidentais.

O capitalismo, como modelo econômico configurado sob o paradigma da modernidade, caracteriza-se pelo estímulo contínuo ao aperfeiçoamento de dispositivos técnicos que possam incrementar os usos e ganhos monetários. Se a circulação rápida de mercadorias descartáveis garante a manutenção do capital de giro, atrelada à venda direta desses objetos, os dispositivos técnicos tornam-se fundamentais para a circulação virtual dos ganhos, a partir dos mercados de investimento.

Soma-se a esses elementos a certeza de que o uso dessas tecnologias ainda se mantém em grande medida cerceado por interesses privados, que evocam a aceleração desenfreada, como meio de ampliar a exploração sem limites da *mais-valia intelectual*, tendo como suporte as possibilidades colocadas pelos meios técnicos. O potencial de uso dessas tecnologias, ainda em grande medida concentrado nas mãos de uma parcela pequena da população, pode ficar subordinado a interesses corporativos que dificultam imensamente a democratização a seu acesso.

A despeito disso, deve-se considerar que, como meio de comunicação, a rede mundial de computadores, devido justamente a essa natureza rizomática²⁰ e ao fato de conectar virtualmente todos os seus usuários, apresenta dificuldades efetivas aos meios de controle e cerceamento. É de fato um grande desafio colocar barreiras aos conteúdos expressos na internet e controlar todas as possibilidades colocadas por essas múltiplas conexões. Ao mesmo tempo em que a aceleração se coloca como tendência mundial, relacionada com o desenvolvimento do mercado capitalista, a inteligência conectada à rede mundial passa a fazer parte de uma enorme rede de possibilidades, ampliando sua potência de invenção.

²⁰ O conceito de rizoma trabalhado por Deleuze e Guattari (1995) auxilia na definição da natureza das conexões experimentadas na internet, na medida em que rompe com a ideia de hierarquias fixas e dicotômicas. De acordo com os autores, o rizoma opera por múltiplas linhas de força, descontínuas e descentradas, questionando por isso mesmo a linearidade dos sistemas compartimentalizados.

As dificuldades encontradas no estabelecimento de barreiras aos conteúdos parecem estender-se a outros aspectos, especialmente aos associados ao campo do trabalho e da produção. As ferramentas disponibilizadas por esses meios de comunicação são apreendidas e adequadas aos mais diversos campos produtivos. Pode-se afirmar que um novo mundo cerca o trabalho contemporâneo, interconectado à rede de informações. O advento das tecnologias de telefonia e internet móvel permite que essa ausência de barreiras alcance o campo produtivo, de modo a balizar o trabalho justamente pela eficácia dessas conexões.

O trabalhador contemporâneo se situa no campo dessas conexões, estabelece-se nelas e, a partir delas, conecta seus modos de fazer à inteligência coletiva e produtiva estabelecida nas redes de comunicação. Não por acaso se pode observar um aumento importante de queixas relativas ao excesso de atividades em intervalos de tempo cada vez menores. Se, na década de 80, se argumentava que os computadores permitiriam que as pessoas tivessem mais tempo livre, por serem ferramentas que solucionam problemas com maior rapidez, na prática, o tempo excedente foi preenchido igualmente com mais atividades, em proveito da lucratividade. O trabalho que era executado por três funcionários é deslocado para um e o tempo torna-se cada vez mais escasso.

Sujeitos inundados de atividades, sem tempo para o ócio, lazer ou atividades pessoais, esgotados e pressionados pelo tempo apontam a necessidade de repensarmos os usos possíveis atribuídos a essas tecnologias, já que as ferramentas em si não podem ser responsabilizadas pela aceleração ou pela multiplicação de sintomas e doenças relacionados com a vida moderna.

A revolução *cibercultural* coloca-se em um interessante momento de pluralização das conexões culturais e de busca pela democratização da informação e, sem dúvida, apresenta grande potencial de contribuição para condições mais igualitárias de vida e dos usos do cotidiano. A aceleração está, portanto, diretamente relacionada com o uso que se faz dessas tecnologias e da relação estabelecida entre elas e a lucratividade capitalista. O movimento que se deseja problematizar aqui não é o movimento da informação, ou a pluralidade colocada por tais ferramentas, mas o uso eminentemente corporativo que se faz dessas possibilidades, a tentativa de captura e direcionamento desses processos para um

único fim, a criação de uma espécie de *mais-valia temporal e tecnológica*. O desafio é subverter esses usos, buscando a criação de novas significações, de territórios que permitam que as tecnologias sejam parte da produção de outras temporalidades, menos massacrantes e mais criativas.

Levy (1999) aponta que, por meio da internet, a comunicação ganha novos contornos, especialmente no que concerne à totalização das informações. O autor afirma que outras mídias de massa, como imprensa, rádio, televisão ou cinema, têm uma tendência a dar continuidade àquilo que denomina como “universal totalizante”, entendido aqui como a tendência mantida pelas culturas que utilizam a escrita como meio de propagação de informações previamente definidas. O universal constituído pela *cibercultura* tem como característica sua natureza rizomática e plural, que abre brechas para a produção de uma nova forma de comunicação: *universal sem totalidade*.

No caso das culturas industriais modernas, alicerçadas sobre a prática mercantil, a troca rápida de informações e costumes produz questionamentos acerca da manutenção de culturas locais, que invariavelmente acabam por se misturar a aspectos globais, e talvez esse fato se constitua como problema, na medida em que as diferenças só são consideradas se puderem somar-se ao projeto de aceleração/produção projeto global.

São muitas as discussões acerca dos possíveis efeitos gerados pela conexão com dispositivos tecnológicos e com as informações disponibilizadas pela internet que se apresentam eventualmente na forma de análises entusiastas sobre as possibilidades colocadas pela democratização desses meios, ou sob anúncios de catástrofes iminentes, que levariam as novas gerações a colherem efeitos nefastos desse “excesso de conexão”. Além de considerar os aspectos positivos ou negativos dos possíveis efeitos gerados pelas mudanças observadas nas últimas duas décadas, talvez seja possível abrir espaços de problematização dessas relações.

Nota-se que efeitos da crescente compressão espaço-temporal podem ser observados nessa geração que se coloca ora como ferramenta de aceleração, ora como objeto desse mesmo processo. Virilio (1996a, p. 67) afirma que no contemporâneo se vivencia uma verdadeira *ditadura do movimento* que mede o

sucesso ou fracasso de uma civilização a partir da sua possibilidade de produzir formas cada vez mais rápidas e eficientes de deslocamento.

O autor defende a existência de uma tendência *dromocrática*²¹ imposta pelo modelo social e econômico capitalista que, de um modo ou de outro, acaba por englobar não só as nações industrializadas, mas também os povos que possuem menor acesso aos recursos tecnológicos e econômicos. Essa tendência ao movimento, observada no esforço bélico empreendido nas duas grandes guerras do século 20 e no grande desenvolvimento dos meios de comunicação e transporte, encerra as bases para a formação de uma civilização que naturaliza o movimento, considerando-o medida de desenvolvimento humano e social.

Historicamente, a busca por formas cada vez mais rápidas e eficientes de comunicação e deslocamento opera a mutação das relações entre os povos, que caracteriza verdadeira divisão entre aqueles que são considerados mais competentes pela sua capacidade de criação e aquisição de tais tecnologias, em oposição aos povos que permanecem prejudicados por não reproduzirem os recursos necessários à manutenção e aumento incessante da *aptidão civilizatória* ao movimento. “Esse tipo de exploração permanente da aptidão para o movimento da massa inorgânica enquanto solução social não é exclusiva dos países industrializados” (VIRILIO, 1996a, p.39).

Virilio (1996a) analisa a constituição das sociedades modernas tomando como referência a tendência ao deslocamento, ao movimento incessante. Para o autor, o Ocidente opera transformações consideráveis em seus modos de vida adotando a velocidade crescente como parâmetro modulador de sua superioridade técnica e econômica. Ele traça um paralelo entre o que denomina *povos esperançosos* e *povos desesperançosos*, diferenciados a partir da facilidade ou dificuldade de deslocamento, determinadas pela capacidade técnica operada por tais sociedades: “[...] a velocidade é a esperança do ocidente” (VIRILIO, 1996a p. 57). Os *povos desesperançosos* seriam aqueles limitados por sua incapacidade de acompanhar os avanços tecnológicos produzidos pelos países desenvolvidos, povos esperançosos.

²¹ O autor utiliza, no decorrer da obra *Velocidade e política*, diversos termos, como dromocracia ou dromologia, que são variações da palavra grega *dromos*, que se refere ao ato de correr ou marchar.

A velocidade dos *competentes* em oposição à lentidão dos *incompetentes* é ressaltada como medida de cisão entre o que denomina como a *aristocracia da velocidade* e o resto da humanidade que não possui os recursos necessários à navegação na lógica do *primado da velocidade*, entendida como evolução técnica, política e cultural, que impulsiona o capitalismo contemporâneo.

De modo geral, pode-se observar que a tendência à conexão e à velocidade apresenta-se como premissa desejável a qualquer nação que deseje tornar-se economicamente competitiva. São muitos os discursos políticos e acadêmicos que sustentam a noção de que o progresso tecnológico, bem como a formação de pessoas com capacidade de adequar-se às *evoluções tecnológicas* são fundamentais ao desenvolvimento e ao sucesso de qualquer projeto econômico. Dessa forma, o aparato discursivo competente, ancorado em estatísticas, produção acadêmica e índices sociais, reafirmará a busca por um novo tipo de trabalhador-cidadão, flexível, adaptável e ansioso por romper paradigmas.

É inegável a valorização crescente do discurso da *falta de tempo* como medida de eficiência pessoal e profissional. Sujeitos incapazes de administrar um tempo que não siga à risca os parâmetros de produção capitalista se sentem inúteis e ultrapassados quando perdem, por qualquer motivo, o efeito gerado pela conexão constante, que presumidamente os tornaria mais competitivos. Os jovens argumentam que precisam aproveitar o tempo, já que são tantas as opções, mesmo que, muitas vezes, não saibam muito bem em que direção seus esforços estão sendo investidos.

Os trabalhadores, produtivos e engajados, orgulham-se de sua falta de tempo, sacrificando no altar sagrado do trabalho todos os obstáculos para seu crescimento profissional. Se o sujeito é aposentado, o peso da improdutividade assenta-se sobre seus ombros e não são poucos os casos de pessoas que voltam a inserir-se no mercado de trabalho seja por pressão social, seja por sentirem que fora da produção a vida não tem sentido. A produtividade de mercado, que atravessa a experiência de tantos sujeitos, acaba por configurar majoritariamente essa relação com o sistema produtivo e com a velocidade acoplada a essa lógica.

De acordo com Boltanski e Chiapello (2009), ocorre, já na década de 60, uma ruptura significativa com o antigo modelo de administração empresarial, baseada em

uma lógica que sustentaria, na concepção dos autores *progressistas*, um sistema de recompensas e privilégios arcaicos e domésticos. A literatura da década de 60 ressalta a importância da implementação de sistemas mais democráticos que avaliem os executivos a partir do mérito pessoal e não de *privilégios* conquistados e mantidos independentemente de seus talentos e habilidades.

O projeto de mudanças defendido nesse período “[...] orienta-se para a maior liberdade dos executivos e para a flexibilização da burocracia oriunda da centralização e da integração crescente de empresas cada vez maiores” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 94), o que constitui um passo importante para a nova conformação do mercado capitalista mundial, já que a flexibilização garante que as empresas e seus funcionários se adaptem a um modelo que passará a operar primordialmente pela lógica do consumo e de fluxos cada vez mais rápidos de pessoas, produtos e dinheiro.

As mudanças gestadas nos anos 60 se consolidarão nas décadas seguintes, imprimindo novo ritmo à produção e inaugurando novos sentidos à concorrência do mercado. A hierarquia rígida, a burocracia e tudo o que possa tornar lenta a produção são considerados ultrapassados e um novo perfil de trabalhador emerge dessas novas configurações.

Na década de 90, o *mapa* do capitalismo mundial sofre alterações significativas, com a emergência de novas potências industriais na Ásia e no *Terceiro Mundo*, gerando grande impacto na política de concorrência e nos modelos administrativos americanos e europeus, que serão impelidos a se adaptarem para fazer frente a esse novo panorama. Os novos dispositivos tecnológicos e gerenciais baseados na reengenharia, na produção enxuta e na organização em rede, acoplam-se aos avanços em comunicação que permitem a transmissão de informações e a circulação de ativos com velocidade exponencialmente crescente.

A movimentação do capital financeiro depende imensamente da instantaneidade proporcionada pelas redes de comunicação mundial, estabelecidas a partir da década de 90. A comunicação instantânea e o acoplamento humano a tais tecnologias forjam interfaces cognitivas operadas pela conexão corpo-máquina.

O aumento exponencial da velocidade de trocas e circulação, que garante ganhos mais rápidos, e a interconexão entre mercados de todo mundo têm o potencial de gerar lucros e prejuízos incalculáveis. As crises econômicas mais recentes (2008 e 2011), que se pulverizaram pelos mercados financeiros de todo o mundo em semanas, são mais uma prova dos efeitos da instantaneidade. O mercado globalizado,²² interdependente e interconectado, tão necessário aos ganhos capitalistas, também sofre os efeitos da imprevisibilidade dessas conexões.

O tempo de produção, associado com o tempo de circulação da troca, forma o conceito de 'tempo de giro do capital'. Este também é uma magnitude de importância extrema. Quanto mais rápida a recuperação do capital posto em circulação, tanto maior o lucro obtido (HARVEY, 2010, p. 209).

A compressão da experiência espaço-temporal, que gera a escassez de tempo, acompanha a multiplicação das demandas de ação e atuação. Crescem os meios de economizar tempo, mas multiplicam-se as ofertas de possibilidades de experiência, que geram a impressão constante de tempo reduzido, da necessidade de administrar melhor o fator tempo, de modo a vivenciar essa multiplicidade de possibilidades. Sujeitos ansiosos buscam aproveitar todas as oportunidades impulsionadas pela abundância de atividades e objetos de consumo e, quando falham, experimentam a sensação de falha, de perda de tempo precioso. *Softwares* criados para *tablets* ou celulares prometem auxiliar o usuário a operar o seu tempo livre de maneira mais eficiente. Esses programas funcionam como um complemento à agenda de atividades e têm como função organizar o tempo livre de modo que ele seja mais bem aproveitado, inclusive com atividades de lazer.

O tempo livre também deve ser produtivo. Deve-se encarar o lazer ou o ócio com a mesma responsabilidade administrativa empregada para organizar as tarefas profissionais. As demandas estipuladas pelas metas produtivas pressionam os

²² A globalização econômica, fenômeno que impulsionou o crescimento do capitalismo mundial a partir da segunda metade do século XX, caracteriza-se como processo político, econômico e social que objetiva impulsionar o mercado, por meio da quebra de barreiras físicas e econômicas. Com o fim da Guerra Fria, boa parte do mercado mundial transforma-se, por meio de medidas governamentais, visando à quebra de barreiras comerciais e da modernização dos transportes e das comunicações. A globalização é fundamental ao sucesso do modelo de economia neoliberal.

corpos e a cognição a se articularem ao rápido movimento de produção, à eficiência medida não só pela qualidade da tarefa, mas principalmente pela quantidade.

É de suma importância avaliar a relação entre a constituição das sociedades industriais modernas, estabelecendo um paralelo entre as promessas estipuladas pelos avanços tecnológicos, e a real capacidade de operar mudanças que combinem desenvolvimento e melhoria das condições de vida da população. Consideramos a crítica levantada por Virilio importante na medida em que, ao falarmos de culturas operadas pela velocidade e desenvolvimento tecnológico, não podemos deixar de considerar as imensas diferenças sociais econômicas e culturais que modulam distintos modos de vivenciar tais experiências. Em um país de dimensões continentais como o Brasil, realidades socioculturais variadas coexistem e obviamente definem experiências muito diversas no que se refere à aceleração da experiência.

A experiência da velocidade, aparentemente colocada como uma tendência contemporânea, é multifacetada, acoplando-se a aspectos culturais singulares que podem gerar efeitos. Apesar de serem lançadas, no presente trabalho, questões acerca da relação entre tempo e experiência no contemporâneo, deve-se considerar que realizar uma avaliação da qualidade dessa experiência e dos processos inventivos, a partir da crescente homogeneização da experiência com o tempo, constitui-se como tarefa complexa.

Como ideia central que deverá nortear o presente trabalho, defende-se aqui a necessidade de repensar a relação entre o uso do tempo como experiência, que impõe certo ritmo de vida e de subjetivação, e a produção de análise e elaboração de tais experiências. O excesso que constitui a experiência contemporânea, vinculado ao processo crescente de compressão espaço-temporal, impõe ritmos que geram, nos sujeitos que inspiram a presente análise, a sensação de que suas experiências não tomam consistência.

O tempo que passa de forma vertiginosa, paradoxalmente, parece não passar, gerando a sensação de paralisia vivenciada com tanta frequência por aqueles que apresentam sintomas clínicos de depressão ou ansiedade, por exemplo. O imperativo de aceleração, que produz outras formas de cognição e corpos que

precisam adaptar-se a essa temporalidade, poderia ser constituído por experiências que permitam a duração, a produção de sentidos, de significados?

López-Ruiz (2007) afirma que a corporação se torna, na atualidade, não apenas uma modalidade de instituição econômica, mas um modo de vida que significa o corpo social. “Nesse sentido é possível afirmar que, tal como a Igreja ou o Estado-Nação em outros tempos, a corporação hoje está se tornando uma instituição paradigmática do mundo social” (LÓPEZ-RUIZ, 2007, p. 38).

O que o autor denomina de *paradigma da corporação* poderia ser considerado como um produtor/efeito direto da lógica da aceleração, necessário aos fluxos econômicos responsáveis pela manutenção do sistema de lucratividade e circulação rápida, imposta pelo capitalismo contemporâneo. Ao fazer referência a tais fluxos econômicos, é importante ressaltar que os fluxos humanos são tão importantes quanto os aportes financeiros ou os bens de consumo e insumos, na manutenção da vasta rede de produção material e imaterial de riquezas.

Do ponto de vista da corporação, a reprodução dessa força de trabalho competente é de fundamental importância para a garantia dos retornos financeiros que impulsionarão o ciclo econômico e a reprodução da lógica corporativa. A lógica corporativa, que se estende por todo o corpo social, encontra a sua máxima eficácia no momento em que os próprios fluxos humanos aderem integralmente a essa lógica, dando significados particulares à sua experiência a partir do investimento constante nesse modo de vida.

2.2 O homem efeito do tempo

O advento do motor, colocando à disposição de um grande número de pessoas uma maior duração de vida, criou uma nova percepção de tempo, a de um tempo em excesso, ligado a uma quantidade mínima de movimentos do corpo pesado e à natureza diferente de suas performances motrizes, uma certa ociosidade que ao relativizar nossas ações relativiza também nossos pensamentos (VIRILIO, 1996b, p. 76-77).

O entendimento do tempo e do espaço como meros fatores físico- cronológicos e, portanto, mensuráveis por instrumentos, desconsidera os múltiplos aspectos históricos referentes à sua possível relação com a ação humana sobre a realidade. Se, por um lado, parece óbvio afirmar que espaço e tempo são elementos cruciais na constituição da experiência humana, prevalece ainda a ideia de que esses princípios são neutros, objetivos e independentes das relações sociais.

Apesar de distintas teorias científicas e filosóficas terem se ocupado do tema no decorrer da história, não são muito frequentes, fora dos círculos acadêmicos, questionamentos acerca de seus possíveis sentidos sociais.

Harvey (2010) ressalta a importância de investigar os sentidos conferidos ao tempo e ao espaço em diferentes sociedades, resistindo à tendência de enquadramento dessas diferenças como meras variações ou interpretações conferidas a um sentido considerado padrão, pretensamente objetivo, físico e neutro. Impõe-se como desafio compreender como distintas sociedades ou grupos atribuem sentidos materiais tão diversos a essas categorias, situados a partir de suas próprias experiências.

Considero importante contestar a ideia de um sentido único e objetivo de tempo e de espaço com base no qual possamos medir a diversidade de concepções e percepções humanas. Não defendo uma dissolução total da distinção objetivo-subjetivo, mas insisto em que reconheçamos a multiplicidade das qualidades objetivas que o espaço e o tempo podem exprimir e o papel das práticas humanas em sua construção (HARVEY, 2010, p. 189).

Para isso, é de suma importância contestar a subordinação dos múltiplos sentidos a uma única categoria científica, já que, mesmo as ciências exatas, são objetivadas a

partir de práticas e necessidades humanas. Uma vez definidos como frutos de práticas sociais, o tempo e o espaço serão tratados como experiências que marcam uma dada sociedade, não podendo ser, em virtude disso, compreendidos fora das relações de saber e poder. A modernidade, como qualquer outra época, estabelece suas próprias referências temporais e espaciais, configuradas majoritariamente a partir dos parâmetros econômicos forjados pelo modelo de produção capitalista.

É possível afirmar que, nas sociedades industriais, o tempo é estruturado de forma fundamentalmente distinta das sociedades pré-industriais, configurando-se na modernidade como fator necessariamente atrelado à produção de riquezas. Da mesma forma, pode-se inferir que o capitalismo se beneficia da noção abstrata e universal de tempo, tão defendida pelas ciências exatas, justamente para que este possa servir de medida para a troca, para a lucratividade. Tudo passa a ser calculado a partir dessa medida universal – o tempo que se leva para produzir e vender, o tempo necessário para que o capital retorne com o devido lucro ao capitalista, o tempo de duração e utilização das mercadorias, o tempo que irá modular o corpo produtivo. Essas medidas, quando objetivadas por critérios econômico-produtivos, passam a fundamentar as bases das relações espaço-temporais modernas, ligando intrinsecamente o tempo ao valor atribuído aos bens e serviços.

De acordo com Sennett (2001), a comparação entre as sociedades modernas e medievais evidencia a considerável ruptura produzida pela lógica do tempo econômico nos modos de experimentar o cotidiano. O sentido cristão conferido ao tempo, vivenciado pelas sociedades medievais, diferenciava-se do tempo econômico colocado pela circulação do capital, mesmo nos primórdios do desenvolvimento econômico. Sociedades organizadas por estamentos, alheias à noção de livre concorrência ou a lógica mercantil, vivenciam uma temporalidade marcada pelas estações do ano, pelas festas sazonais e pela produção artesanal. É o tempo da transmissão de conhecimentos pela oralidade, da espera paciente pelos frutos do plantio que trariam a fartura da colheita e do controle autônomo dos ritmos do trabalho.

O tempo cristão desconheceu aquilo que a corporação definia como autonomia individual. Os atos humanos deviam subordinar-se a imitação de Cristo de forma estrita, pois na vida de Jesus nada acontecerá por acaso. O relógio não significava nada (SENNETT, 2001, p. 175).

Já no início de sua constituição, o capitalismo abala os fundamentos do tempo narrativo que caracteriza uma sociedade organizada em torno da fé cristã, passando a moldar sua estrutura espaço-temporal sobre bases majoritariamente novas. As trocas comerciais e as corporações necessariamente flexibilizam o tempo e o espaço, tornando-os discutíveis e relativos às necessidades impostas pelas relações mercantis. “O homo economicus vivia no espaço e não para o lugar” (SENNETT, 2001, p. 175) e suas referências dependiam enormemente do tempo necessário aos negócios, bem como do cálculo relativo à duração da jornada de trabalho e à produção de bens.

O espaço, por sua vez, assume importância como vetor econômico e de controle social desde os primórdios do mercantilismo. Se, durante as grandes navegações, mapas eficientes forneciam a localização exata das riquezas, poupando tempo e gastos no processo de exploração, hoje cabe ao capitalista identificar maneiras de conquistar vantagens espaciais, que aumentem o lucro. A redução das barreiras físicas à circulação do capital, a especulação imobiliária e o incentivo à mobilidade de pessoas, bens e conhecimento são apenas alguns exemplos de como o espaço e o tempo fundamentam as bases da lucratividade do capitalismo moderno. Por isso mesmo, é de fundamental importância a manutenção e multiplicação de formas de controle dessas instâncias.

Seguindo os parâmetros constituídos pelas primeiras sociedades industriais, o século XX irá testemunhar o nascimento de novas instituições, que consolidarão uma vida pautada em valores econômicos e na certeza do progresso cultural pela via da industrialização e do avanço do sistema financeiro. O trabalho atrelado à máquina, que controla os ritmos de produção, confere novos sentidos ao tempo, na mesma proporção em que os avanços nos transportes e nas comunicações ressignificam o espaço. O século do surgimento das grandes indústrias e da consolidação das ciências exatas e biológicas, como parâmetros de controle das populações, finalmente naturalizará a aceleração dos ritmos de vida.

Para Lopez-Ruiz (2007), as corporações econômicas tornaram-se, na atualidade, tão importantes quanto o Estado-Nação ou a Igreja de outrora, criando sistemas de relação específicos, novas sensibilidades engendradas em parâmetros econômicos e industriais. As transformações no regime produtivo capitalista, do Fordismo à reestruturação produtiva, passando pelos sistemas corporativos atuais, lançam promessas sedutoras de desenvolvimento, mas exigem dos corpos forjados nesse sistema as transformações necessárias aos novos regimes de produção que só recompensarão suficientemente os adaptáveis, os flexíveis – aqueles que comprovarem que possuem mérito para acoplar-se à máquina produtiva e obter ganhos a partir dela.

Para Berman (1986), a modernidade é uma maneira de vivenciar o espaço e o tempo, um modo de experimentar a si e aos outros, compartilhado pelos homens e mulheres contemporâneos.

Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas ao redor – mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos (BERMAN, 1986, p. 15).

Apesar de a experiência da modernidade atravessar, de maneira geral, os últimos cinco séculos da história da humanidade, é no século XX que assumirá um infundável estado de vir-a-ser, perpetuador da noção de que a mudança é inerente ao nosso contexto histórico-social. Os avanços científicos e tecnológicos do século XIX alteram a paisagem das cidades, bem como a disposição dos cidadãos para a rapidez das mudanças – cidades que crescem vertiginosamente, meios de transporte que permitem deslocamentos mais rápidos e o incremento dos meios de comunicação irão aproximar pessoas e encurtar distâncias. Se os parâmetros sociais radicalmente mutáveis geram sensação de instabilidade e quebra de tradições, a multiplicação de possibilidades atrai o entusiasmo das multidões ávidas por novidades.

Desejo sugerir que temos vivido nas duas últimas décadas uma intensa fase de compressão do espaço-tempo que tem tido um impacto desorientado e

disruptivo sobre as práticas político-econômicas, sobre o equilíbrio do poder de classe, bem como sobre a vida social e cultural (HARVEY, 2010, p. 257).

A produção e o mercado consumidor sofrem transformações consideráveis a partir desses processos, já que o ritmo de consumo deverá seguir o incremento do fluxo de produção. O setor de serviços, que aumentou consideravelmente nas últimas três décadas, exemplifica bem a necessidade de se ampliar o fornecimento de produtos cada vez mais efêmeros ao consumidor, de modo a aumentar a velocidade de retorno do capital. O *tempo útil* de utilização de serviços é infinitamente menor do que o de objetos materiais, o que os torna extremamente atraentes aos investidores. A volatilidade e a efemeridade tornam-se bens valiosos a esse mercado cada vez mais dependente da circulação rápida de divisas.

Os usos do tempo e do espaço modificam-se drasticamente a partir da industrialização, gerando novas relações entre homens e máquinas. Se, na primeira metade do século XX, o Fordismo acoplou o corpo do homem ao tempo da máquina, a partir da década de 60, o Pós-Fordismo ou Toyotismo investirá massivamente no uso da inteligência do trabalhador como meio de tornar a produção e o consumo em massa mais flexíveis, mais rápidos e mais eficientes. Partindo da premissa óbvia de que várias cabeças pensam melhor do que uma, o Toyotismo incentivará os trabalhadores a proporem soluções e inovações à cadeia produtiva, tornando-se cada vez menos dependentes da estrutura disciplinar rígida, que muitas vezes tornava custosa a solução de problemas. As soluções deverão ser propostas por todos, diminuindo o tempo de parada na produção.

Gradativamente, o capitalismo descarta quaisquer processos, inclusive os vinculados à disciplina no trabalho que possam estagnar a circulação de capital. As relações entre compressão espaço-temporal e trabalho passam por transformações consideráveis durante o século XX, uma vez que se considere a *evolução* dos regimes de produção. O trabalhador que, no início do século, denunciava a violência imposta ao seu corpo pelo regime de produção fordista – que buscava meios para acelerar os movimentos dos operários irremediavelmente acoplados à esteira de produção – tornou-se trabalhador-empresa, fruto da consolidação da administração toyotista. No regime de trabalho posterior à década de 60, o trabalhador-colaborador submete o próprio corpo ao regime de aceleração, entendendo essas mudanças

como investimento em si mesmo, como um meio de tornar-se melhor no mundo da livre concorrência. A aceleração dos movimentos e o aumento do volume de trabalho passam a ser vistos como medida da competência individual, como fruto da capacidade de adaptação dos mais aptos ao mercado.

Estamos diante de uma espécie de *darwinismo temporal*, em que os mais competentes serão aqueles capazes de fornecer respostas eficientes aos problemas em intervalos de tempo cada vez menores. A meta – que é geralmente traçada a partir do cálculo do volume de trabalho realizado em relação inversamente proporcional ao tempo dedicado à tarefa – uma vez alcançada, deverá ser superada rapidamente, sendo utilizada como critério de referência para mensurar a competência do trabalhador.

Os efeitos clínicos desse processo são facilmente perceptíveis, já que não são poucos os sujeitos que relatam a enorme pressão a que são submetidos nas mais diversas áreas de atuação. E a exigência pela realização de mais atividades em menor tempo não parece limitar-se a carreiras tradicionalmente relacionadas com metas, como fabricação ou venda de objetos. Setores ligados à criação, à produção intelectual, ao ensino/aprendizagem e, surpreendentemente, até mesmo à arte e à literatura padecem sob o peso dos insidiosos prazos e a certeza de que qualquer perda de tempo pode gerar prejuízos inestimáveis à carreira dos retardatários.

Uma vez que o trabalhador naturaliza a premissa de que sua competência está vinculada à capacidade ou incapacidade de adequar-se aos ritmos mais intensos, a maquinaria produtiva dificilmente é questionada, como certamente seria se tomássemos como referência a época de nossos avós, submetidos aos ritmos desgastantes impostos por organizações de trabalho de origem fordista.

O controle colocado por essa normatividade produtiva é competentemente sutil, na medida em que o trabalhador facilmente se culpabiliza por não atender aos ritmos impostos pela produção. Durante o Fordismo, numerosas eram as lutas travadas entre patrões e empregados que tiveram como tema central justamente o aumento dos ritmos de trabalho vinculados à máquina. Hoje, a naturalização do processo de aceleração da vida acaba gerando, como um de seus efeitos, a dificuldade em nomear essa pressão pela eficiência medida primordialmente pela capacidade de atender às metas temporais.

Para Harvey (2010), é de fundamental importância que o trabalhador contemporâneo opere na volatilidade e no bombardeio excessivo de estímulos, abrindo mão de planejamentos em longo prazo e adaptando-se rapidamente às mudanças.

[...] hoje é tão importante aprender a trabalhar com a volatilidade quanto acelerar o tempo de giro. Isso significa ou uma alta adaptação e capacidade de se movimentar com rapidez em resposta a mudanças de mercado, ou o planejamento da volatilidade (HARVEY, 2010, p. 259).

Produzir, nesse contexto, é tarefa intrinsecamente vinculada à flexibilidade e ao desapego de estilos a coisas, pessoas e estabilidade. A dificuldade em gerir o próprio tempo continua tão ou mais severa que no Fordismo, a despeito de todo o discurso competentemente elaborado por especialistas acerca da liberdade que os trabalhadores contemporâneos supostamente vivenciam. Essas vozes ecoam o questionável argumento que defende que, no contemporâneo, o estresse em função do tempo diminuiu, já que boa parte dos trabalhadores não estaria mais submetida aos antigos regimes disciplinares, que faziam do relógio o mestre da fábrica. Seguindo essa linha de argumentação, veríamos que o trabalho contemporâneo, que não regula o trabalho pelo tempo disciplinar, geraria grande liberdade de realização da tarefa, já que o trabalhador pretensamente poderia gerir o uso do tempo e, portanto, realizar a tarefa no momento mais apropriado à sua rotina fora da empresa.

Apesar de aparentemente mais livres, os trabalhadores contemporâneos, submissos a esse tempo de trabalho indefinido, acabam sendo impelidos a relacionarem-se com tarefas que nunca cessam e que não poderão ser esquecidas, uma vez que o funcionário cruze os portões das empresas, no final do expediente. Considerando que as metas e o empenho individual para alcançá-las são prerrogativas de controle igualmente coercitivos, nesse contexto, o trabalhador entenderá que sua dedicação à tarefa e o tempo extra dedicado às atividades serão prontamente recompensados com oportunidades mais atraentes ou por cargos mais valiosos. E o paraíso empresarial só será povoado por aqueles capazes de entender que não existem limites ao corpo e à produção.

A liberdade do trabalho gerenciado por metas é a liberdade de concorrência do mercado, do mérito daqueles que empenham esforço extraordinário para exceder às expectativas das empresas. A lógica meritocrática se faz mais presente do que nunca: aquele que merecer, esforçando-se mais do que seu colega e que valoriza a oportunidade de crescimento oferecida pelos seus superiores colherá recompensas, triunfando no mercado de trabalho.

De acordo com Lopez-Ruiz (2007, p.30):

O que o sistema econômico precisa é de uma ética empresarial do trabalho. Isto é, precisa de um conjunto de valores e normas que seja compartilhado dentro de uma sociedade, a partir do qual quem trabalha seja levado a pensar e a sentir a sua atividade como uma empresa particular e como o motivo principal de sua vida.

O trabalhador, convertido em capitalista de si mesmo, participa ativamente do processo de aceleração do ritmo de trabalho e, na qualidade de gestor da própria carreira, deve possuir o mesmo comprometimento que o capitalista, já que sua carreira é o seu *próprio negócio*. Essa atitude geral em relação à tarefa pode fornecer pistas valiosas à investigação da naturalização dos processos de aceleração dos ritmos de vida. Se o trabalho depende da compressão do número de tarefas por unidade de tempo, pode-se facilmente imaginar que toda a vida do trabalhador passará a operar na mesma frequência, uma vez que as fronteiras entre produção e vida se tornam cada vez mais tênues.

A ascensão desse modelo de produção, acompanhada da crescente automação de setores importantes da indústria e da gestão de um novo modelo comunicacional, representa um salto qualitativo no uso do tempo e garante um retorno mais rápido da lucratividade. A ausência de barreiras cria a sensação do trabalho sem fronteiras, já que a produtividade se encontra alicerçada na própria inteligência, na produção e na utilização dessas habilidades que, acopladas à máquina, se tornam ferramentas produtivas.

Com muita frequência, pode-se perceber a dificuldade encontrada pelos sujeitos em diminuir o ritmo, mesmo que as tarefas laborais estejam concluídas. O pensamento acelerado, o corpo que parece não diminuir a cadência e a dificuldade em relaxar

são companheiras frequentes nas horas vagas ou de lazer. Parar para ouvir a longa história contada por um idoso, ler um livro que apresente muitos detalhes ou acompanhar o ritmo de desenho de uma criança são ações frequentemente experimentadas como atividades que geram impaciência e inquietação. Em oposição, exercícios físicos intensos, videogames, música frenética e até mesmo paraquedismo são apontados como atividades que reduzem o *stress*.

O corpo parece sentir dificuldade para adaptar-se a velocidades mais lentas, para permanecer em estado de quietude e isolamento. Deve-se produzir sempre, mesmo em períodos de descanso, uma vez que o trabalhador contemporâneo precisa estar sempre atento às oportunidades de investimento na própria carreira. Os exercícios conservam o corpo saudável e apto aos ritmos extenuantes e é sempre possível aprender alguma habilidade que possa ser útil à carreira.

Os homens e mulheres aqui analisados frequentemente responsabilizam-se por não darem conta de produzir na intensidade solicitada. Desejam arduamente alcançar o desempenho de colegas bem-sucedidos e, conseqüentemente, condenam aqueles que não contribuem para o aumento do volume de produção. Uma vez que a velocidade é naturalizada e considerada como elemento de desempenho pessoal, as lutas pela diminuição dos ritmos de produção perdem o sentido e impera a meritocracia da aceleração. Ser bem-sucedido nesse contexto é ser capaz de vender-se para o mercado, oferecendo soluções valiosas às empresas ávidas por adquirir e manter capital intelectual competente e inovador. Produtos, ideias e pessoas deverão sobrepor-se com máxima agilidade e não há espaço para desperdício de tempo que possa gerar eventuais perdas financeiras.

A qualidade dos produtos materiais ou intelectuais gerados por essas relações, por sua vez, é majoritariamente analisada, utilizando-se de critérios quantitativos. Em um regime de produção em que a circulação do novo torna natural o fácil e rápido descarte de objetos e ideias, não seria absurdo pensar que a quantidade, que garante a circulação financeira por meio da renovação de produtos, será mais importante do que a qualidade do que é produzido, sejam produtos materiais, sejam imateriais. Os produtos materiais não devem mesmo durar muito, já que serão superados rapidamente por protótipos mais eficazes.

Seguindo a mesma linha de raciocínio, pode-se argumentar que os produtos imateriais, ou seja, as inovações produzidas pelas mentes dos profissionais de criação, devem ser superados rapidamente por novas ideias. O problema se coloca quando superar absolutamente tudo vira regra. Descartam-se sensações, relações, bens de consumo, atividades, pessoas – tudo parece perder-se diante da supremacia da efemeridade e da desconfortável sensação imposta pela dificuldade de consolidar processos.

Para acompanhar a agilidade do mercado, são criadas novidades tecnológicas que permitem aos corpos e às mentes dos trabalhadores seguirem esse fluxo. A rapidez vinculada à reprodução do modelo de mercado aparece, nesse caso, travestida da criação de um sempre novo, na modalidade de objetos técnicos que sejam capazes de acelerar os processos de produção e comunicação, com o intuito de tornar ainda mais eficazes e velozes as relações. Por outro lado, as exigências produtivas demarcam a constante exigência não só de conexão com tais dispositivos, mas também de eficiência medida pela propensão dos indivíduos a lançar-se na multiplicidade de tarefas que devem ser realizadas no menor tempo possível.

Os trabalhadores inseridos nessa lógica de mercado não são os únicos afetados por tais ritmos. As crianças e jovens, atualmente acusados de hiperativos e desatentos, parecem atender perfeitamente a tais premissas, adaptando-se rapidamente a novas tecnologias, nunca se mantendo tempo suficiente concentrados em qualquer tópico. Sua inteligência reproduz bem as necessidades econômicas, já que essa geração, considerada capaz de atender a inúmeras demandas em pouco tempo, de produzir muito com pouco, parece sofrer de grave dificuldade em aprofundar tópicos, o que requereria algum tempo de análise sobre os problemas apresentados. A inteligência, nesse caso, é medida pela quantidade e não pela qualidade das respostas fornecidas, e a possibilidade de criação de problemas é substituída pela rapidez em oferecer reações rápidas e pré-formuladas a problemas já definidos.

Os jovens e as crianças ainda em processo de formação constituem uma reserva valiosa de recursos futuros que deverão perpetuar essa rapidez. Não é de estranhar que os videogames tornam-se cada vez mais rápidos, ou que o sistema educacional seja cobrado a inserir no sistema de ensino tecnologias de informação. Os cérebros desses meninos e meninas, tachados de hiperativos ou ansiosos, nada mais fazem

do que acompanhar a aceleração dos ritmos de vida. Sofrem com a ansiedade, embora muitas vezes não tenham sequer parâmetros comparativos que possam interpelá-los sobre a possibilidade de uma vida mais lenta.

Da mesma forma, definem-se pejorativamente aqueles que, seja pela idade, seja pela condição social, não conseguem manejar as novas tecnologias. A expressão *analfabeto digital*, cada vez mais utilizada para nomear esse segmento da população que não conseguiu ainda se adaptar às exigências tecnológicas, fornece uma boa ideia de como esses novos sistemas de controle se engendram na vida da população.

Se os corpos dos sujeitos nascidos antes da década de 80 experimentaram outras realidades temporais, os filhos da década de 90 já se inserem em um mundo de comunicações rápidas e de consumismo desenfreado. Cresceram ouvindo que a administração do tempo e da carreira os tornará mais adequados ao mercado e que, enquanto alguns reclamam das condições de trabalho, outros saberão aproveitar as oportunidades. São filhos da informatização e tomam as próteses tecnológicas como necessárias à sua vida, baseando suas expectativas na certeza quase inabalável de que perder tempo é perder oportunidades.

Os usos e sentidos conferidos ao tempo pelos filhos dessas duas gerações chocam-se, embora os sintomas com muita frequência não privilegiem faixas etárias. De um lado, corpos pouco adaptáveis aos ritmos, ansiosos por serem mais lentos do que a necessidade do mercado; de outro, corpos incapazes de reduzir seus ritmos, ansiosos por não conseguirem suportar qualquer diminuição do fluxo frenético, angustiados pela experiência de parada.

Não é por acaso que pelo mundo se popularizam experiências que clamam por uma vida mais lenta, apontando para o questionamento dos efeitos dos processos culturais que atravessam o homem contemporâneo. O *Slow movement* é uma expressão que vem abarcar uma série de movimentos contraculturais que questionam a naturalização da cultura da velocidade, analisando seus efeitos negativos. A proposta é inspirada no protesto organizado pelo italiano Carlo Pedrini, em 1986, contra a abertura de uma lanchonete da rede McDonalds em Roma, que deu início ao movimento *slow food*. Desde então, muitos grupos, como o *slow*

money, *slow parenting* ou o *slow travel*,²³ espalharam-se pelo globo propondo formas mais amenas de vida, em que uma relação diferente com o tempo possa ser explorada.

Na busca por alternativas analíticas, capazes de reconfigurar os usos naturalizados do tempo e do espaço, propõe-se aqui a análise dos conceitos de heterotopia e heterocronia (FOUCAULT, 2006). Na opinião do autor, vivemos em um momento histórico que opera justaposições, diferenciando-se das rígidas hierarquias espaciais vividas pelos homens da Idade Média. Se os medievais viviam sob a certeza da localização fixa de si mesmos e dos objetos no mundo, os modernos configuram sua experiência a partir da incerteza, ou melhor, do movimento oriundo do permanente processo de descoberta e reavaliação do conhecimento, sempre em processo de vir a ser. A modernidade torna as certezas transitórias fazendo com que seus habitantes operem mais pela via do posicionamento do que pela localização.

Atualmente, o posicionamento substitui a extensão, que substitui a localização. O posicionamento é definido pelas relações de vizinhança entre pontos ou elementos: formalmente, podem-se descrevê-las como séries, organogramas, grades (FOUCAULT, 2006, p.412).

Para Foucault, o espaço coloca-se hoje como um problema mais digno de atenção que o tempo, pois, se o último foi completamente dessacralizado durante o século XIX, o espaço ainda abriga referências e oposições que mantêm certa rigidez e que resistem à desnaturalização. O posicionamento coloca-se, portanto, como problema a partir do momento em que se deseja questionar os lugares ocupados por objetos e homens, de modo a subverter os espaços instituídos e criar novas possibilidades ou, mais precisamente, outros espaços. Para Foucault (2006), existem duas espécies de espaços que subvertem os posicionamentos instituídos, as utopias e as heterotopias.

Enquanto as utopias se caracterizam por serem lugares irreais – seja em oposição aos espaços já existentes, seja como incremento destes, as heterotopias

²³ O movimento *slow money* sugere aos investidores que direcionem seus recursos para iniciativas econômicas que preservem as culturas locais e que estimulem a produção em sistemas de cooperativas, diminuindo o potencial predatório das grandes corporações multinacionais. O *slow parenting* defende que as crianças devem ter sua infância e seu tempo destituídos das obrigações da vida moderna, evitando as agendas lotadas de compromissos que produzem verdadeiros *executivos mirins*. Fala-se até mesmo em *slow travel*, estimulando-se os turistas a diminuírem os ritmos de viagem, aproveitando melhor a diversidade cultural dos países visitados.

configuram-se como espaços reais que subvertem a lógica cultural, criando verdadeiros contrapositionamentos. São utopias realizadas ou realizáveis, que se diferenciam por contestarem ou subverterem a ordem, por serem “[...] espécies de lugares que estão fora de todos os lugares, embora eles sejam efetivamente localizáveis” (FOUCAULT, 2006, p. 415).

As heterotopias constituem-se dentro das mais diversas culturas e, em uma mesma cultura, podem sofrer variações em momentos históricos distintos. Por promoverem rupturas, são capazes de justapor lugares a princípio incompatíveis, tornando possível a convivência de espaços que possuem funções opostas. Da mesma forma, estabelecem recortes específicos na temporalidade, pois, ao subverterem o uso dos espaços, possibilitam, conseqüentemente, outros usos do tempo: heterocronias.

As heterotopias estão ligadas mais frequentemente, a recortes do tempo, ou seja, elas dão para o que se poderia chamar, por pura simetria, de heterocronias; a heterotopia se põe a funcionar plenamente quando os homens se encontram em uma espécie de ruptura absoluta com seu tempo tradicional (FOUCAULT, 2006, p. 418).

Considerando a complexidade das relações entre espaços e tempos, bem como as possibilidades colocadas pelos diferentes usos culturais dessas categorias, pode-se afirmar que as heterotopias exercem a importante função de contestar os espaços e tempos instituídos, criando possibilidades e ampliando as zonas de experimentação temporais e espaciais.

As passagens constituídas por tais experimentações são aqui entendidas como alternativas efetivas ao exercício cotidiano de produção de outras relações com a aceleração. Defende-se aqui a necessidade de pluralizar campos de experimentação, de produzir outras relações entre o corpo e a velocidade, que não se restrinjam exclusivamente à compressão espaço-temporal, que pretende permear todas as atividades.

A clínica, como campo privilegiado de experimentação e de questionamento permanente das formas naturalizadas de vida, pode empenhar-se justamente em defender a necessidade de ampliação das relações com os espaços e, conseqüentemente, das mais diversas temporalidades. Deve-se combater

urgentemente a imposição hierárquica da velocidade como única solução, como *evolução* dos meios de vida e de produção. A experiência de criação, de constituição de novas territorialidades pode passar pelos mais diversos usos do tempo e do espaço, por ritmos singulares, por heterotopias e heterocronias.

A figura clínica do sujeito conectado às múltiplas tendências tecnológicas e inerentemente acoplado ao tempo da máquina serve a propósitos muito específicos e não deveria impor-se como única medida de inteligência ou eficiência. Produz-se na velocidade assim como na lentidão, e a criação não deveria ser moldada por um movimento homogêneo, sob pena de perder-se sob o incrível peso imposto pela compressão espaço-temporal da existência. A capacidade de gerir e reordenar as próprias necessidades e o uso que se faz do tempo, produzindo relações singulares com essa experiência de criação, coloca-se como desafio clínico aos que padecem diante da velocidade.

No âmbito de constituição desse contexto de aceleração constante e de descarte rápido de objetos e ideias, encontram-se a profusão de imagens serializadas e a propagação de modelos de vida, por meio de signos de consumo. A informação em excesso, pela publicidade ou pela indústria de notícias, garante o fluxo constante de ideias e torna-se fundamental para a manutenção desse ciclo de produção e consumo. As imagens tornam-se, de forma correlata, importantes vetores de produção de modos de vida e de ampliação do consumo de determinados produtos, e essas mercadorias, atreladas às formas de vida que desejam proliferar, tornam-se símbolos do sucesso dos *filhos da velocidade*.

Toda essa indústria se especializa na aceleração do tempo de giro por meio da produção e venda de imagens. Trata-se de uma indústria em que reputações são feitas e perdidas da noite para o dia, onde o grande capital fala sem rodeios e onde há um fermento de criatividade intensa, muitas vezes individualizada, derramado no vasto recipiente da cultura serializada e repetitiva. É ela que organiza as manias e modas, e, assim fazendo, produz a própria efemeridade que sempre foi fundamental para a experiência da modernidade (HARVEY, 2010, p. 262).

As imagens que se multiplicam vertiginosamente, que permanecem diante dos espectadores por milésimos de segundo, são testemunhas fidedignas dos processos

aos quais o pensamento vem sendo exposto. Não é por acaso que se ampliam as queixas de cansaço mental e de dificuldades em reter informações. Para muitos é raro lembrar-se de notícias exibidas em um telejornal, mesmo quando essas informações acabaram de ser veiculadas.

A forma como as informações são organizadas, por sua vez, dificulta imensamente a discussão da informação, já previamente analisada pelos veículos de comunicação. A mudança rápida de um assunto a outro segue a tendência de limitar o aprofundamento de questões, gerando pensamentos tumultuados, ansiosos. Saltar de um assunto a outro, ou de uma atividade a outra são características de sujeitos que aprenderam a buscar respostas rápidas nas plataformas informacionais. Aprofundar conhecimentos pode ser considerado enfadonho esforço para uma geração acostumada a respostas prontas e rápidas.

Por outro lado, fugir do próprio cansaço mental torna-se tarefa hercúlea e muitas vezes fadada ao fracasso. Nesses casos, não raro se busca refúgio em atividades de lazer que multiplicam a aceleração, capazes de anestesiarem ainda mais esse corpo exausto. O paradoxo presente nessas situações chama a atenção, já que a tensão produzida pela velocidade muitas vezes é *aliviada* pela busca de maior velocidade. Multiplicam-se as anestésias, mas não é possível fugir da difícil sensação evocada pela atividade constante que parece incapaz de produzir processos de singularização.

Perde-se o sentido nas atividades diárias e nasce o desejo de nomear algo intangível, presente no exercício clínico de conferir novos contornos às experiências. Nesse contexto, a clínica pode apresentar-se como campo de experimentação, de configuração de possibilidades, de produção de novos espaços e temporalidades.

2.3 O estudante: *tempori parendum*²⁴ – Figura 2

O tempo nada mais é do que uma onda a ser habilmente surfada pelos orgulhosos rebentos da tecnologia, constantemente conectados às novidades tecnológicas e ansiosos pelos protótipos que pretensamente levarão a humanidade a um mundo sem fronteiras e o corpo humano a superar limites e abolir sofrimentos.

Inundados por opções, acoplando facilmente seus cérebros superexcitados às próteses tecnológicas, assombram os mais velhos com sua competência em operar equipamentos e orgulham-se com a quantidade de informações que acumulam. E o mundo da informação rápida e dos *hiperlinks* sacrifica a experiência da parada e menospreza a lentidão da análise.

Ainda que pesem as pressões colocadas sobre o trabalhador do futuro, não é fácil lidar com a paradoxal necessidade de equilibrar-se entre observar as tendências produtivas atuais e lidar com o fato de que nenhuma experiência parece capaz de prever o que virá, tamanha a rapidez das mudanças.

Aparentemente mais adaptáveis e cognitivamente mais rápidos, eles parecem sofrer menos diante do irrefreável fluxo da aceleração, já que sabem aproveitar as possibilidades. Será que realmente sofrem menos?

O raciocínio rápido, fluido e adaptável torna-os perfeitos para os fluxos de mercado, já que respondem bem às necessidades do mercado contemporâneo. O fluxo de informações, imagens e objetos deve ser tão rápido quanto o próprio deslocamento, que os impede de estabelecer vínculos consistentes com pessoas ou lugares.

Movimentar-se rapidamente garante o sucesso de sua formação profissional e intelectual, garantindo a flexibilidade necessária ao profissional do futuro. Reagir rápido é questão de sobrevivência e de não cometer os erros das gerações anteriores, que logo se fazem suplantadas pelos mais adaptáveis.

É imperativo acostumar-se com a ansiedade, utilizando-a inclusive como meio de ascensão profissional. Atitudes como dormir menos, pensar rápido, oferecer

²⁴ É preciso mover-se com o tempo.

soluções ágeis e eficientes se tornam valiosas moedas de troca em um mundo cada vez mais configurado pela aceleração.

O pensamento recusa-se a parar e, entre o *brainstorm* e o *overthinking*, *padecem sob a* exaustão mental. A ansiedade, que incomoda os mais velhos, acopla-se organicamente ao corpo dos jovens, a ponto de não ser reconhecida como uma construção. O pensamento corre, sobrecarrega, mas o excesso de possibilidades, sem a configuração de sentidos, leva à paralisia.

O acesso fácil a tantas culturas e formas de pensamento é em si mesmo visto como possibilidade de criação, como se a informação por si só detivesse poderes criadores. Acumuladores de informações e sensações, raramente cultivam a paciência de permitir que os processos se desenrolem. Ficar parado é custoso e frear a atenção durante o tempo de uma longa história, um martírio.

Mas acumular equipamentos e saberes não é necessariamente produzir novos conhecimentos e, frequentemente, o excesso, que parece novidade, transmuta-se no estranho paradoxo da repetição. Por vezes sentem que sua experiência é destituída de sentido e buscam novos estímulos com o intuito de dar sentido à experiência.

A inconsistência das relações e a dificuldade em territorializar processos incomodam transitoriamente, já que o pensamento rapidamente navega por novos mares, por novas informações. Nada parece permanente. Pessoas, lugares e ideias são facilmente suplantados por quem precisa manter-se sempre em movimento.

Escravos das tecnologias, esses surfistas de sensações dedicam boa parte de seu tempo à busca de novas interfaces, mas frequentemente se tornam incompetentes se o assunto for escolha. Escolher entre tantas informações pode ser visto como limitar-se, já que optar significa abdicar de outros processos. Pressões e dúvidas assolam os sentidos. Pela própria necessidade de conexão com novidades, fluem bem pela velocidade, pelas mudanças colocadas pelo mercado.

Hiperativos, confusos e medicados, refletem apenas a rapidez que se espera dessa geração. A agilidade dos fluxos produtivos, que há décadas adapta corpos à aceleração, encontra nesses meninos e meninas terreno fértil que dá passagem às exigências de produção e consumo da tão aclamada entidade: o mercado.

Vivenciam como ninguém o paradoxo da velocidade, presos às suas gaiolas, mas cercados de próteses, correndo, pensando, sem sair do lugar. Ouviram de alguém – talvez de um especialista ou, quem sabe, de um professor – que o céu é o limite. Mas o céu é igualmente inalcançável.

Estudantes são adaptáveis, flexíveis e altamente permeáveis às mudanças colocadas pelos fluxos, ávidos por novos produtos e consumidores de formas de vida. Aos mais velhos lançam olhares julgadores, na certeza de que a paciência há muito deixou de ser uma virtude e que a experiência não tem tanto valor em um mundo que sofre tantas transformações. Se pudessem aprender a sabedoria do tempo, da duração, talvez retomassem o fluxo de criação interrompido pela velocidade.

2.4 A aceleração como modo de vida: os efeitos-corpos provenientes dessa experiência

O século da motorização impôs a velocidade como um valor mensurável, cujos recordes balizam a história do progresso da máquina e do homem. Mas a velocidade mental não pode ser medida e não permite comparações ou disputas, nem pode dispor os resultados obtidos numa perspectiva histórica. A velocidade mental vale por si mesma, pelo prazer que proporciona àqueles que são sensíveis a esse prazer, e não pela utilidade prática que se possa extrair dela (CALVINO, 1990 p. 58).

Falar da experiência da velocidade na modernidade remete o pesquisador necessariamente à análise das formas como esses corpos respondem aos ritmos colocados pelo acoplamento com as máquinas. A aceleração dos modos de vida esteve estreitamente vinculada, no último século, à utilização de tecnologias cada vez mais eficientes e mais acopláveis ao corpo humano. Nos últimos 50 anos, computadores que ocupavam um andar inteiro de um prédio e que retinham uma quantidade bem limitada de informações foram substituídos por *chips* de poucos centímetros, capazes de armazenar um volume de dados impressionante.

Além de o avanço no campo científico significar um aumento gradual da eficiência dos aparatos técnicos, outra revolução se processou – a criação de máquinas cada vez mais compatíveis com a biologia humana. Portáteis e de fácil manuseio, surgem protótipos e equipamentos capazes de acoplar-se aos corpos e às redes neuronais, de modo a tornar ainda mais fácil e direta essa utilização. Para além do desenvolvimento da robótica e dos avanços no campo da inteligência artificial, vivemos uma era em que se busca o aperfeiçoamento da biologia humana por intermédio da conexão com próteses técnicas, com engenhos capazes de tornar nossos corpos mais rápidos, precisos e eficientes no desenvolvimento das mais diversas tarefas. Nunca se falou tanto na superação do dualismo entre seres e máquinas e, sem dúvida, ainda é cedo para definir as consequências dessas modulações em médio e longo prazo.

O investimento em tecnologias que tornem os corpos mais rápidos e mais eficientes está perfeitamente de acordo com a necessidade crescente de ampliar a circulação financeira, característica do capitalismo moderno, que aposta na evolução

tecnológica como garantia de superação das limitações impostas pela biologia e pela natureza. O acoplamento entre homens e máquinas, que há algumas décadas seria considerado devaneio científico de mentes excessivamente criativas, nos dias de hoje, torna-se realidade, com o advento de tecnologias capazes de conectar dispositivos diretamente aos receptores neurológicos. Os híbridos contemporâneos parecem superar todas as tentativas de delimitação, uma vez que seus corpos desafiam a separação entre biologia e máquinas, ao mesmo tempo em que se tornam peças valiosas do processo de aceleração, que tem como meta o aumento da eficiência produtiva.

Haraway (2013) propõe-se analisar as múltiplas interfaces daquilo que vem a denominar como *ciborgues*, seres que, pela sua simples concepção ou existência, refutam todas as tentativas de definição ou purificação, confrontando os limites que separam humanos, animais e máquinas. Se os homens do século XIX ficaram maravilhados com autômatos ou com a descoberta de novas espécies escondidas nos quatro cantos do planeta, os homens do século XXI assistem à proliferação de organismos biológicos que misturam propriedades animais e vegetais ou com estudos científicos que prometem em breve oferecer próteses tecnológicas que irão subverter as limitações humanas.

Haraway (2013) defende que essas misturas não se limitam ao acoplamento entre a biologia e máquinas, mas apontam uma lógica consistente de ampliação das capacidades de utilização dos corpos, pela via da ingestão de suplementos alimentares, por exercícios que têm como objetivo produzir unidades físicas de alta performance ou por fármacos que potencializam as capacidades cerebrais. Para a autora, os ciborgues são, com efeito, o resultado de esquemas de controle e de ampliação das capacidades biológicas do humano, de modo a explorar o maior aproveitamento do tempo e da produção.

Estamos na era das redes híbridas, em que corpos são construídos pela Medicina, pela Engenharia de Alimentos e indústria farmacêutica, na mesma medida em que se produzem as tecnologias ou os sistemas políticos. E os seres humanos forjados nesse contexto possuem enorme disposição a tais hibridismos, à conexão com essas próteses.

Com base na lógica de mercado, pode-se argumentar que, a partir da exploração desses acoplamentos, formas de controle cada vez mais eficientes serão implementadas e os corpos humanos, progressivamente mais conectados, ficarão à mercê do controle econômico de sua força produtiva. Se essa preocupação está no cerne das discussões acerca dos avanços das tecnologias, sob outro viés, fica claro que essas conexões geram possibilidades infinitas de experimentação de múltiplas realidades, que superem as tentativas de definições de fronteiras e de previsões de resultados.

A reformulação de tais fronteiras provoca o rompimento das definições que envolvem os campos da política, da filosofia e da ética, repensadas sob o ponto de vista de sistemas sociais integrados, organizados por conexões polimorfas. As estratégias de controle tornam-se mais sutis, operando nas conexões, e tendem a dessacralizar objetos físicos, produzindo realidades em que poderão ser estabelecidas conexões entre quaisquer subsistemas da rede, humanos, sociais ou tecnológicos.

As biotecnologias e o aperfeiçoamento dos sistemas de comunicação exercem função central nesses processos de conexão. É por meio dos avanços nas descobertas genéticas, nos meios de comunicação e nos aparatos técnicos que se busca a criação de sistemas capazes de traduzir e codificar as diferenças entre os distintos objetos desses acoplamentos. Uma vez que são estabelecidos sistemas comuns, em que essas interfaces (biológicas, técnicas, sociais) se comuniquem, fica muito mais fácil proliferar os hibridismos, que permitem explorar dispositivos cada vez mais eficientes. Decodificar o código genético de organismos biológicos e produzir computadores cada vez mais compatíveis com a Biologia tornam-se conquistas igualmente importantes nesse processo, que atravessa a Medicina, a Agricultura, os satélites de comunicação, a indústria, o entretenimento, a produção de imagens, as táticas militares etc. Todos esses elementos constituem o contexto em que a Reengenharia Genética e a evolução tecnológica servem de base para a evolução dos meios de produção e da exploração econômica.

Esses novos organismos subvertem a lógica em que as máquinas eram classificadas como meros objetos a serem utilizados por humanos. Retomando a função eminentemente híbrida dos ciborgues, o termo *biótico* substitui o *biológico*,

referindo-se a organismos que superam essa separação ontológica entre seres e máquinas.

A cultura 'high tech' contesta – de forma intrigante – esses dualismos. Não está claro quem faz e quem é feito na relação entre o humano e a máquina. Não está claro o que é mente e o que é corpo em máquinas que funcionam de acordo com práticas de codificação [...]. Os organismos biológicos tornaram-se sistemas bióticos – dispositivos de comunicação como qualquer outro. Não existe, em nosso conhecimento formal, nenhuma separação fundamental, ontológica, entre máquina e organismo, entre técnico e orgânico (HARAWAY, 2013, p. 91).

As misturas, fundamentais para questionar hierarquias e permitir que as multiplicidades existam, esbarram na necessidade de buscar definições, de distinguir entre experiências válidas e aquelas que deverão ser combatidas por ameaçarem as zonas de purificação. Os avanços na Engenharia Genética, em alguns casos, acabam ganhando contornos similares aos das práticas eugênicas do início do século XX, ávidas pela produção de formas de vida cada vez mais perfeitas. Esse elemento paradoxal presente na constituição dos híbridos faz com que as tecnologias de controle da vida invistam grande energia na defesa da *evolução biológica*, em tentativas ainda que precárias de classificar tais seres.

O desafio de delimitar a experiência moderna a partir de dualismos e de encontrar zonas de purificação complexifica-se, uma vez que a própria ideia de avanço científico, tão presente em algumas vertentes filosóficas do discurso moderno, acaba dependendo imensamente da rapidez da criação de seres que escapam às classificações previamente formuladas. Essas criaturas magníficas, que emergem das múltiplas conexões, propagadas a velocidades estonteantes, trazem em sua constituição a potência do imprevisível, levantando questões acerca dos usos e objetivos dessas criações. “As dicotomias entre mente e corpo, animal e humano, organismo e máquina, público e privado, natureza e cultura, homens e mulheres, primitivo e civilizado estão, todas, ideologicamente em questão” (HARAWAY, 2013, p. 63).

O desenvolvimento de máquinas e próteses tecnológicas opera mutações em corpos que, uma vez transmutados, são impelidos à constituição de interfaces até então inexploradas. Essas transformações tecnológicas, curiosamente, são apresentadas ao público e à mídia entusiasta como evolução das técnicas da Medicina, que pretensamente trabalha para a manutenção e prolongamento da vida.

O fato de que esses avanços geram corpos mais rápidos e mais eficientes só é colocado em termos positivos, que se relacionam com o incremento da saúde das populações ou com o aumento da produtividade capitalista. Raramente problematizam-se os efeitos desses acoplamentos, já que o discurso da defesa da vida aparece sempre como justificativa, independentemente dos possíveis efeitos sociais, humanos, ambientais e culturais que cercam o que se denomina como *avanço científico*. Os resultados dessas descobertas são predominantemente apontados como nobre esforço científico na construção de um mundo com menos sofrimento, onde a humanidade deixará de penar com os efeitos de doenças ou limitações físicas e genéticas.

Em matéria recente, um programa dominical noturno de grande audiência apresentou o trabalho árduo de cientistas médicos que, a partir das descobertas sobre nanotecnologia,²⁵ esperam produzir no futuro robôs que combateriam doenças em nossa corrente sanguínea, ampliando em muito a capacidade de nosso sistema imunológico de combater ameaças. O tom entusiasmado da reportagem dedicou-se unicamente a explorar a noção de que talvez seja possível chegarmos a um mundo em que os organismos humanos não pereçam em razão de características genéticas ou por ação de agentes biológicos externos.

Seguindo essa tendência, a *revista Physics Special Topics*²⁶ sugere que o cérebro humano se tornaria mais rápido se o crânio fosse submetido a perfurações, que permitissem resfriamento do cérebro. De acordo com a matéria – que estabelece analogia clara entre o corpo humano e os computadores, já que os processadores

²⁵ Durante a década de 80, Eric Drexler, cientista e engenheiro, aluno do Instituto de Tecnologia de Massachusetts, desenvolveu estudos que se referem à criação de máquinas em escalas moleculares, ou seja, à criação de computadores menores do que as células do corpo humano.

²⁶ Ainda que a matéria esteja se referindo a pesquisas ainda não realizadas, a sugestão de que o cérebro seja submetido a alterações fisiológicas com o intuito de aumentar a sua velocidade chama a atenção para certa linha de desenvolvimento da ciência fisiológica, que parece pouco preocupada em discutir os limites éticos de sua atuação. (Disponível em: < <http://noticias.seuhistory.com/cientistas-descobrem-suposta-solucao-para-cerebro-humano-funcionar-ate-7-vezes-mais-rapido>>).

precisam resfriar-se para operar com maior eficiência – o cérebro humano poderia aumentar sua velocidade em até sete vezes, com esse procedimento cirúrgico. Na rápida e superficial notícia científica, em nenhum momento foi problematizado o contexto que leva à necessidade de que os cérebros se tornem mais rápidos, como se essa mudança fosse lógica e naturalmente cabível no momento histórico atravessado pela humanidade.

Os potenciais efeitos do desenvolvimento das tecnologias na mutação dos modos de vida são quase impensáveis, tanto em ampliação de possibilidades, quanto nos perigos possíveis que tangenciam essas descobertas. Afinal, não se pode negar que o mesmo olho biônico que permite que pessoas cegas ampliem suas possibilidades de existência pode ser facilmente visualizado como *arma* biológica ou como ferramenta de produção, se as circunstâncias políticas ou econômicas assim o exigirem. Não é difícil inferir que a máquina que amplia a capacidade visual, uma vez acoplada a terminais informacionais, poderia ser utilizada, por exemplo, para a ampliação da letalidade de um soldado, ou para o incremento da capacidade visual de pessoas que a princípio não tenham problemas de visão, mas que queiram ampliar a sua *performance visual*. A questão parece gravitar em torno da ideia de que as limitações biológicas, uma vez analisadas sob o ponto de vista produtivo, passam a ser consideradas obstáculos ao desenvolvimento econômico e, portanto, passíveis de eliminação.

Para além das questões colocadas por propostas científicas, ou mesmo pela ficção, é de suma importância analisar os usos, o potencial e os limites desses acoplamentos, bem como as hierarquias criadas a partir dos esquemas contemporâneos baseados na rapidez e eficiência. Ignora-se o fato de que o aumento das capacidades biológicas atende a propósitos políticos e econômicos muito bem definidos e que geram consequências nos modos de socialização.

Os hibridismos aqui definidos causam efeitos particulares no que se refere à relação entre homens e temporalidade, especialmente por que inserem, nessa relação, tecnologias criadas justamente para controlar, acelerar e otimizar o tempo. É somente por meio de máquinas e próteses que corpos humanos, frutos de múltiplas conexões, desafiarão os limites impostos pelo biológico, reformulando o sentido da conhecida relação organismo/ferramenta, tão antiga quanto a cultura humana. O

estudo da evolução das próteses no último século pode demonstrar transformações contundentes nesses acoplamentos.

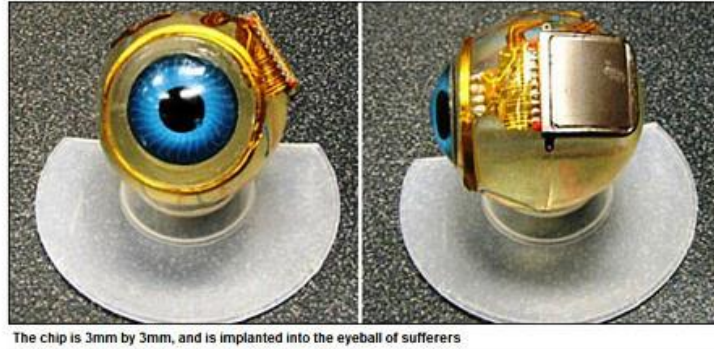
Figura 1 — Pernas artificiais, Reino Unido, 1890.
(Fonte. <http://obviousmag.org/sphere/2013/10/40-fotos-historicas.html>)



A princípio, poder-se-ia argumentar que as próteses, os computadores ou as biotecnologias são máquinas como quaisquer outras e que a humanidade, desde que descobriu o fogo e inventou a roda, faz uso de distintos recursos com o objetivo de ampliar sua capacidade de conquista sobre o ambiente. Afinal de contas, desde que se fala em cultura, fala-se em homens que aumentavam as capacidades do seu corpo com ferramentas, moldando a pedra lascada para matar presas maiores ou utilizando animais que multiplicavam a velocidade de suas pernas.

Entretanto, não se pode negar que existe um salto qualitativo considerável entre uma máquina que é tomada como ferramenta a ser utilizada de acordo com necessidades determinadas e um dispositivo que integra a constituição biológica do corpo humano, tornando-o potencialmente mais apto e, conseqüentemente, imprevisível.

Figura 2 – Dois homens cegos da Inglaterra tiveram a oportunidade de enxergar novamente pela primeira vez, em mais de duas décadas, depois de passarem por um implante de um *microchip* de *olho biônico*, de apenas três milímetros.



A título de análise e para ampliar o entendimento do argumento aqui testado, toma-se a liberdade de fazer analogia entre esses híbridos técnicos e as diferenças evidentes entre um homem montado em um cavalo e a figura mitológica do centauro – meio homem, meio cavalo. O cavalo (ferramenta) certamente amplia a capacidade de transporte e deslocamento do homem, emprestando suas pernas, sua força e velocidade a corpos menos preparados a determinadas tarefas. O centauro (híbrido), por sua vez, não toma emprestadas pernas mais fortes, mas significa seu corpo e sua experiência por possuir, efetivamente, um corpo mais forte e mais apto ao deslocamento rápido.

Comparando as primeiras próteses registradas na história (Figura 1), ainda rudimentares e precariamente acopladas ao corpo, com os atuais membros biônicos (Figura 2), conectados diretamente à rede neuronal de seus usuários, fica claro esse salto qualitativo. Defende-se aqui que as próteses técnicas contemporâneas (Figura 3) devido justamente à natureza das hibridizações que evocam, constituem, na atualidade, corpos biologicamente ressignificados por conexões, não redutíveis simplesmente à relação homem-ferramenta. A força, a velocidade e a cognição, alteradas por essas próteses, reafirmam novos modos de vida, intrinsecamente ligados ao imperativo econômico da aceleração.

O Instituto de Reabilitação de Chicago apresentou a primeira mulher a receber a tecnologia do "braço biônico". Cláudia Mitchell, que teve o braço esquerdo amputado até o ombro depois de um acidente de moto, agora consegue segurar um puxador de gaveta com sua mão postiça por meio do pensamento "segurar o puxador de gaveta". O fato de uma pessoa conseguir controlar com êxito vários e complexos movimentos de um membro postiço com seus pensamentos abre um mundo de possibilidades para os amputados. A estrutura, tanto cirúrgica quanto tecnológica, que torna esse feito possível é quase tão incrível quanto os resultados do procedimento.

A tecnologia do "braço biônico" é possível basicamente por causa de dois fatos da amputação. Em primeiro lugar, o córtex motor no [cérebro](#) (a área que controla movimentos voluntários dos músculos) ainda envia sinais de controle mesmo que certos [músculos](#) voluntários não estejam mais presentes para serem controlados. Em segundo lugar, quando os médicos amputam um membro, eles não removem todos os nervos que antes transmitiam sinais para esse membro. Então, se o braço da pessoa foi amputado, existem nervos que terminam no ombro e simplesmente não têm mais lugar para enviar suas informações. Se essas terminações nervosas puderem ser redirecionadas para um grupo muscular que funciona, a pessoa pensa "segurar a maçaneta com a mão" e o cérebro envia os sinais correspondentes para os nervos que deveriam se comunicar com a mão, e esses sinais acabam no grupo muscular que funciona em vez de irem para as terminações do ombro.

Redirecionar esses nervos não é uma tarefa simples. O Dr Todd Kuiken, do Instituto de Reabilitação de Chicago, desenvolveu o procedimento que ele chama de "reinnervação muscular dirigida". Os cirurgiões basicamente operam o ombro para ter acesso às terminações nervosas que controlam os movimentos das articulações do braço, como cotovelo, pulso e mão. Em seguida, sem danificar os nervos, eles redirecionam as terminações para um grupo muscular que funciona. No caso do "braço biônico" do Instituto, os cirurgiões ligaram as terminações nervosas a um grupo de músculos peitorais. São necessários vários meses para que os nervos se juntem a esses músculos e se tornem totalmente integrados. O resultado final é um redirecionamento dos sinais de controle: o córtex motor envia sinais para o braço e mão através de ligações nervosas, como sempre fez, mas em vez de esses sinais acabarem no ombro, eles acabam no peito.

Para usar esses sinais no controle do braço biônico, a parafernália do Instituto coloca eletrodos na superfície dos músculos peitorais. Cada eletrodo controla um dos seis [motores](#) que movimentam as articulações do braço postiço. Quando a pessoa pensa "abrir a mão," o cérebro envia o sinal de "abrir a mão" para o nervo apropriado, agora localizado no peito. Quando as terminações nervosas recebem o sinal, o músculo peitoral em que estão ligadas se contrai. Quando o músculo peitoral responsável por "abrir a mão" se contrai, o eletrodo nesse músculo detecta a ativação e faz com que o motor que controla a mão biônica se abra. E como cada terminação nervosa está integrada a partes diferentes do músculo peitoral, uma pessoa com um braço biônico pode mover os seis motores ao mesmo tempo, o que resulta em uma série de movimentos bastante naturais para a prótese. (Disponível em: < <http://saude.hsw.uol.com.br/arma-bionica.htm> >. Acesso em: 23 de jan. 2013).



Figura 3 – Braço biônico. Fonte: <http://saude.hsw.uol.com.br/arma-bionica.htm>.

Virilio (1996b) reafirmará essa posição, uma vez que considera impossível falar da relação entre homens e máquinas sem analisar o dimensionamento das novas tecnologias, a *intrusão fisiológica* operada por mecanismos como as biotecnologias, por exemplo. Uma vez que a *colonização* da matéria viva se tornou possível, a partir dos avanços da Medicina e da tecnologia, a aceleração passa a ser parte integrante dos componentes biológicos dos corpos humanos *superexcitados*.

Efetivamente, trata-se da realização, quase um século depois, do sonho dos futuristas italianos: o corpo do homem integralmente alimentado pela técnica graças à miniaturização das máquinas-micróbios invisíveis ou quase, guardando entretanto uma diferença fundamental na ordem de grandeza da

velocidade, já que não se trata mais, como esperava Marinetti, de rivalizar com a aceleração dos motores, transformando o corpo-locomotor do indivíduo no equivalente da locomotiva ou de uma turbina elétrica cujas velocidades relativas são ultrapassadas – mas antes de tentar aparelhar o corpo humano para torná-lo contemporâneo da era da velocidade absoluta das ondas eletromagnéticas (VIRILIO, 1996b, p. 94).

Proliferam os *ciborgues*, tão bem definidos por Donna Haraway (2013) como seres capazes de questionar as clássicas distinções entre natureza e cultura, entre seres biológicos e máquinas. De acordo com a autora, os *ciborgues* somos todos nós, seres acoplados às redes tecnológicas, nutridos por alimentos transgênicos, potencializados por exercícios e componentes tecno-biológicos, que confundem as tentativas de delimitação de fronteiras. Outros híbridos, como os computadores, deixaram há muito de serem supercalculadoras – como eram denominados na década de 80 – assim como os telefones celulares há muito superaram seu *status* de comunicadores móveis, uma vez que se conectam aos mais diversos recursos da rede mundial de computadores.

Definir a experiência que habita os corpos atravessados pelas conexões com dispositivos tecnológicos e impelidos à velocidades cada vez maiores torna-se desafio considerável, na medida em que os híbridos aos quais nos referimos parecem habitar searas potencialmente tão complexas e multifacetadas quanto os próprios equipamentos aos quais se conectam.

Os espaços de circulação e produção tornam-se híbridos: escolas que parecem empresas, jornais que ensinam a cultivar a produtividade, revistas que apontam cuidados na prevenção de doenças, programas de computador que organizam a agenda e geladeiras que, na falta de algum item, se conectam a *sítes* de supermercados, economizando precioso tempo que poderia ser dedicado a tarefas mais produtivas. “A casa, o local de trabalho, o mercado, a arena pública, o próprio corpo, todos esses locais podem ser dispersados e entrar em relações de interface, sob formas quase infinitas e polimorfas [...]” (HARAWAY, 2013, p. 63).

Nesse sentido, os corpos tornam-se, sem dúvida, campos de hibridização privilegiados do ponto de vista da aceleração, uma vez que a Biologia, em acoplamento com tecnologias, responde melhor às necessidades colocadas pelo paradigma da rapidez e da eficiência. Os limites biológicos parecem superados

quando confrontados com a possibilidade de substituição de partes do corpo por órgãos-máquinas ou pela ingestão de suplementos ou substâncias químicas que compensem as *limitações humanas*. A própria ideia de que o corpo humano é limitado naturaliza-se, quando se considera, por exemplo, que o uso de medicamentos ou equipamentos auxilia as pessoas na gestão da própria vida, em direção ao aumento do desempenho físico ou intelectual.

Administrar o próprio potencial intelectual e biológico passa a ser considerado como parte integrante do processo de validação da carreira profissional e da busca por sucesso e, portanto, tomar vitaminas ou fármacos e buscar os exercícios da moda tornam-se tão importantes quanto frequentar cursos de inglês ou pós-graduação.

As máquinas do final do século XX tornaram completamente ambígua a diferença entre o natural e o artificial, entre a mente e o corpo, entre aquilo que se autocria e aquilo que é externamente criado, podendo-se dizer o mesmo de muitas outras distinções que se costumavam aplicar aos organismos e às máquinas. Nossas máquinas são perturbadoramente vivas e nós mesmos assustadoramente inertes (HARAWAY, 2013, p.42).

Uma vez considerada a administração desses corpos acelerados como parte integrante do processo de evolução do capitalismo, depara-se com a necessidade de analisar os usos econômicos e sociais dessas novas habilidades, que políticas de gestão da vida se configuram a partir disso.

Retomando o argumento colocado, a linha que separa o incremento dos índices de saúde da produção de corpos cada vez mais competentes, que tenham as suas habilidades de produção ampliadas, é inquestionavelmente tênue. As próteses que se acoplam à vida a partir das descobertas da Medicina, que levam, conseqüentemente, os corpos a superar os limites biológicos, não podem ser separadas das políticas de Estado e, sem dúvida, carregam em si possibilidades incalculáveis de uso, seja pela economia, seja pela saúde, seja pela guerra. Considerar o corpo humano como máquina limitada e ineficiente, passível de acoplamento com tecnologias que ampliem sua capacidade, situa-o no perigoso terreno de práticas políticas e científicas que defendem a superioridade de algumas formas de vida em detrimento de outras.

O questionamento sobre os limites e as possibilidades colocadas por esses avanços técnicos, que é aparentemente irrelevante do ponto de vista político e econômico, com frequência é levantado em outras esferas, acadêmicas, artísticas ou até mesmo filosóficas e religiosas. No filme *Soldado Universal* (1992), por exemplo, é desenvolvida a história de um projeto secreto do governo americano que, a partir da Engenharia Genética, produz a arma perfeita: soldados alterados geneticamente que, tendo seus corpos reprogramados e acoplados a próteses técnicas, se tornam máquinas letais, capazes de combinar o melhor da tecnologia com a inteligência humana.

Outra obra cinematográfica que explora os possíveis efeitos da Reengenharia Genética é *Gattaca*, de 1997, em que a eugenia se aperfeiçoa de modo a produzir seres humanos quase perfeitos, imunes a doenças e a debilidades físicas. O Estado, mantendo o controle estrito da reprodução humana, cria uma sociedade de castas, que diferencia os mais aptos, geneticamente, daqueles de genética imperfeita, condenados a levar uma vida subalterna.

No cerne da discussão proposta por essas obras, ambas produzidas na década de 90, aparecem questionamentos sobre os limites da utilização da biologia humana e da definição dos tipos de vida a serem preservados ou eliminados, na lógica de incremento da capacidade genética da população e da tecnologia.

Para além da ficção, curiosamente, na última edição dos jogos olímpicos, um atleta que utilizava próteses nas duas pernas competiu nas provas de velocidade com os atletas *normais*, além de participar dos jogos paraolímpicos, como seria esperado. O evento chamou a atenção não só pelas próteses terem permitido a inserção do competidor entre as provas regulares, mas pelo fato de que o referido atleta se queixou, durante as competições paraolímpicas, de sofrer prejuízo, por considerar que as próteses utilizadas por um adversário o beneficiaram durante a corrida.

Se as próteses evoluíram tanto, a ponto de um atleta conseguir obter o alto desempenho esperado do corpo humano treinado pra corrida, seria exagerado questionar se um dia as próteses se tornarão tão eficientes que seria injusto (do ponto de vista do uso *limitado* do corpo humano) que atletas que as usem venham a competir em corridas regulares? Estamos nos dirigindo a um momento em que as

próteses talvez sejam consideradas substitutos eficientes aos limitados órgãos humanos?



Figura 4: Atletismo: agora é Pistorius quem se queixa das próteses - Sul-africano perdeu pela primeira vez nos Paralímpicos

Oscar Pistorius perdeu pela primeira vez nos Jogos Paralímpicos e acusou o adversário de beneficiar de uma vantagem adicional em função das próteses que usava. A queixa do sul-africano, famoso por ter sido o primeiro atleta amputado a disputar os Jogos Olímpicos, em Agosto, usando ele próprio próteses num processo que fez correr muita tinta, não deverá ser investigada pelas autoridades desportivas.

Não há provas de que qualquer atleta tenha competido com próteses de tamanho diferente. A menos que os sul-africanos apresentem alguma prova, não iremos continuar a investigar», afirmou em Londres Craig Spence, diretor de comunicação do Comité Paralímpico Internacional.

Em causa estava a final dos 200m T44, onde Pistorius perdeu para o brasileiro Alan Oliveira. No final, o sul-africano disse que «não foi uma corrida justa» e que havia atletas que pareciam «muito mais altos». Depois pediu desculpa pelo timing das suas declarações, mas não pelo teor das mesmas.

As próteses não podem ser mudadas durante a competição e devem ser proporcionais à altura dos atletas. O Comité Paralímpico disse que todas elas foram medidas no domingo e não foram encontradas quaisquer irregularidades. (Disponível em <<http://www.tvi24.iol.pt/economiaoutros-desportos/oscar-pistorius-queixa-protese-irregulares-paralimpicos/1372695-1493.html>>. Acesso em 04 de mai. 2013)

As subjetividades aqui analisadas frequentemente se deparam com essas questões, ao considerarem o desenvolvimento de suas carreiras profissionais, bem como as possibilidades relativas ao incremento de sua saúde. Os exercícios, combinados a programas de nutrição, a dicas de saúde e até mesmo às terapias psicológicas são apontados como investimento no desenvolvimento de si, geralmente vinculado à própria carreira e à noção geral de que pessoas bem-sucedidas são felizes e donas de corpos e mentes perfeitamente equilibrados. É notável o aumento da frequência de jovens que procuram o trabalho clínico psicológico com o intuito de obter conhecimentos acerca de si, de modo a investir em seu potencial pessoal e

principalmente profissional. No contexto dos hibridismos aqui definidos, o investimento no próprio corpo passa a ser naturalmente relacionado com a preocupação com o investimento na carreira, tornando-se medida de competitividade.

A noção de cuidado com o corpo, que poderia, nesse caso, evocar análises interessantes sobre os usos com o tempo, acaba sofrendo inegável captura pela lógica corporativa, que se faz presente nos discursos das mais diversas especialidades.

CAPITULO 3 – *FESTINA LENTE*²⁷

3.1 Velocidade, biopolítica e modulações do capitalismo contemporâneo

É tão bom assim morrer ocupado? (Sêneca, 'Sobre a brevidade da vida')²⁸

Partindo de inúmeras indagações, parece importante delimitar como o Estado se redefine a partir do avanço da tecnologia. Para tanto, a análise dos usos econômicos e do controle político dessas hibridizações torna-se fundamental, a partir do momento em que a velocidade e a aceleração dos modos de vida passam a sustentar a economia de mercado. O problema gira em torno de definir se a economia de mercado, que é a base da constituição do capitalismo nos últimos séculos, pode ser considerada em si mesma uma biopolítica.

O conceito de biopolítica (FOUCAULT, 2002) define as modulações nas tecnologias de controle sobre o corpo e as populações, de modo a potencializar e aperfeiçoar seus usos econômicos e políticos a partir dos séculos XVIII e XIX. Nesse período, as políticas de Estado multiplicam mecanismos de gestão da população que atravessam diferentes dispositivos, que vão desde as práticas médicas de controle da população às políticas de segurança e regulamentação biológicas. São políticas que têm como foco o homem como espécie, a medição dos índices estatísticos produzidos pelos movimentos populacionais e o cálculo preciso das formas mais eficientes de utilizar esse *corpo-espécie* em proveito do Estado.

Foucault (2008b) fornece uma resposta interessante à questão da relação entre a economia e os dispositivos biopolíticos, ao afirmar a importância das práticas econômicas na criação de determinada racionalidade política que direcionará o Estado. A população é governável, seja pelo controle de sua saúde (poder médico), seja pela purificação da raça (políticas de guerra), seja pela regulamentação de seu corpo e de sua mobilidade (políticas de segurança) e, enredadas nessas políticas

²⁷ Acelerar lentamente, apressa-te devagar

²⁸ Sobre a brevidade da vida. Tradutor: Willian Li. http://pt.slideshare.net/Su_lopes/seneca-sobre-a-brevidade-da-vida

habilmente constituídas como dispositivos de intervenção e controle sobre os indivíduos, pairam as formas como o Estado organiza a sua economia.

A gestão econômica, que não é diretamente apontada pelo autor como uma biopolítica, está intimamente associada à forma como o Estado regulará a vida da população. Afinal, o controle da vida opera sob uma racionalidade econômica, que será capaz de explorar ao máximo as habilidades desses corpos regulamentados pelas biopolíticas. Para o autor, entender a forma como essa razão de Estado se organiza passa primordialmente por circunscrever a maneira como a economia está organizada.

Parece-me, contudo, que a análise da biopolítica só poderá ser feita quando se compreender o regime geral dessa razão governamental de que lhes falo, esse regime geral que podemos chamar de questão da verdade – antes de mais nada da verdade econômica no interior da razão governamental – [...] Só depois que soubermos o que era esse regime governamental chamado liberalismo é que poderemos, parece-me, apreender o que é a biopolítica (FOUCAULT, 2008a, p.30).

Entender a noção de governamentalidade é fundamental nesse momento da análise, em que se deseja ampliar o entendimento dos modos como o Estado articula táticas de governo que passam pela administração da vida das populações.

Vemos então que, de acordo com Foucault (2008a), a razão governamental de um Estado configura-se a partir da capacidade do governo de administrar, em relação à população, os princípios da Economia, entendida, até meados do século XVIII, como a administração parcimoniosa da família.

No desenvolvimento do debate político acerca das formas de governo presentes no Estado, entre os séculos XVI e XVIII (processo que antecede o surgimento da Economia Política), vemos configurar-se a tripartição analítica dos modos de governar. Com efeito, a literatura da época aponta três esferas de governo que, apesar serem entendidas como contínuas entre si, configuram campos específicos da arte de governar: o governo de si, ligado à moral; o governo da família, por meio da Economia; e, por fim, o governo do Estado, a partir da política. A palavra Economia, que designará nesse contexto o governo da família, constituída pelas

suas riquezas, indivíduos, criadagem e alianças, será introduzida posteriormente na razão de Estado como arte de governar a população.

Governar o Estado será portanto aplicar a economia, uma economia no nível de todo o Estado, isto é, exercer em relação aos habitantes, às riquezas, à condita de todos e cada um uma forma de vigilância, de controle, não menos atenta que a do pai de família sobre a casa e seus bens (FOUCAULT, 2008a, 127).

No século XVIII a palavra Economia passa a compreender o campo de intervenção do governo por meio de processos de gestão da população e dos recursos de que dispõe o Estado. Para dar cabo da tarefa de administrar da melhor forma possível os recursos em benefício do bem comum, o Estado lançará mão de táticas, de meios para alcançar determinadas finalidades.

Essa *arte de governar* que, de acordo com Foucault, ficou restrita até o século XVIII pelos meios implementados pelo aparelho da Monarquia, foi incrivelmente potencializada pelo mercantilismo, que se constitui como “[...] a primeira racionalização do exercício do poder como prática do governo” (FOUCAULT, 2008a, p.136). São muitos os processos atrelados a essas mudanças, como o aumento da circulação de riquezas, da produção agrícola e o crescimento demográfico que, uma vez combinados, constituem a emergência de questões relacionadas com o governo da população, que operam o deslocamento da Economia da instância familiar e o desenvolvimento da ciência de governo.

Ou seja, é na emergência de fenômenos próprios à população e à necessidade de medidas de Estado que organizem os múltiplos recursos de que o governo dispõe, que nasce uma racionalidade vinculada ao aspecto econômico dessa equação política. É no entendimento de que os movimentos da população (nascimentos, morte, epidemias, produtividade) geram efeitos econômicos particulares, que o Estado passará a gerir economicamente a população com o mesmo cuidado com que outrora se pensou o cuidado com a família. E as famílias, nesse contexto, perdem seu estatuto de modelo de administração e passam a ser entendidas como segmentos a serem geridos dentro desse corpo maior que é a população. Nesse

sentido, é possível compreender o papel privilegiado concedido à família como instrumento de atuação das políticas governamentais.

Governar a população passa a ser, então, o instrumento e a finalidade da intervenção governamental. É pela população e para a população que os mecanismos de regulamentação se constituem, formulando um *saber de governo*, uma economia política que subsidiará as intervenções do Estado que, por meio dos dispositivos de segurança, administrará as múltiplas relações entre território, riquezas e população. A definição fornecida por Foucault (2008a, p. 144), ainda que longa, esclarece o que o autor entende por governamentalidade:

Por essa palavra, 'governamentalidade', entendo o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por 'governamentalidade' entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não parou de conduzir, e desde há muito, para a preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de 'governo' sobre todos os outros – soberania, disciplina – e que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo e, por outro lado, o desenvolvimento de toda uma série de saberes. Enfim, por 'governamentalidade', creio que se deveria entender o processo, ou antes, o resultado do processo pelo qual o Estado de justiça da Idade Média, que nos séculos XV e XVI se tornou o Estado administrativo, viu-se pouco a pouco governamentalizado.

A definição do conceito de governamentalidade aponta para a importância da dimensão econômica nas formas de controle biopolítico. Uma vez considerada a inegável política de mercantilização do tempo, evidencia-se a importância da cronopolítica na criação de mecanismos de regulamentação da população. O uso adequado do tempo, essa moeda de troca valiosa capaz de potencializar a produção, está no cerne dos avanços tecnológicos, da busca por modos mais eficientes de explorar as capacidades físicas e cognitivas das populações.

A relação entre tempo e políticas de controle, estreitamente vinculada à criação de formas de acelerar os modos de vida, torna-se, então, crucial para a governamentalidade neoliberal, que tem como objetivo eliminar todas as formas de desperdício econômico do tempo. Os corpos, disciplinados pelo regime de controle

estrito do tempo, são potencializados pelo acoplamento com as tecnologias, tornando-se mais suscetíveis e adaptáveis ao processo à aceleração.

A aceleração da vida nada mais é do que a organização de medidas políticas, sociais, econômicas e científicas que prezam pela majoração da eficácia dos corpos humanos a serem empregados no processo de produção. Para os indivíduos, os impactos dessas mudanças, vivenciadas como ampliação das possibilidades de ganho econômico e exploração da aparente multiplicidade e opções de vida, acabam se revertendo em ausência gradativa de tempo e eliminação de paradas.

A vida, organizada como incessante busca pela adequação ao mercado, pela via dos ganhos monetários e da inserção no consumo, acaba sendo experimentada como angustiante corrida por aproveitar todas as oportunidades e pela aquisição de novidades. Na ânsia de se tornarem suficientemente velozes, de modo a aproveitar às *oportunidades* presentes nessa corrida, os sujeitos dedicam-se à busca do acoplamento com próteses que os tornem mais eficientes, que facilitem sua inserção mercadológica. Paradoxalmente, quanto mais conectados, menos tempo possuem e o aproveitamento dessa abundante oferta de possibilidades só será efetivado na diminuição da intensidade da experiência. Sob a massificação do consumo, passa-se rápido por conteúdos, por pessoas ou por lugares. Mesmo os cuidados com o corpo e com a saúde são atravessados pela *cronopolítica*, pela necessidade de tornar-se apto à exploração das possibilidades do mercado.

Os efeitos e sintomas desse processo de acoplamento dos corpos às tecnologias referem-se majoritariamente à tentativa de aniquilar a experiência de parada, de eliminar vazios considerados perniciosos à dimensão econômica da produção.

Na velocidade, sacrifica-se a diversidade, já que a intensidade da experiência fica comprometida pela atividade frenética, pelo pensamento que não efetua paradas essenciais às análises, que darão consistência aos processos. Na velocidade, exige-se a homogeneização da produção e da experiência criativa, em que corpos supra-humanos, ligados a próteses e cérebros superexcitados, são vinculados ao tempo padronizado, a velocidades previamente controladas.

A despeito da aparente hegemonia da aceleração e das ramificações sociais e políticas da compressão espaço-temporal da existência, é de suma importância

pontuar os aspectos relativos aos divergentes modos de lidar com a experiência da velocidade, a fim de compreender os processos de resistência e invenção, presentes na experiência contemporânea com o tempo. Se a velocidade se configura como elemento crucial nos modos de vida contemporâneos, deve-se buscar alternativas nas diversas experiências e usos do tempo, ora passíveis de captura, ora dissonantes.

Ainda que se considere a dificuldade colocada àqueles que buscam formas singulares de lidar com a produção, com o consumo ou com o lazer, esses aspectos se fazem presentes no uso cotidiano do tempo e podem dar pistas de como enfrentar os efeitos causados pela experiência frenética de aceleração.

3.2 A professora: *Omnia fert aetas*²⁹ – Figura 3

O tempo, a ser equilibrado entre a carreira e as responsabilidades socialmente atribuídas ao gênero feminino, parece esgarçar-se ante a infinita lista de demandas. O trabalho eminentemente intelectual, que evoca a criatividade e exige o aprofundamento de temas, é incompatível com as demandas acadêmicas, com os prazos colocados por aqueles interessados em avaliar sua habilidade produtiva por critérios primordialmente qualitativos.

Primordial é o volume de sua produção, os números que embasam a avaliação de sua competência profissional. As inúmeras demandas, de natureza intelectual ou burocrática, exigem que se produza com a máxima eficiência, mas, infelizmente, desconsideram que pensar na urgência inviabiliza a consistência do pensamento.

Urgência. Palavra que tem seu sentido original esvaziado em um contexto permeado pela velocidade, pelo imprevisto, pela emergência. Todas as demandas são apontadas como urgentes, já que, por obra de algum prodígio, espera-se que o tempo entre a eclosão do problema e o aparecimento da solução seja eliminado.

Mas como suprimir o valioso tempo de pensamento? Que objetivos são alcançados quando nos adequamos a uma realidade baseada no imediatismo? Se a urgência é naturalizada, que critérios devem ser adotados para elencar prioridades?

A resposta a essas questões é fonte de angústia permanente a quem gostaria de ter tempo para pensar, para pesquisar, para aprofundar o contato com temas que provoquem o pensamento, deslocando-o dos caminhos comumente traçados.

Parece óbvio afirmar que *não se deve deixar para amanhã aquilo que pode ser feito hoje*, mas não se esclarece muito bem a função da pressa ou a razão pela qual se é impedido de vivenciar os acontecimentos de forma intensiva. A rapidez não liga para intensidades e gera um profundo sentimento de inutilidade em todos aqueles que não se adaptam à corrida pela produtividade.

Talvez fosse muito proveitoso inverter a lógica de realização e por opção deixar para depois algumas tarefas que poderiam ser realizadas hoje, principalmente as que

²⁹ O tempo tudo leva

requerem análise cuidadosa. Na velocidade, perde-se o cuidado: com as palavras, com as relações, com as pessoas, consigo mesmo.

Aproveitar as infinitas oportunidades, acompanhar a vida dos filhos, atender às demandas acadêmicas e criar em grande velocidade são medidas de sucesso, e falhar em qualquer uma dessas instâncias é sentir-se fracassada entre as multidões que buscam a realização na carreira, nos ideais de família ou nos sonhos de consumo.

Provavelmente, a mesma lógica que definiu que tudo é urgente, é responsável por apontar culpados nas multidões incapazes de aproveitar as oportunidades.

E a professora acha curioso que as demandas por eficiência sejam definidas como oportunidades, como favores prestados pelo *deus mercado* aos profissionais responsáveis pelo crescimento da própria carreira. As demandas não são favores, são exigências, e o fruto de seu trabalho árduo raramente é reconhecido.

A solidariedade e o companheirismo profissional fazem falta em um cotidiano marcado pela competição, pelo julgamento e pelo esgarçamento dos vínculos sociais. Seus pares, igualmente assoberbados por tarefas e que parecem tão afeitos a conversas virtuais, raramente estão dispostos a discutir os problemas comuns e as decisões, geralmente tomadas em reuniões que têm mais o intuito de informar do que discutir, causam desânimo. Discutir virou perda de tempo em uma realidade que se acostuma rapidamente com respostas prontas, tornando-se paulatinamente pouco disposta a coletivizar experiências.

A falta de aprofundamento, que subtrai a consistência dos processos, não deveria causar angústias, já que rapidamente novas metas são criadas. Permanecer muito tempo ligado a uma tarefa é fundamental ao trabalhador intelectual, que precisa de tempo para reformular problemas, para redesenhá-los, produzindo respostas nunca antes vislumbradas.

Como deter-se a uma ideia quando tantas informações impelem ao movimento? Por que esperar que os alunos busquem a informação quando as respostas já estão prontas?

O movimento que lhe causa angústia parece acoplado e naturalizado nos corpos dos jovens, objeto de sua constante preocupação. Pesa sobre seus ombros a criação dos próprios filhos e a responsabilidade de conduzir seus alunos a um futuro promissor. É parte de sua função garantir que os inquietos jovens sejam devidamente estimulados cognitivamente, a fim de se adaptarem às futuras demandas do mercado.

O desafio de reter a atenção de uma geração que cresceu imersa em tantas opções e provocada por tantos estímulos torna-se hercúleo, já que o que se tem a oferecer de mais precioso exige tempo e atenção. Competir com objetos eletrônicos e redes sociais é quase impossível e ela está constantemente procurando evidências da importância de seu trabalho.

A professora se importa. Importa-se com a carreira, com o desenvolvimento dos filhos e com a aprendizagem dos alunos. Persevera no trabalho a despeito das dificuldades, cultivando a certeza de que movimentos de criação são possíveis. É justamente por se preocupar que trabalha diariamente para produzir pequenos rompimentos, insistentemente lembrando a todos que as paradas são cruciais ao pensamento e à criação. E se as suas expectativas são frequentemente frustradas pelo movimento incessante que por vezes atropela a aprendizagem, diariamente consegue promover movimentos divergentes e questionadores.

3.3 Possibilidades e usos do tempo

De acordo com os argumentos até aqui pontuados, pode-se afirmar que a velocidade não se refere somente aos aspectos técnicos e à solução de novos problemas e sim à constituição efetiva de outras relações com o corpo, com o espaço e com o pensamento, criando modos de subjetivação. A constituição do novo, a partir da experiência da ruptura, pode ser prejudicada pela busca da instantaneidade, traduzida em respostas rápidas e absolutas aos problemas, medida com frequência a partir de aspectos quantitativos e pela lucratividade.

A produtividade parece exigir um tempo-raciocínio que dificulta o aprofundamento de questões, gerando subjetividades pressionadas pelo paradigma da instantaneidade, característico do modelo econômico que atrela a velocidade à produção. Na atualidade, trava-se uma batalha entre a necessidade de adequar-se ao modelo de produção instantâneo e burocratizado – que dificulta a análise de temas ou o aprofundamento de questões – e a criação de possibilidades de existência que produzam outras durações, devires e usos do cotidiano.

Embora o intuito do presente trabalho nunca tenha sido o de fornecer respostas fechadas ou soluções pontuais, é importante traçar, ainda que transitoriamente, algumas possibilidades analíticas capazes de evocar alternativas ao caráter hegemônico da aceleração da existência, vinculado ao modelo de produção capitalista.

Nesse momento em que se deseja delinear possíveis conclusões, ou mesmo sugerir caminhos que possam contribuir com as discussões levantadas, é necessário que alguns parâmetros sejam estabelecidos. Renunciando a quaisquer pretensões de produzir conhecimentos que tenham por função entender a *verdade* dos sujeitos ou evocar a função representativa dos objetos, toma-se a arriscada decisão de conviver mais com perguntas do que com respostas, na tentativa de compreender algumas produções do atual momento histórico atravessado pelas sociedades industriais.

Apesar da delimitação clara do propósito acadêmico do trabalho, é possível arriscar algumas análises que eventualmente, possam direcionar caminhos ou até mesmo alguns desvios.

Até aqui, buscou-se avaliar as práticas discursivas ligadas à constituição de focos de experiência, ensaiando uma possível crítica histórica de seus efeitos. Conforme pontuado por Foucault, a análise dos “focos de experiência” remete-se à articulação de três esferas: “[...] as formas de um saber possível, as matrizes normativas de comportamento e os modos de experiência virtuais para sujeitos possíveis” (2010, p. 5).

A aceleração dos modos de vida — encarada como experiência que delimita um conjunto de práticas que produz saberes específicos, normas e a constituição de sujeitos — foi colocada, no percurso dessa argumentação, como parâmetro a ser urgentemente problematizado, já que vem constituindo matrizes de comportamento naturalizadas.

O tempo, aqui definido como elemento fundamental à constituição humana e eminentemente relacionado com as formas sociais que lhe atribuem sentido, acelerado e contraído, acaba por se transformar em medida de violência contra os corpos pressionados pela produtividade. E a clínica, como campo de experimentação política e de constituição de novas formas de lidar com o mundo, pode constituir-se como seara privilegiada de discussões, de criação de outras formas de lidar com as demandas da temporalidade acelerada.

Harvey ressalta que, apesar de a compressão espaço-temporal da existência ser uma medida importante no desenvolvimento das sociedades industriais contemporâneas, não se deve esquecer que o terreno de experimentação do tempo e do espaço é fundamentalmente polimorfo.

Sob a superfície de ideias do senso comum e aparentemente ‘naturais’ acerca do tempo e do espaço, ocultam-se territórios de ambiguidade, de contradição e de luta. Os conflitos surgem não apenas de apreciações subjetivas admitidamente diversas, mas porque diferentes qualidades materiais objetivas do tempo e do espaços são consideradas relevantes para a vida social em diferentes situações. Importantes batalhas também ocorrem nos domínios da teoria, bem como da prática, científica, social e estética. O modo como representamos o espaço e o tempo na teoria importa, visto afetar a maneira como nós e os outros interpretamos e agimos com relação ao mundo (HARVEY, 2010, p. 190).

Essas formas singulares e contraditórias que rompem com a hegemonia produtiva da aceleração estão sempre presentes, mesmo nos casos em que os sujeitos parecem mais capturados pelas demandas do tempo comprimido. Por vezes, apresentam-se como pequenas recusas que, assumindo diferentes roupagens, podem ser capazes de produzir paradas, rompendo com a lógica do movimento constante, atrelada à naturalização da velocidade supra-humana. Nesse sentido, até mesmo o adoecimento pode ser considerado, em certa medida, uma forma de renúncia às velocidades que insiste em desconsiderar os limites do corpo. Adoece-se porque o corpo resiste e exige a parada que não lhe é oferecida como opção.

Os sujeitos ansiosos, que muitas vezes relatam dificuldade em adaptar-se ao ritmo acelerado das atividades cotidianas, merecem especial atenção. As doenças geradas pela ansiedade, que se multiplicam entre sujeitos de todas as idades, são interpretadas muitas vezes como mero reflexo da rotina que se torna progressivamente mais rica em demandas. Esses casos são particularmente interessantes, uma vez que o sujeito ansioso tende a reivindicar a velocidade como modo de vida, identificando-se com ela. Curiosamente, por outro lado, são frequentes as queixas relacionadas com a falta de tempo e o mal-estar causado pelo excesso de demandas.

Apesar de aparentemente adaptados à velocidade, os corpos ansiosos parecem reagir como se estivessem submetidos a uma espécie de marcha forçada, que lhes exige mais do que sua capacidade física e mental – especialmente em quadros de estafa e doença de pânico. Por esse motivo, arrisca-se a afirmar que, ao contrário do que o senso comum atesta, os ansiosos não são sujeitos acelerados, mas corpos que gostariam de explorar velocidades mais lentas e que, por serem impelidos a ritmos que lhes parecem violentos, resistem e, eventualmente, param. Nesses casos, exploração de velocidades menores, que ampliem o tempo de dedicação às mais diversas atividades, pode ser uma alternativa simples, mas eficaz.

Em outras situações, as resistências manifestam-se pela criação de movimentos heterotópicos, pela articulação de formas inventivas de experimentar os espaços e, em consequência, o tempo – heterotopias e heterocronias. Os modos divergentes de lidar com a velocidade, sejam eles propositadamente criados, sejam frutos das dificuldades experimentadas por aqueles que se sentem pressionados pelo

imperativo da aceleração, merecem enfoque, já que podem configurar caminhos ao desafio de repensar a relação entre corpos e tempo.

Certeau (2002) demonstra particular interesse pelos modos como os sujeitos, nos mais diversos contextos históricos se apropriam das situações cotidianas, produzindo formas singulares de experimentar processos naturalizados. Na concepção do autor, é justamente no comum, nos usos cotidianos, que as pessoas se reapropriam dos objetos, utilizando-se de táticas, de meios sutis para produzir experimentações dissonantes. Ao analisar a temática das relações de poder, o autor propõe duas categorias — as táticas e as estratégias — que diferenciam os modos como as práticas cotidianas se apresentam em determinado contexto sociocultural.

As estratégias caracterizam-se por cálculos e medidas adotados por instâncias hegemônicas e pelos movimentos articulados por instituições que delimitam espaços consideráveis de ação, ou seja, de poder sobre a sociedade. Para regulamentar suas práticas, essas instâncias organizam-se de modo a deter vantagens em diferentes âmbitos, materiais, espaciais ou campos de saber. As estratégias visam a demarcar, de modo calculado, o domínio sobre as práticas cotidianas, com o intuito claro de se beneficiar a partir da constituição de formas de vida hegemônicas.

As estratégias são, portanto, ações que graças ao postulado de um lugar de poder (a propriedade de um próprio), elaboram lugares teóricos (sistemas e discursos totalizantes), capazes de articular um conjunto de lugares físicos onde as forças se distribuem (CERTEAU, 2002, p. 102).

As estratégias estão amplamente articuladas ao controle dos espaços, privilegiando a administração minuciosa da circulação e dos movimentos, enquanto as táticas se constituem no instante, no tempo, por se articularem a partir das oportunidades, das brechas conferidas pelo domínio hegemônico.

Ainda no terreno das estratégias estão as práticas discursivas, materiais e econômicas que racionalizam os usos do tempo, na tentativa de impedir quaisquer ambiguidades e dissonâncias. As táticas, ao contrário, “[...] valem pela pertinência

que dão ao tempo” (CERTEAU, 2002, p. 102), já que dependem diretamente de sua astúcia em manejar oportunidades que permitam ações dissonantes.

Por operarem a partir de desvios, as táticas constituem modos de fazer únicos, dinâmicos e inventivos, manifestos nas pequenas recusas cotidianas. Não se opõem às estratégias de forma combativa ou violenta, mas possuem grande capacidade de oposição, já que suas consequências são imprevisíveis. Como as táticas operam no terreno dominado pelas ações estratégicas, precisam ser sutis, ocupando-se do cotidiano das práticas, das pequenas resistências ou invenções que escapam à lógica hegemônica. A definição de tática oferecida pelo autor afirma que:

Em sua densidade paradoxal, esta palavra destaca a relação de forças que está no princípio de uma criatividade intelectual tão tenaz como sutil, incansável, mobilizada à espera de qualquer ocasião, espalhada nos terrenos da ordem dominante, estranha às regras próprias da racionalidade que essa impõe com base no direito adquirido de um próprio (CERTEAU, 2002, p. 102).

As recusas cotidianas, ínfimas e sutis, criadas por aqueles que se encontram mergulhados nos modos de vida hegemônicos, são igualmente interessantes, já que apontam para soluções ou desvios que podem até mesmo colocar em xeque a naturalização da aceleração.

No que diz respeito ao tema tratado, as táticas se efetivam, portanto, nas recusas cotidianas desses corpos pressionados pelo tempo contraído, que tentam retomar algum controle, ainda que ínfimo, sobre os processos que constituem seus modos de vida. Despertam interesse à argumentação aqui desenvolvida, por ressaltarem a importância do exame cotidiano das relações que constituem a produtividade e a velocidade e pela possibilidade de se constituírem como ferramenta clínica capaz de oferecer alternativas aos usos do tempo.

O paradigma da aceleração imposto aos modos de vida contemporâneos, transformado em eficiente estratégia de incremento da produtividade, convive com táticas produzidas no terreno das tensões entre a composição de formas cada vez mais rápidas de vida e as recusas que cotidianamente contradizem essa tendência.

Certamente existem negações completas à lógica imposta pela aceleração, manifestas na criação de modos de vida contraculturais, que baseiam suas premissas justamente na negação do modelo de mercado.

Porém, não é a essa categoria de recusa que as táticas se referem. Elas aludem às inúmeras formas de lidar com as demandas impostas pela aceleração dos modos de vida que, mesmo integradas às demandas de mercado, tentam produzir espaços de parada e de intensificação das experiências. As táticas se referem aos modos de gerir o tempo que buscam negociar com o imperativo da aceleração, gerando pausas ou diminuição dos ritmos produtivos.

O âmbito de negociação dos modos de fazer cotidianos, capaz de criar brechas na hegemonia da velocidade parece ser essencial, inclusive à produção de saúde ou de doença. Afinal de contas, não seria o adoecimento ligado à incapacidade de negociar paradas e de gerir os usos do próprio tempo?

Não por acaso, os sujeitos que adoecem em virtude das pressões do tempo muitas vezes parecem convencidos de que não existem saídas ao modelo de vida que experimentam. Sofrem por acreditar que a paralisia do próprio corpo, ante o ritmo frenético, atesta sua inabilidade em adaptar-se às demandas produtivas, imaginando que aqueles que não adoecem provavelmente foram apenas mais *competentes* em adaptar-se.

O exercício clínico evoca a potência do uso das táticas e a reconfiguração dos sentidos atribuídos à velocidade e à produtividade, criando brechas no cotidiano acelerado dos sujeitos, de modo a permitir divergentes formas de experimentação do tempo. A experiência clínica, nesse contexto, fundamenta-se em exercício clínico-político de desnaturalização dos ideais de mercado tão presentes no aparato discursivo de sujeitos convencidos de que o verdadeiro problema se individualiza em seus próprios corpos, que padecem ante as demandas produtivas.

Como já foi discutido, o paradigma da aceleração, como elemento que se deseja naturalizar sob o jugo das necessidades mercadológicas, não é exclusividade de determinadas ocupações profissionais ou da inserção no mercado capitalista. Até mesmo os sujeitos que, pela natureza de sua ocupação, estabelecem relações

inventivas com o tempo são igualmente pressionados pelas demandas da hegemonia da velocidade.

O trabalho de criação artística e intelectual, por exemplo, característico de profissões ligadas à arte e à cultura, ao ensino-aprendizagem, à comunicação, ao *marketing*, à pesquisa, à literatura ou mesmo a alguns setores da indústria, encontra-se igualmente pressionado pela flexibilização do tempo e pelo estímulo à política de metas – efeitos devastadores ligados à velocidade.

Em todos esses territórios de gestão de atividades, assim como entre os jovens, ou mesmo entre aqueles aparentemente não inseridos no mercado, como desempregados, aposentados ou donas de casa, podem ser experimentadas as pressões impostas pela aceleração, bem como os modos singulares de criação de temporalidades, táticas cotidianas e inventivas que tornam a vida um pouco menos frenética.

Por vezes é necessário apenas problematizar se os ritmos impostos se fazem de fato necessários e até que ponto realmente impediriam a criação. Em relação a esse questionamento, é relevante diferenciar criação de produtividade – a articulação de novos conceitos, da mera reproduzibilidade de bens de consumo e formas de vida, sejam eles materiais, sejam imateriais.

Criar, em alguns contextos, tornou-se tarefa árdua, dificultada pelas demandas colocadas pelos prazos que acabam se transformando em eficientes mecanismos de controle. Reconhecer brechas, oportunidades únicas de articulação de estratégias, exige atenção clínica redobrada, trabalho contínuo que desafia a naturalização da urgência ligada à execução das tarefas de qualquer natureza.

Curiosamente, até mesmo os profissionais ligados à arte e à música, a quem ainda é concedido relativo espaço de criação, queixam-se da multiplicação de demandas temporais, do encurtamento dos prazos para a produção de obras e venda dos produtos materiais, originados de seu esforço intelectual. O fantasma da produtividade é igualmente insidioso ao rondar a produção imaterial, ditando o tempo da criatividade, alheio às incongruências presentes na tentativa de delimitação temporal da produção criativa.

No campo em que se realizam atividades eminentemente criativas, fazem-se presentes linhas de força múltiplas, geradoras de possibilidades interessantes, que podem fornecer pistas à discussão clínica. A criação, que se recusa a curvar-se ante as demandas da aceleração, teima em estipular seus próprios referenciais, sedenta por libertar-se das amarras impostas pela hegemonia temporal.

Artistas, músicos, escritores, que são, por excelência, profissionais de criação, tendem a criar formas particulares de uso de seu tempo de criação, ora buscando extrair o máximo de proveito dos instantes, ora produzindo paradas, com o intuito claro de permanecer conectados à tarefa, de modo a gerar *tempo de convivência* com a própria criação. Conviver com o que se produz, detendo-se em temas ou em situações de modo a intensificar a experiência que se retira delas, parece ser ao mesmo tempo uma saída e o principal desafio aos que tentam produzir outros movimentos temporais.

Essas batalhas cotidianas, manifestas em táticas e produção de modos singulares de lidar com o tempo, podem se tornar importantes ferramentas de criação à clínica que se disponha a atuar como dispositivo de questionamento dos usos do tempo. A recusa em adequar-se à aceleração, com muita frequência, é geradora de sofrimentos, já que muitas das táticas adotadas por aqueles que tentam negociar com os ritmos frenéticos acabam esbarrando em críticas ou mesmo na incompreensão por parte de seus pares e colegas de trabalho, ávidos em julgar os que não se adaptam ao padrão de produtividade esperado.

Não é difícil imaginar que, uma vez naturalizado o modelo de urgência criado pela velocidade, os próprios sujeitos engajam-se no processo, cobrando de si mesmos o desempenho que acreditam ser compatível com determinado padrão de produção. Todo o processo analisado até aqui gera justamente esse acoplamento físico e cognitivo aos ritmos impostos pelo modelo de mercado que se tornam inquestionáveis em virtude de seu peso discursivo.

No âmbito dessas discussões, a tentativa de visualizar experiências capazes de produzir resistências ao processo de aceleração torna-se um instigante desafio. Buscando referências que indiquem caminhos e alternativas aos problemas mencionados, chega-se ao conceito de *cuidado de si* como importante dispositivo reflexivo, que busca considerar a relação entre as possibilidades apresentadas pelo

exercício ético na contemporaneidade e as dificuldades colocadas pela aceleração permanente e pelo aumento das exigências produtivas.

O conceito, trabalhado por Foucault no curso de 1982, ministrado no *Collège de France*, oferece interessante reflexão ao tema aqui proposto e, na tentativa de circunscrevê-lo, deparamo-nos com a necessidade de discutir o caráter imanente dessa definição, bem como a produção de relações que colocam o governo de si a partir do *Outro*, a partir das relações com o coletivo.

No curso, Foucault diferencia o cuidado de si (*epimeleioû heautoû*) do conhecimento de si (*gnôthi seautón*), a partir da consideração dos paradoxos levantados pela filosofia socrático-platônica.

O autor assinala a importância de reconsiderar os dois conceitos, por entender que a apreensão moderna dessas noções ignora aspectos importantes que se referem à sua origem filosófica. O cuidado de si, que na Filosofia clássica se remete à noção segundo a qual a verdade pode ser alcançada a partir de práticas e atos de transformação do ser dos sujeitos, é circunscrito, na história da Filosofia, paralelamente ao tema do conhecimento de si – que passa a ser entendido, tardiamente, como acesso à verdade do sujeito, de caráter consciente e representativo, que cria o sujeito moderno.

Fundamentado no entendimento das noções de cuidado de si e de conhecimento de si, Foucault (2004) problematiza a desqualificação epistemológica do *cuidado*, especialmente a partir do período *cartesiano* – em que certa interpretação do conceito lhe confere sentido individualista e privado.

O autor problematiza a origem do desprestígio filosófico e histórico do cuidado de si, buscando demonstrar sua fundamentação a partir da análise do tema, em três contextos históricos – no contexto socrático-platônico, no momento helenístico-romano e no ponto de passagem ao ascetismo cristão. É importante esclarecer que na presente análise se optou por focar apenas os dois primeiros momentos históricos.

Dessa forma, cabe ressaltar que, na avaliação de Foucault (2004), o cuidado de si, na era clássica, alcança a dimensão de prática política, ética e estética. “Podemos dizer que em toda a filosofia antiga, o cuidado de si foi considerado ao mesmo

tempo um dever e uma técnica, uma obrigação fundamental e um conjunto de procedimentos cuidadosamente elaborados” (FOUCAULT, 2004, p. 600).

Em uma primeira aproximação ao tema, referente ao período socrático-platônico, Foucault (2004) analisa o diálogo entre Sócrates e Alcebíades, do qual emerge a ideia de que o governo de si se coloca como função política, como instância norteadora da própria relação entre sujeito e Estado. Nesse contexto, a questão primordial gravita em torno do tema do governo da cidade, interpelando a capacidade de Alcebíades de governar aos outros, quando sequer governa a si mesmo.

Nessa passagem, o cuidado de si aparece como uma necessidade colocada ao jovem que, em virtude de seu *status social*, deverá estabelecer relações com a cidade, ocupar-se com a *pólis* e, a partir dessa necessidade, buscar o que ignora e que é parte da natureza daquilo com o que deve ocupar-se primeiramente: consigo. As deficiências de Alcebíades, diligentemente apontadas por Sócrates, interpelam-no sobre a ação de ocupar-se consigo e de conhecer a si mesmo, “[...] ocupar-se consigo é conhecer-se” (FOUCAULT, 2004, p. 87), com o intuito de preparar-se para o exercício de suas ambições políticas, de modo a tornar-se adequado ao governo dos outros.

O governo de si aparece claramente postulado a partir da relação com o coletivo e da busca de uma vida baseada na virtude: é, portanto, um exercício social. O exercício do cuidado passa pelas relações do sujeito com o mestre, responsável por conduzi-lo ao exercício do cuidado de si, e com a cidade, que se beneficiará politicamente do exercício do cuidado cultivado por seus cidadãos.

O mestre, nesse caso, é aquele que “[...] cuida do cuidado que o sujeito tem de si mesmo” (FOUCAULT, 2004, p. 73), em uma relação ética – considerando a categórica necessidade de governar a si próprio – e política, uma vez que essa atitude se dá em virtude da necessidade de bem governar os outros. Percebe-se que a noção de conhecimento de si (*gnôthi seautón*), que ganha grande notoriedade na história da Filosofia, esteve, em sua concepção, vinculada ao cuidado de si (*epimeleoû heautoû*), ou mesmo submetida à noção fundamental de cuidado.

[...] a dupla temática do cuidado de si e do conhecimento de si: a obrigação para todo indivíduo de se preocupar consigo mesmo, imediatamente ligada, como sua condição ao conhecimento de si. Ninguém pode cuidar de si sem se conhecer (FOUCAULT, 2010, p. 43).

O conselho do oráculo — *conhece-te a ti mesmo* — aparece como uma consequência do exercício do cuidado de si, como parte da ideia central de que é preciso ter cuidados consigo, examinado com atenção as próprias dificuldades e limitações de modo a tornar-se melhor do que se é.

No segundo momento de articulação da noção de cuidado de si, durante o período helenístico, o conceito sofre certo deslocamento da proposição socrática. De função conferida ao mestre pelos deuses, passa a remeter-se a atitudes gerais de conversão do olhar, referentes a práticas meditativas.

Nesse período, que compreende as Filosofias helenísticas e romanas, especialmente entre os epicuristas e os estoicos, o conceito de cuidado de si rompe os contornos que o relacionam com as práticas circunscritas a alguns cidadãos e com a necessidade de torná-los aptos ao governo da cidade.

No contexto mencionado, o cuidado de si alcança o cerne das práticas e das relações dos cidadãos da *pólis*, estendendo-se para além das relações entre mestres e discípulos.

Doravante, a prática de si integra-se, mistura-se, entrelaça-se com toda uma rede de relações sociais diversas, onde existe ainda a mestria no sentido estrito, mas onde igualmente se encontram muitas outras formas relacionais possíveis (FOUCAULT, 2004, p. 254).

O cuidado de si torna-se, então, um preceito geral a ser minuciosamente seguido, embora se saiba que, no contexto mencionado, apenas alguns cidadãos, mais especificamente certa classe de cidadãos, são possuidores das condições necessárias às práticas de cuidado. “De todo modo, é uma certa forma de vida

particular e, na sua particularidade, distinta de todas as outras vidas, que será considerada como condição real do cuidado de si” (FOUCAULT, 2004, p. 139).

Essa *forma de vida particular* a qual o autor se refere, que pode ser apontada como um aspecto crucial à prática de cuidado, diz respeito, em grande medida, ao tempo dedicado a tais práticas, que não poderiam efetivar-se diante do excesso de obrigações e afazeres presentes nas vidas da maioria da população. “O cuidado de si implica sempre uma escolha de modo de vida, isto é, uma separação entre aqueles que escolheram este modo de vida e os outros” (FOUCAULT, 2004, p. 139). Dedicar-se ao ócio, ou seja, criar tempo para dedicar-se ao cuidado é apontado por autores como Sêneca ou Marco Aurélio como condições necessárias às práticas de cuidado.

Seguindo ainda a discussão em torno do tema, cabe ressaltar a importância atribuída às práticas de si e à ascese que, no contexto helenístico e romano, faziam referência à contínua formação do discípulo que, utilizando certas práticas, poderá deixar o estado de *stultia*, ou seja, o estado de servidão voluntária. A libertação do estado de servidão era alcançada por meio de exercícios constantes de *conversão a si*, de práticas meditativas e da produção de conhecimentos capazes de conduzir o discípulo a uma *conduta ética*.

A ligação estabelecida entre as práticas de cuidado e o tempo é relevante às discussões aqui propostas, uma vez que aponta para caminhos que rompem com a concepção moderna que vincula produtividade ao excesso de atividades. Não se trata de estabelecer uma apologia ao ócio, ou uma campanha pelo retorno ao período helenístico como solução aos dilemas impostos pela vida moderna, mas de permitir-se avaliar possibilidades que confrontam a naturalização da compressão do tempo vivenciada pelas sociedades industriais.

O conceito de cuidado de si pode apontar para alternativas éticas que tendem a viabilizar outras experimentações com o tempo e que podem auxiliar na criação de práticas capazes de romper com os sentidos atualmente atribuídos à aceleração da existência. Considerando os múltiplos aspectos que constituem as relações atualmente estabelecidas entre homens e velocidade, parece crucial avaliar que alternativas podem tornar viável retomar o controle sobre os usos do tempo, que configuram a experiência contemporânea.

Tais alternativas não devem ser entendidas como prerrogativa de alguns, que, beneficiados por determinadas condições de vida ou de produção, conseguiriam alcançar uma relação privilegiada com o tempo, normalmente subtraído da vida da maioria dos sujeitos. Se, por um lado, são produzidas respostas interessantes em algumas profissões ou em ações contraculturais – que têm como objetivo direto questionar a atual relação com o tempo vivida pela nossa sociedade – não se deve deixar de lado a certeza de que nas ações cotidianas podem ser encontradas práticas capazes de romper com a imperativa aceleração dos modos de vida.

Uma vez compreendida a relação direta entre a velocidade e o aparato produtivo, parece importante questionar as razões da adequação de corpos que sofrem submetidos aos ritmos intensos. A clínica, como experiência ético-política, pode tornar-se potente ferramenta de produção de paradas e de outras relações entre homens e velocidade.

3.4 O artista: *tempora mutantur, nos et mutamur in illis*³⁰ — Figura 4

O artista vive no processo, e não somente na finalidade. Apesar das expectativas em torno dos frutos de seu trabalho e da imensa satisfação obtida com a conclusão do percurso, nada é tão prazeroso quanto criar.

Permanecer em contato com a obra, senti-la e experimentá-la são igualmente importantes à sua atividade, já que o resultado de seu trabalho dependerá inteiramente da capacidade de transmitir o caráter único e criativo de sua produção. Ao artista a corrida não faz sentido.

Produzir, nesse caso, não significa transformar em tempo recorde matéria-prima em produtos negociáveis. Criar peças únicas, ou transformar uma tela em branco em obra de arte é tarefa destinada a poucos e o reconhecimento de seu talento é necessário à manutenção de seu lugar no mercado.

O artista regozija-se com o fazer e o desfazer, tão necessários à conclusão de suas obras. Por isso mesmo, não reproduz à pressa do *maratonista de soluções*, por entender a necessidade de dar tempo à maturação da experiência. A mais-valia está em conseguir viver o processo de forma saudável, transitando no espaço e no tempo criativo, definidos pela relação com o processo de criação.

O trabalho do artista opera na contramão da massificação, valendo, inclusive, por sua originalidade. A despeito disso, em um planeta que se torna cada vez mais rápido e habituado ao descarte instantâneo de ideias e pessoas, manter-se no mercado significa ser capaz de produzir com certa constância, a fim de não ser suplantado pelo talento de artistas emergentes.

O mercado artístico e cultural também sofre com as demandas do mercado, forçando os criadores a surfar nas ondas rápidas da comercialização. Mas a criatividade não pode ser imposta. Não há tempo definido ou esteira de produção que force o corpo a responder a um tempo previamente determinado. O tempo é um grato companheiro ao invés de obstáculo e cultivá-lo não deveria ser sentido como um fardo.

³⁰ O tempo muda e nós mudamos com ele.

A criatividade opera no tempo e o artista – hábil negociador de seu processo de trabalho – transforma com maestria a pausa em obra, resistindo à urgência. Esperar pelo momento certo, conviver com a ideia, parar quando o cansaço se abate sobre seu corpo são atitudes impensáveis para a maioria acostumada a forçar-se até a exaustão.

E as pausas são bem-vindas, principalmente para quem sabe perfeitamente que o tempo é passagem – transformação que requer paciência, equilíbrio entre movimento e parada, entre produção e hiatos. As lacunas produzidas pelo artista fazem parte da obra e não precisam ser preenchidas, pois não são vazias, opacas ou faltosas. As brechas e as pausas são tão ricas em significações quanto o movimento.

Paciente, calmo e criativo, o artista não tem nenhuma pretensão de adequar-se à velocidade, uma vez que percebe que outros ritmos são possíveis. Ele sabe que, a despeito de muitos se gabarem de sua produtividade, na velocidade a maioria apenas reproduz o que outros definiram. Criar é mérito de poucos nos dias atuais e, justamente por perceber o sofrimento dos que correm, que ele cultiva seu próprio tempo com orgulho.

O artista não pretende ditar ritmos, ou impor seu próprio tempo aos demais, tornando-o medida única de criação. Por saber que muitos caminhos são possíveis, ele apenas gostaria de pluralizar o uso do tempo. Sua experiência não é modelo, mas paira como sugestão aos que sofrem e que poderiam reavaliar a velocidade encarada como destino óbvio.

Se ninguém pode escapar da experiência do tempo, negociá-lo é sem dúvida possível.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No percurso do trabalho, buscou-se analisar o contexto de constituição da relação entre o tempo e a aceleração vivida pelas sociedades industriais modernas e a compressão espaço-temporal da existência, experimentada como necessária à organização do modelo de produção imposto à boa parte da humanidade.

Considerando a natureza múltipla dos acontecimentos históricos, procurou-se circunscrever a questão da aceleração e dos modos de vida produzidos por essa realidade. Conforme exposto, a experiência da velocidade e da compressão-espacial gera processos de subjetivação específicos que atravessam a experiência e as táticas cotidianas.

Os eixos de análise objetivaram compreender como a organização do capitalismo nos últimos 150 anos foi pautada pela criação de formas cada vez mais rápidas de vida e de produção, garantindo a ágil circulação de bens e valores e o incremento dos lucros. Os sujeitos produzidos na interconexão desses processos sofrem pela necessidade de administrar a instantaneidade exigida de corpos cada vez mais conectados às próteses tecnológicas, transformados e reconfigurados a partir dessa experiência.

Com base nesses eixos, todo o esforço empreendido teve como objetivo discutir a naturalização do processo de aceleração da existência, historicamente constituído a partir de inúmeros aspectos. Se a velocidade é imposta como necessária à *evolução da humanidade* e as tecnologias são apresentadas como solução à totalidade dos problemas, quaisquer medidas divergentes tendem a ser imediatamente descartadas.

Os efeitos desses processos, que se fazem sentir nas mais diversas esferas, parecem secundários, uma vez as benesses supostamente compensariam os problemas oriundos desse contexto. Questionar os modos de vida contemporâneos e os efeitos da velocidade nos corpos, na cognição, na política, na produção, nas crianças, na alimentação ou no ambiente pode parecer irrelevante em frente à argumentação de que esse é o único destino cabível à humanidade.

O desafio primordial parece ser elencar alternativas que escapem ao modelo que se pretende impor ou que criem outras possibilidades de administração da experiência contemporânea com o tempo. Tais alternativas, que podem a princípio parecer distantes por questionarem instâncias solidamente implementadas e ligadas à economia e à política mundiais, já são constituídas no cotidiano da nossa experiência por sujeitos que articulam modos divergentes de se relacionar com a experiência do tempo.

O sofrimento vivenciado por aqueles que adoecem em virtude das pressões impostas pela aceleração dos modos de vida parece incentivo suficiente para que sejam criados espaços de discussão capazes de romper a hegemonia da velocidade naturalizada nas sociedades industriais.

Os resultados, sem dúvida, positivos, do desenvolvimento científico e tecnológico não justificam a ausência de questionamentos acerca dos malefícios causados pela hiperconexão e pelo imperativo da produtividade. Não se pode ignorar o fato de que a incidência de determinadas doenças, como a depressão e a ansiedade, sofrem considerável aumento em todas as faixas etárias. A medicalização crescente, medida paliativa que tenta frear esse processo, tampouco fornece respostas, uma vez que visa ao controle dos efeitos e não ao tratamento das causas.

Considerados todos esses pontos, espera-se que o debate ganhe contornos mais promissores em um futuro próximo, capazes de lançar possibilidades aos usos do tempo no cotidiano.

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, W. **Obras escolhidas**: magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BERMAN, M. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BOLTANSKI, L.; CHAPELLO, E. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

CALVINO, I. **Seis propostas para o próximo milênio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2002.

DANTAS, M. **A lógica do capital-informação**: a fragmentação dos monopólios e a monopolização dos fragmentos num mundo de comunicações globais. Rio de Janeiro: contraponto, 2002.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995. v. 2.

DREYFUS, H.; RABINOW, P. **Michel Foucault**: uma trajetória filosófica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

FOUCAULT, M. **Historia da sexualidade**: o cuidado de si. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1985.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1999a.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1999b.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2000a.

FOUCAULT, M. O que são as luzes. In: MOTTA, M. B. (Org.). **Ditos e escritos II**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000b.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2002.

- FOUCAULT, M. **A hermenêutica do sujeito**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- FOUCAULT, M. Outros espaços. In: MOTTA, M. B. (Org.). **Ditos e escritos III**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- FOUCAULT, M. **Segurança, território e população**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2008a.
- FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2008b.
- FOUCAULT, M. **O governo de si e dos outros**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.
- FOUCAULT, M. **A coragem da verdade**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011a.
- FOUCAULT, M. O que são as luzes. In: MOTTA, M. B. (org.). **Ditos e escritos VII**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011b.
- GROS, F. **Foucault: a coragem da verdade**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- GUATTARI, F. A paixão das máquinas. Cadernos de Subjetividade/ Núcleo de Estudos e Pesquisas da Subjetividade do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica da PUC/SP, v. 1, n. 1, 1993.
- HARAWAY, D.; KUNZRU, H.; TADEU, T. **Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano**. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2013.
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Ed. Loyola, 2010.
- LATOUR, B. **Jamais fomos modernos**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.
- LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.
- LÉVY, P. **Cibercultura**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1999.
- LÓPEZ-RUIZ, O. **Os executivos das transnacionais e o espírito do capitalismo: capital humano e empreendedorismo como valores sociais**. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2007.
- SENNETT, R. **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SENNETT, R. **Carne e pedra: o corpo e a história na civilização ocidental.** Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2001.

VEYNE, P. **Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história.** Brasília: Ed. UNB, 1998.

VIRILIO, P. **Velocidade e política.** São Paulo: Estação Liberdade, 1996a.

VIRILIO, P. **A arte do motor.** São Paulo: Estação Liberdade, 1996b.

VIRILIO, P. **O espaço crítico.** Rio de Janeiro: Ed. 34, 1999.

